

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas

**FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS
NO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS
2021

Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas

FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração Pública**.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Zucatto

Santa Maria, RS
2021

Freitas, Rodrigo Uszacki Carvalho de
FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO
RIO GRANDE DO SUL / Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas.
2021.
165 p.; 30 cm

Orientador: Luis Carlos Zucatto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração Pública, RS, 2021

1. Políticas Públicas 2. Agenda-Setting 3. Formação da
Agenda 4. Ciência, Tecnologia e inovação I. Zucatto, Luis
Carlos II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, RODRIGO USZACKI CARVALHO DE FREITAS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas

FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração Pública**.

Aprovado em 20 de dezembro de 2021:



Luis Carlos Zucatto, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Ana Cláudia Niedhardt Capella, Dra. (UNESP)



Kalinca Leia Becker, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa somente foi possível, pois contou com o apoio de diversas pessoas e organizações. Desse modo, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para que fosse possível concluí-la, especialmente:

- a minha esposa Livia e a minha filha Alice, pelo apoio incondicional, compreensão, carinho, paciência e amor;

- a minha amada mãe Cleni;

- ao meu orientador Prof^o Dr^o Luis Carlos Zucatto, pela dedicação, empenho, entrega, paciência, pelas diversas contribuições, ensinamentos e orientações realizadas, muito obrigado, o senhor é um exemplo de pessoa e profissional;

- às professoras da banca, Prof^a Dr^a Ana Cláudia Niedhardt Capella e Prof^a Dr^a Kalinca Leia Becker, pela parceria e diversas contribuições realizadas ao estudo;

- aos professores e servidores do Curso do Mestrado em Administrado Pública;

- aos Institutos Federais: Farroupilha, Rio Grande do Sul e Sul-rio-grandense;

- aos colegas do mestrado, pela parceria e amizade;

- à Universidade Federal de Santa Maria;

RESUMO

FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas
ORIENTADOR: Luis Carlos Zucatto

O objetivo desta pesquisa foi analisar a formação da agenda referente à CT&I nos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo de múltiplos casos sendo que: se definiu como unidade de análise a formação da agenda para CT&I nos Instituto Federais analisados; como fonte de evidências documentos, registros de arquivo e entrevistas; para triangulação dos dados utilizou-se os softwares Microsoft Excel® e NVIVO®. Com o objetivo de verificar as tendências teóricas sobre formação da agenda, desenvolveu-se uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL); com relação a análise da formação da agenda dos Institutos Federais, foi executada por meio de entrevistas e análise de documentos oficiais. No que concerne à RSL, a amostra compreendeu 116 estudos de quatro bases: 9 da Scielo, 2 da Spell, 18 da Scopus e 87 da Web of Science. Como principais resultados, demonstra-se que o modelo dos múltiplos fluxos foi aplicado em 27 estudos. Já o modelo do equilíbrio pontuado (e seus desdobramentos – Policy Agendas Project e Comparative Agendas Project), totalizaram 24 publicações. Observou-se que a temática agenda-setting evolui (do período de 1991 a 2012) de “tema emergente” para “tema motor/básico”, conforme a classificação proposta por Cobo et al. (2011). Referente à formação da agenda dos Institutos, as principais emergências demonstram que as prioridades estabelecidas nos três órgãos impactam e contribuem para: o desenvolvimento social e econômico inteligente; qualificar e aprimorar a gestão do órgão; promover a capacidade de inovação nos locais em que estão inseridos; o desenvolvimento de pesquisas básica e aplicada. Observou-se, também, que no âmbito dos três Institutos as evidências indicam estabilidade na formação na agenda contrastando com uma agenda governamental que está constantemente recebendo proposições para mudanças drásticas, entretanto, ainda não houve nesse último caso, o acoplamento dos fluxos para que essas mudanças aconteçam. Além disso, os achados mostraram que se destacam como os principais atores na formação da agenda desses Institutos: os discentes; os diretores-gerais de campus; os integrantes das comissões que elaboram o PDI; os membros do Conselho Superior; e as prefeituras.

Palavras-chave: Políticas Públicas; *Agenda-Setting*; Formação da Agenda; Ciência, Tecnologia e inovação.

ABSTRACT

SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION AGENDA-SETTING: A MULTIPLE CASES STUDY IN FEDERAL INSTITUTES IN RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas

ORIENTER: Luis Carlos Zucatto

The objective of this research was to analyze the formation of the agenda related to ST&I in the Federal Institutes present in Rio Grande do Sul. It is a study of multiple cases where: the formation of the agenda for ST&I in the Federal Institutes analyzed; as a source of evidence documents, archival records and interviews; for data triangulation, Microsoft Excel® and NVIVO® software were used. In order to verify the theoretical trends on agenda formation, a Systematic Literature Review (RSL) was developed; in relation to the analysis of the agenda formation of the Federal Institutes, it was carried out through interviews and analysis of official documents. Regarding RSL, the sample comprised 116 studies from four databases: 9 from Scielo, 2 from Spell, 18 from Scopus and 87 from Web of Science. As main results, it is demonstrated that the multiple streams framework was applied in 27 studies. The punctuated equilibrium model (and its ramifications – Policy Agendas Project and Comparative Agendas Project), totaled 24 publications. It was observed that the agenda-setting theme evolves (from 1991 to 2012) from “emerging theme” to “motor/basic theme”, according to the classification proposed by Cobo et al. (2011). Regarding the agenda formation Institutes, the main emergencies demonstrate that the priorities established in the three bodies impact and contribute to: intelligent social and economic development; qualify and improve the management of the public agency; promote the capacity for innovation in the places where they are located; the development of basic and applied research. It was also observed that, within the scope of the three Institutes, the evidence indicates stability in the agenda formation, contrasting with a governmental agenda that is constantly receiving proposals for drastic changes, however, in the latter case, there has not yet been a coupling of streams so that these changes happen. In addition, the findings showed that the main actors in the agenda formation of these Institutes stand out: the students; campus directors; the members of the commissions that prepare the PDI; the members of the Superior Council; and the city halls.

Keywords: Public Policies; Agenda-setting; Agenda formation; Science, Technology and Innovation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo da constituição da Rede Federal	29
Figura 2 - Organograma Ministério da Educação	31
Figura 3 - Níveis da agenda.....	38
Figura 4 - Framework teórico-analítico.....	50
Figura 5 - Localização Geográfica das Unidades dos Institutos estudados.....	53
Figura 6 - Guia sistemático para o desenvolvimento de uma revisão sistemática de literatura.....	58
Figura 7 - Documentos analisados.....	65
Figura 8 - Dados gerais das entrevistas	66
Figura 9 - Estrutura macro da codificação.....	70
Figura 10 - Processo da codificação e resultados	71
Figura 11- Processo de pesquisa.....	72
Figura 12 - Nuvem de palavras com base nas palavras-chave dos autores	80
Figura 13 - Nuvem de palavras com base nos resumos.....	80
Figura 14 - Journals mais relevantes	81
Figura 15 - Lei de Bradford.....	82
Figura 16 - Autores mais citados nas referências	82
Figura 17 - Co-citation Network	83
Figura 18 - Lei de Lotka	84
Figura 19 - Impacto autores com base no h-index.....	85
Figura 20 – Parâmetros aplicados para a evolução temática	86
Figura 21 - Evolução Temática com base nos Resumos	87
Figura 22 - Mapa temático 1991 a 2012.....	89
Figura 23 - Mapa temático 2013 a 2020.....	90
Figura 24 - Principais etapas da Formação da agenda nos IF's.....	105
Figura 25 - Acoplamento dos fluxos e transição de agendas	106
Figura 26 - Mapa inicial da Codificação das prioridades constantes nos PDI's	107
Figura 27 - Nuvem de Palavras das prioridades constantes nos PDI's	108
Figura 28 - Código Ensino (OECD 2018, 2019).....	110
Figura 29 - Código Inclusão Social e Assistência Estudantil.....	111
Figura 30 - Código Infraestrutura.....	112
Figura 31 - Código Orçamento.....	112
Figura 32 - Código Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada.....	115

Figura 33 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão	116
Figura 34 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão>Processos	117
Figura 35 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão>Políticas	117
Figura 36 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão>Expansão	118
Figura 37 - Código Qualificar Servidores	119
Figura 38 - Código Promover capacidade de inovação	120
Figura 39 - Código Prioridades Entrevistas	120
Figura 40 - Estrutura inicial código Intervenções	123
Figura 41 - Estrutura inicial código Estabilidade.....	127
Figura 42 - Estrutura inicial código Mudança	128
Figura 43 - Visão Geral da Mudança e Estabilidade	130
Figura 44 - Estrutura inicial código Empreendedor de Políticas (BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014).....	132
Figura 45 - Principais atores nos Institutos analisados	134
Figura 46 - Estrutura inicial código Comparação Prioridades	135
Figura 47 - Mapa da Árvore do código Comparação Prioridades	136
Figura 48 - Resultados da pesquisa na base Scielo Brasil	152
Figura 49 - Resultados da pesquisa da base Spell.....	152
Figura 50 - Resultados da pesquisa da base Scopus	153
Figura 51 - Resultados da pesquisa da base Scopus	154
Figura 52 - Resultados da pesquisa da base Scopus	156
Figura 53 - Resultados da pesquisa da base Web of Science.....	156
Figura 54 - Resultados da pesquisa da base Web of Science.....	157
Figura 55 - Resultados da pesquisa da base Web of Science.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de publicações por ano	76
Gráfico 2 - Histórico do orçamento dos Institutos analisados.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os quatro precursores da área de políticas públicas.....	34
Quadro 2 - Definições acerca de políticas públicas.....	34
Quadro 3 - Visão geral sobre os níveis de agenda.....	37
Quadro 4 - Processo do Ciclo de Políticas Públicas.....	40
Quadro 5 - Síntese dos Fluxos.....	42
Quadro 6 - Unidades Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul.....	52
Quadro 7 - Informações gerais Institutos analisados.....	54
Quadro 8 - Protocolo prévio.....	60
Quadro 9 - Estrutura das entrevistas.....	67
Quadro 10 - Visão geral pré-análise.....	69
Quadro 11 - Elementos analíticos.....	69
Quadro 12 - Aplicação Teoria Agenda-setting.....	91
Quadro 13 - Aplicação Teoria Agenda-setting combinada com outras teorias.....	96
Quadro 14 - Aplicação Múltiplos Fluxos.....	97
Quadro 15 - Aplicação Múltiplos Fluxos combinada com outras teorias.....	99
Quadro 16 - Aplicação Equilíbrio Pontuado.....	100
Quadro 17 - Aplicação Policy Agendas Project.....	101
Quadro 18 - Aplicação Comparative Agendas Project.....	102
Quadro 19 - Codificação das prioridades constantes nos PDI's.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios adicionais - Bases Scopus e Web of Science	61
Tabela 2 - Resultados da Seleção – Busca à Bibliografia	63
Tabela 3 - Quantidade de Publicações por periódico	76
Tabela 4 - Quantidade de publicações por autor	77
Tabela 5 - Quantidade de autores por publicação.....	78
Tabela 6 - Quantidade de publicações por país	78
Tabela 7 - Principais aspectos metodológicos das publicações analisadas	79
Tabela 8 - Correção orçamento empenhado IFFAR.....	114
Tabela 9 - Distribuição das referências nos códigos das prioridades	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	PROBLEMÁTICA.....	23
1.2	OBJETIVOS	25
1.3	JUSTIFICATIVA.....	26
1.4	ESTRUTURA DA PESQUISA	32
2	REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	33
2.1.1	Conceito de Políticas Públicas	33
2.1.2	Formação da agenda	36
2.1.3	Processos de análise da formação da agenda	39
2.1.4	Analisando a formação da agenda	41
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)	46
2.3	FRAMEWORK TEÓRICO	49
3	A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	51
3.1	OS INSTITUTOS FEDERAIS ESTUDADOS.....	52
4	MÉTODO DA PESQUISA	55
4.1	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS – RSL	57
4.2	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS – FORMAÇÃO DA AGENDA NOS IF’S	64
4.3	ASPECTOS ÉTICOS.....	72
5	RESULTADOS	74
5.1	DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE FORMAÇÃO DA AGENDA.....	74
5.1.1	Estudo bibliométrico das publicações	74
5.1.2	Teoria aplicada nas publicações	90
5.2	DA FORMAÇÃO DA AGENDA NOS INSTITUTOS ANALISADOS	104
5.2.1	Questões que emergiram na agenda dos Institutos	106
5.2.2	Mudança ou estabilidade na agenda dos Institutos	122
5.2.3	Principais atores nos Institutos	131
5.2.4	Comparação da Formação da Agenda entre os Institutos	135
5.3	PRINCIPAIS EMERGÊNCIAS DO ESTUDO	138

6	CONCLUSÕES.....	141
	REFERÊNCIAS.....	144
	APÊNDICE A – SELEÇÃO PRÁTICA NAS BASES DE DADOS.....	152
	ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	159
	ANEXO B – MODELO TCLE.....	160
	ANEXO C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	162
	ANEXO D – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFFAR.....	163
	ANEXO E – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFRS.....	164
	ANEXO F – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFSUL.....	165

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário de inúmeras adversidades como, por exemplo, a pandemia da COVID-19, a escassez de recursos naturais e o aquecimento global, existe a necessidade da busca por soluções que permitam fazer frente a essas turbulências. Nesse sentido, a construção de políticas públicas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) torna-se um meio para que os países possam encarar essas adversidades e ainda alavancar o desenvolvimento social e econômico de maneira sustentável.

Observa-se que nas últimas décadas houve o ressurgimento da importância do campo de conhecimento de políticas públicas, bem como das instituições, ordenamentos e modelos os quais regem a sua decisão, elaboração, implementação e avaliação (SOUZA, 2006). E, ainda conforme esta autora, alguns fatores foram preponderantes para essa ascensão. O primeiro deles foi em virtude da adoção de políticas restritivas de gastos, as quais passaram a ser protagonistas na agenda da maioria dos países, principalmente naqueles em desenvolvimento.

Como segundo fator, novas demandas trouxeram um olhar diferente sobre o papel dos governos, os quais substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra (intervenção do estado na economia em busca do pleno emprego) por políticas restritivas de gasto (ajuste fiscal, equilíbrio entre receita e despesa e restrições às intervenções do estado).

O terceiro e último fator apontado por Souza (2006) é que nos países em desenvolvimento, de democratização recente ou recém-democratizados, ainda não se alcançou nível de maturidade que possibilite a esses países a formação de coalizões políticas capazes de promover e formular políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento social e econômico, gerando renda e inclusão para a maioria de seus habitantes.

Portanto, diante das transformações e desafios, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, as políticas públicas devem se constituir em mecanismos que provoquem a transformação de situações econômicas e sociais deficitárias, com inclusão social e redução das desigualdades. Entretanto, é necessário um amplo debate pelo qual se façam proposições que possibilitem o alcance da aludida transformação.

Para OECD (2018), estratégias nacionais para a CT&I servem de base para elaboração de políticas públicas disruptivas. Quando bem geridas, as transformações causadas pelas políticas podem aliviar os transtornos e impactos negativos advindos de grandes turbulências econômicas e sociais. Desse modo, podem servir de articulação para a visão governamental,

engajando a sociedade para participação nesse importante processo de construção de um país mais desenvolvido social e economicamente.

Nesse sentido, cumpre destacar a relevância dos Institutos Federais de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essas instituições, como o resultado de políticas públicas voltadas à CT&I, são propulsoras do desenvolvimento econômico e social em virtude das suas particularidades: ofertar ensino público gratuito e de qualidade, bem como promover a transformação social e econômica por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão.

As políticas públicas, para que sejam efetivas, dependem de quem está conduzindo esse processo, sejam eles representantes eleitos, associações representativas, entre outros. Dye (2017) destaca que as políticas públicas são tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer. Desse modo, priorizando alguma ação ou algumas ações em detrimento de outras.

Mas diante de tantas informações e problemas, como os formuladores de políticas decidem as suas escolhas? Por quais motivos algumas questões são debatidas e implementadas enquanto outras são deixadas de lado? Esse complexo processo de disputa por atenção ao longo do tempo, basicamente resume o objetivo principal dos estudos sobre formação da agenda (CAPELLA, 2018).

E, de acordo com Kingdon (2014), a agenda pode ser compreendida como a lista de problemas ou assuntos que tanto o governo quanto os interessados nas ações governamentais estão focando a atenção a qualquer tempo. Desse modo, nos debates em torno da formação e definição da agenda são estabelecidas as prioridades que serão alçadas a políticas públicas, bem como aquelas a serem deixadas de lado pelo governo.

Diante disso, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pode ser compreendida como o resultado de uma agenda governamental que priorizou investimentos em CT&I. Essa agenda culminou com a aprovação da Lei 11.892/2008, a qual instituiu a Rede Federal, sendo composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

Assim, torna-se relevante observar, dada a autonomia de construção de agenda que essas instituições possuem por conta das suas características legais, quais prioridades são estabelecidas nas agendas dessas instituições no que diz respeito à CT&I.

1.1 PROBLEMÁTICA

As políticas Públicas, voltadas à CT&I, constituem-se objeto de estudo complexo e que permitem uma ampla variedade de aplicações (BUFREM; SILVEIRA; FREITAS, 2018). Neste sentido, Zucatto *et al.* (2021, p. 22) defendem que “A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são temas presentes nas estratégias de governo e são tidos como requisitos para tornar o país desenvolvido.”.

Nesse contexto, a pandemia da COVID-19, a qual se iniciou no final do ano de 2019 (GUARNER, 2020), e seus efeitos no mundo oferecem um lembrete gritante da necessidade de transição para sociedades mais sustentáveis, equitativas e resilientes. Desse modo, políticas públicas voltadas à CT&I serão essenciais para promover e realizar essas transições, fazendo com que a os países estejam preparados para as adversidades bem como possam trilhar um caminho que promova o desenvolvimento social e econômico de maneira sustentável (OECD, 2021).

A organização da CT&I e a maneira como os países atuam no desenvolvimento de políticas públicas para essa área são bastante diversos tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Apesar de ainda existirem debates sobre quais são as melhores alternativas no que diz respeito à políticas públicas voltadas à CT&I, o papel e atuação do Estado é justificado, pois, ao passo que envolve incertezas e altos custos também tem um grande potencial para gerar retornos que promovem o desenvolvimento social e econômico (KOELLER; SKEFF, 2018).

No Brasil, conforme destaca Francisco (2019), a temática CT&I possui destaque na Constituição Federal promulgada em 1988, sendo, portanto, uma área que deve ser priorizada pelo Estado de uma maneira geral. Entretanto, a autora aponta que apesar desse reconhecimento e, mais ainda, relevância para os interesses econômicos do País, as políticas para CT&I são suscetíveis aos contingenciamentos orçamentários e, desse modo, a implementação e desenvolvimento dessas acabam oscilando, fato esse que retarda a autonomia tecnológica do país (FRANCISCO, 2019).

O contexto atual é de contingenciamento de recursos, por conta principalmente da política governamental de impor restrições orçamentárias e soma-se a isso a pandemia da COVID-19, por esses fatores as políticas voltadas à CT&I acabam perdendo espaço para outras prioridades, a agenda governamental fica mais restrita para receber os problemas e a agenda de CT&I deixa de ter a sua devida importância no governo. Pelaez *et al.* (2017) explicam que essa

oscilação decorre tanto pela incapacidade do Estado de construir um projeto de longo prazo, quanto pelo desrespeito sistêmico às leis orçamentárias.

Portanto, a formação da agenda das políticas públicas tem um papel fundamental nesse contexto. É por meio dela que são estabelecidas as prioridades governamentais e, ainda, aquelas que serão descartadas pelo governo por não serem consideradas prioritárias (BIRKLAND, 2016; CAPELLA, 2018; KINGDON, 2014).

Nesse cenário, uma das políticas voltadas à CT&I no Brasil ocorreu com a promulgação da Lei 11.892 de 2008, na qual foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por meio dessa lei, entre outras implementações, o Governo Federal brasileiro descentralizou uma determinada ação para os Institutos Federais (órgãos que compõem a Rede Federal) e lhes conferiu poderes, ainda que limitados conforme os documentos legais que os regem, de definição agenda.

Essa agenda, no âmbito dos Institutos Federais, é construída por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que é demandado, conforme previsão legal, pelo Decreto Presidencial Nº 9.235 de 2017. Destacam-se as principais informações a serem contempladas no PDI:

- a) missão, objetivos e metas da instituição;
- b) projeto pedagógico da instituição, em conjunto com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;
- c) organização didático-pedagógica da instituição, com número de cursos e vagas a serem ofertadas nos anos subsequentes à implantação do PDI;
- d) perfil do corpo docente e dos tutores;
- e) organização administrativa, políticas de gestão e autoavaliação institucional;

Essas informações são amplamente debatidas pela comunidade acadêmica que compõe os Institutos, isto é, servidores, discentes e comunidade externa. Após amplo debate, o PDI é levado para ser ratificado pelo Conselho Superior (CONSUP), órgão máximo deliberativo nos Institutos Federais, o qual é composto por representantes de cada unidade. Portanto, são informações que acabam definindo a agenda do órgão, ou seja, as prioridades elencadas para o período de vigência do PDI e, por conseguinte, pode-se considerar uma extensão da agenda do Poder Executivo Federal. Essa extensão da agenda deve obedecer àquelas prioridades estabelecidas na agenda governamental que culminaram na aprovação da Lei 11.892/2008, destacadas no artigo 6º da referida lei, que apresenta as finalidades e características dos Institutos Federais:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Nota-se que os Institutos possuem finalidade voltada para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Desse modo, torna-se prudente avaliar de que maneira o PDI está sendo construído nesses órgãos, pois, como resultado, poderá ser observado se o que foi definido na agenda governamental está sendo implementado na agenda do órgão executor da política pública.

Pelo exposto, este presente projeto terá como indagação central propulsora da pesquisa o seguinte questionamento: Como ocorre a formação da agenda para a Ciência, Tecnologia e Inovação nos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de formação da agenda referentes à CT&I nos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul. E, para se alcançar esse objetivo, definiu-se como objetivos específicos:

- a) Analisar as tendências teóricas referentes à formação da agenda na formulação de políticas públicas, por meio de uma Revisão Sistemática Literatura;
- b) Investigar quais questões emergiram na agenda de CT&I dos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul;

- c) Identificar mudanças ou estabilidade na formação da agenda de CT&I dos Institutos analisados.
- d) Identificar possíveis empreendedores de políticas nos Institutos analisados;
- e) Comparar a formação da agenda de CT&I dos Institutos estudados;

1.3 JUSTIFICATIVA

A *OECD*, constantemente, reforça a necessidade dos países centrarem esforços em políticas públicas voltadas à CT&I, o que não se trata de mero formalismo dessa organização pois, na visão da *OECD*, a CT&I é o alicerce para a resiliência nas sociedades, por conta do impacto transformador que essas políticas trazem como benefício: o desenvolvimento tecnológico, econômico e social de maneira sustentável (OECD, 2018;2020;2021). Nessa mesma perspectiva, De Moraes e De Meza (2021, p.223) reforçam que “A ciência, a tecnologia e a inovação (CTI) são fatores importantes para impulsionar a produtividade e assegurar, no longo prazo, o crescimento econômico das nações.”.

Nasim e Abbasi (2007) destacam um ponto importante no que se refere ao desenvolvimento social e econômico: os países que têm compromisso com a CT&I apresentam melhores resultados com relação à extração de recursos (entre outros). Esses autores destacam o Japão como referência, pois, ainda que não possua recursos naturais em abundância, apresenta performance superior (prosperidade econômica) ao compararmos com países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o qual possui esses recursos em abundância.

Desse modo, compreendendo o protagonismo dos governos no desenvolvimento de políticas públicas, pois são esses que concentram os esforços para implementá-las, é necessário voltar as atenções na maneira como esses debatem e priorizam os problemas que devem ser resolvidos, ou seja, como se dá a formação da agenda governamental para a formulação de políticas públicas e, mais especificamente, àquelas voltadas à CT&I.

No campo teórico da formação da agenda, o trabalho seminal de Cobb e Elder (1971) iniciou os debates. Por conseguinte, Kingdon (1984) ampliou o espectro com o desenvolvimento do modelo de múltiplos fluxos (MSF). Em síntese, o trabalho de Kingdon possui dois conceitos centrais: a “agenda”, que é a lista de problemas que os formuladores de políticas estão prestando atenção, e as “alternativas”, que são as potenciais soluções para os problemas de políticas listados (BELAND, 2015).

Posteriormente, Baumgartner e Jones (1993) desenvolveram o modelo de equilíbrio pontuado (PET), no qual buscaram explicar os motivos das agendas governamentais passarem

por longos períodos de estabilidade, mas que eram seguidos por mudanças drásticas nas políticas – as pontuações (JONES; BAUMGARTNER, 2005). Kingdon (2014) buscava compreender os motivos e as características principais das mudanças nas agendas. Já Baumgartner e Jones (1993) se concentraram em estudar as características dos períodos de estabilidade os quais eram seguidos por mudanças radicais no processo de formação da agenda.

Enquanto Kingdon (2014) focou os seus estudos nas áreas da saúde e transporte, Baumgartner e Jones (1993) verificaram e analisaram uma série de formulação de políticas, em ambos foram analisadas políticas relativas aos EUA. Tanto Kingdon (2014) quanto Baumgartner e Jones (1993) focaram suas pesquisas na formação da agenda governamental. Entretanto, o modelo serviu como base para a aplicação em todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal), sendo que esses modelos são amplamente utilizados atualmente¹, inclusive na avaliação de políticas públicas transnacionais (ONU, União Européia, Mercosul, entre outros).

Observa-se, portanto, que os estudos sobre formação da agenda geralmente concentram-se nos níveis das esferas Federal, Estadual e Municipal (no Brasil, pode-se definir essa arena como sendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo). Nesse sentido, busca-se por meio dessa pesquisa, utilizando-se dos conceitos de Kingdon (2014) e Baumgartner e Jones (1993), analisar um nível pouco, ou não observado nos estudos que se referem à formação da agenda, que é a agenda dos órgãos que executam uma determinada política pública.

Portanto, pretende-se inovar na aplicação dos conceitos teóricos sobre formação e definição da agenda para o nível de uma política pública em execução, mais especificamente de um órgão executor da política, que é o caso dos Institutos Federais de Ciência, Inovação e Tecnologia, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

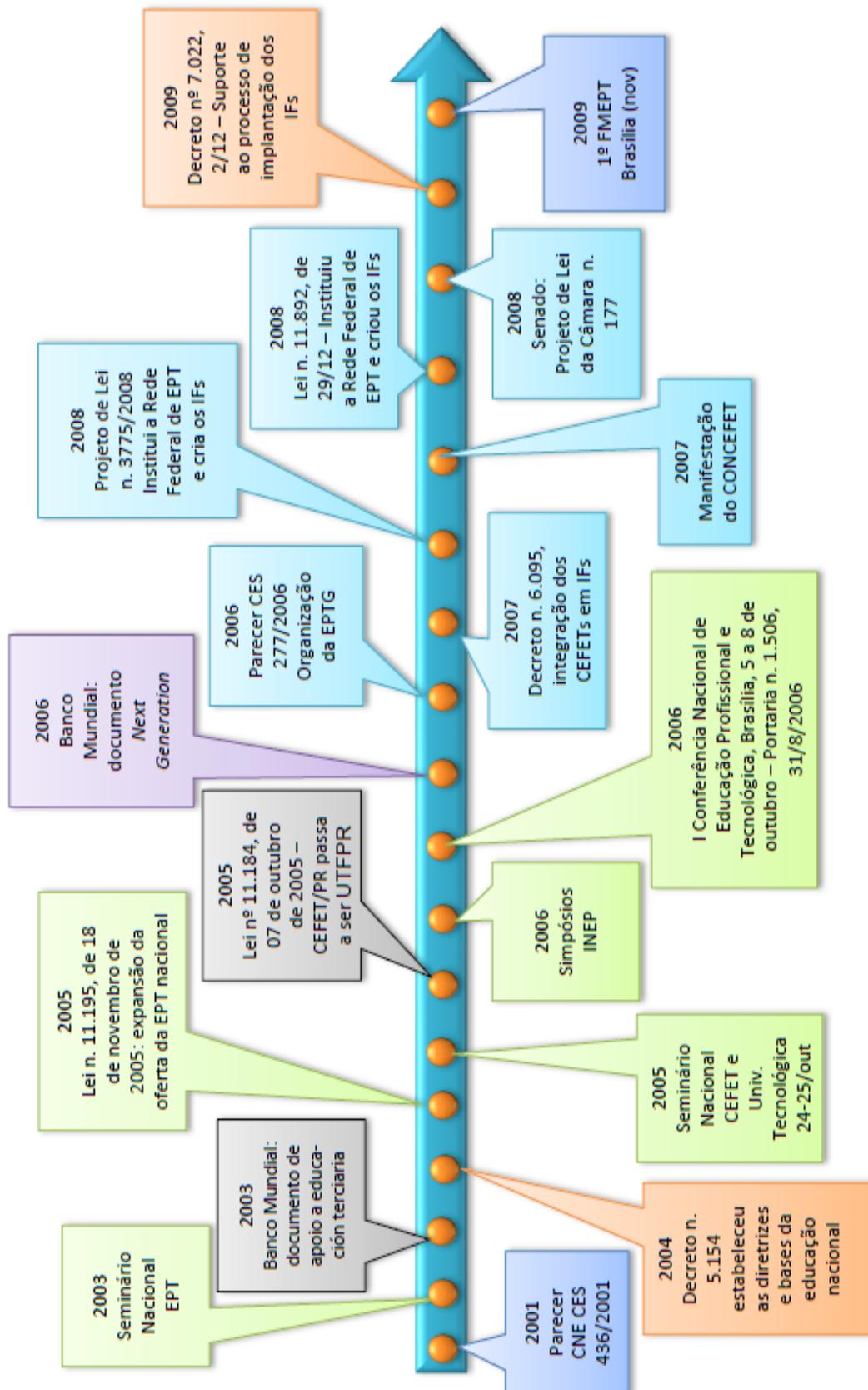
Oportuna se torna essa análise, pelo fato dos Institutos Federais serem o reflexo da implementação de uma política pública voltada ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação e, mais ainda, pelo fato de possuírem autonomia didática, administrativa e financeira, conforme previsão legal. Essa autonomia faz com que os órgãos que compõem a Rede Federal estabeleçam as suas agendas, observando, logicamente, os documentos legais que regem a sua atuação.

Os debates que culminaram na implementação da Rede Federal se iniciaram em 2001, e o resultado da criação e implementação ocorreram em 2008, por meio da Lei nº 11.892, a qual

¹ Para verificar maiores informações sobre a aplicação dos modelos teóricos: MSF ver a meta revisão de Jones, M. D. *et al.* (2016); PET ver a meta revisão de Kuhlmann, J. e Van Der Heijden (2018); MSF e PET no Brasil ver Capella (2020).

instituiu a Rede Federal de EPT e criou os IF's (FIALA, 2020). A Figura 1 demonstra a linha do tempo, com o fluxo dos fatos e acontecimentos que culminaram na criação da Rede Federal.

Figura 1 - Linha do tempo da constituição da Rede Federal



Fonte: FIALA (2020, p. 17).

Portanto, pode-se relatar que a agenda da Rede Federal começou a ser formada em 2001, transitando para a agenda decisória (conforme Birkland, 2016) do governo entre 2007 e 2008. A política pública se consolida, desse modo, com a aprovação da Lei Nº 11.892/2008. Com a política já implantada, a Rede Federal passa a representar o governo na execução dessa política.

Os Institutos Federais (órgãos públicos que compõem a Rede Federal), no que diz respeito à natureza jurídica, são autarquias federais, conforme destacado na Lei Nº 11.892/2008 da criação da Rede Federal, no seu artigo 1º, parágrafo único:

Art. 1o Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

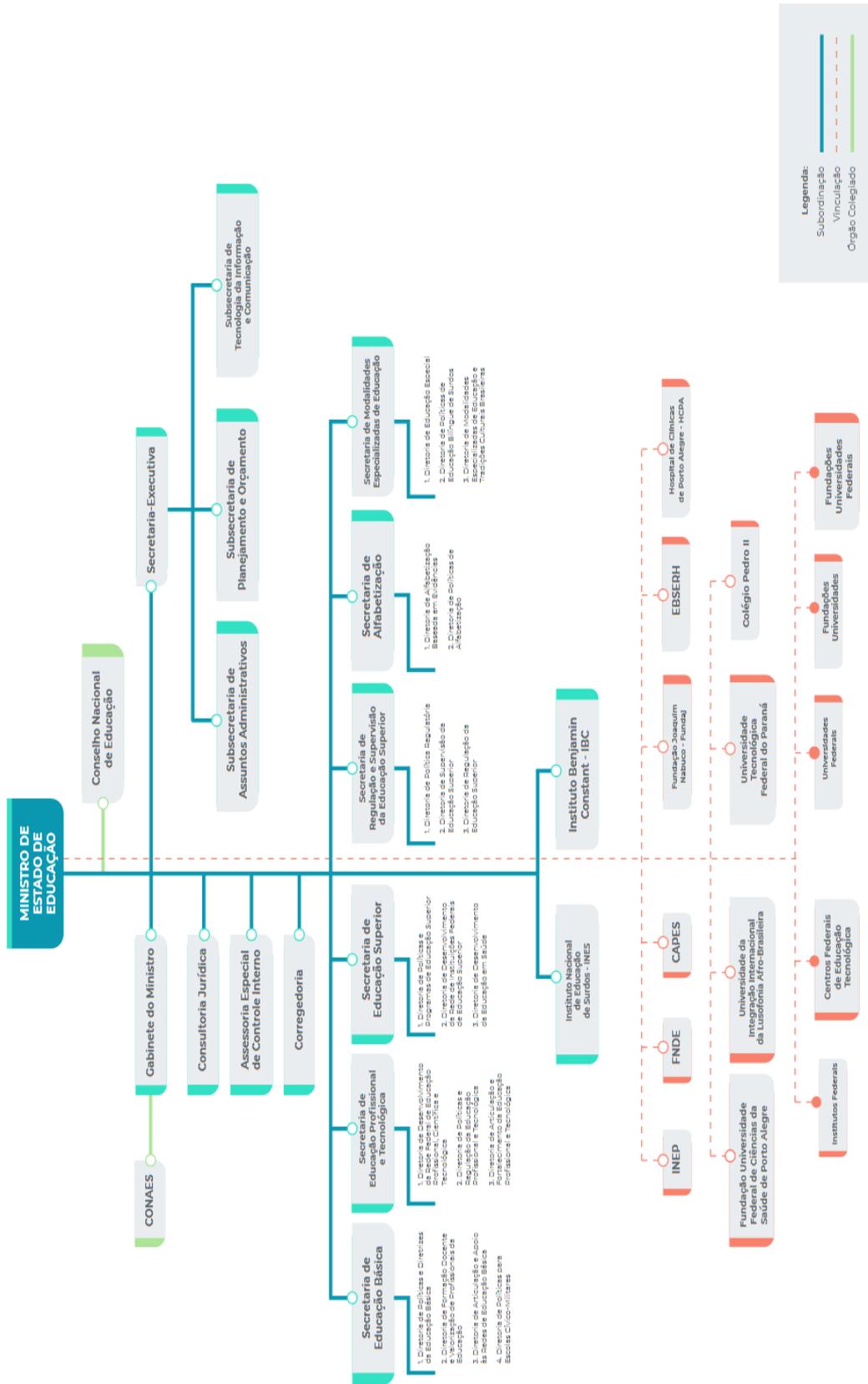
Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (BRASIL, 2008, p. 1)

Silva (2009, p. 19) destaca que “O conceito de autonomia pressupõe a liberdade de agir ou, em outras palavras, a possibilidade de autogestão, autogoverno, autonormação, ocorrendo em sistemas relacionais, em contextos de interdependência”. Os Institutos Federais, em virtude das características destacadas acima, mais especificamente quanto à autonomia que lhes é conferida, têm como uma de suas prerrogativas a formação da agenda. Logicamente, essa agenda não guarda as mesmas características da agenda governamental, conforme explicado neste referencial.

Complementando, as autarquias representam um braço da Administração Federal Indireta (BRASIL, 1967). As Autarquias são consideradas um “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.” (BRASIL, 1967, p. 1).

Nesse sentido, conforme explicado no Decreto Presidencial Nº 200 de 1967, as autarquias são vinculadas ao “Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.” (BRASIL, 1967). No caso da Rede Federal, esse vínculo é com o Ministério da Educação, conforme demonstrado no Organograma do referido Ministério na Figura 2.

Figura 2 - Organograma Ministério da Educação



Fonte: Brasil (2019).

Entretanto, pode-se estabelecer uma relação com a agenda do Poder Executivo Federal de uma maneira geral. Isso pelo fato de, como autarquias que são, representam uma extensão do Estado na execução das políticas públicas implementadas por meio da agenda governamental.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Quanto à estrutura dessa pesquisa, organiza-se da seguinte maneira: no primeiro capítulo há uma contextualização introdutória, na qual são apresentados o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos e ainda a justificativa para a execução dessa pesquisa. Já no segundo capítulo, há a revisão bibliográfica sobre os temas Políticas Públicas, a formação da agenda e Políticas Públicas voltadas para a CT&I. Em seguida, no terceiro capítulo, é apresentada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica bem como os Institutos analisados. No quarto capítulo são demonstrados os procedimentos metodológicos observados para o alcance dos objetivos propostos. O quinto capítulo apresenta a discussão e os resultados da pesquisa, o qual é seguido pelo sexto capítulo que apresenta as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, objetiva-se demonstrar os conceitos teóricos que nortearam o desenvolvimento desse estudo, sem a pretensão de esgotar as abordagens das temáticas apresentadas. A ideia é estabelecer um referencial possível e adequado à compreensão dos fatos. Portanto, são abordados aspectos relativos aos principais conceitos sobre Políticas Públicas, com um resgate histórico suficiente para o entendimento sobre o tema é apresentado. Em seguida, são apresentados os conceitos referentes à formação da agenda, o qual possui como definição sinônima *agenda-setting* e, em síntese, busca estudar como os problemas (ou questões) que emergem ganham a atenção dos governos na formulação de políticas de públicas (BRASIL; CAPELLA, 2015; BIRKLAND, 2016).

Inicialmente, apresenta-se o conceito sobre o termo agenda e o surgimento dessa temática no campo teórico. Por conseguinte, um debate sobre as principais vertentes teóricas desenvolvidas bem como os seus autores. Em seguida, são discutidos dois dos principais modelos de análise da formação da agenda utilizados na atualidade, o modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014) e a Teoria do Equilíbrio Pontuado de Baumgartner e Jones (1993). Além disso, para uma compreensão adequada que vai além da formação da agenda, destacam-se aspectos concernentes ao ciclo das políticas públicas, para que fique adequadamente compreendido o *framework* utilizado nessa pesquisa. Além disso, apresentam-se alguns dos principais aspectos referentes a políticas públicas voltadas à CT&I.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1 Conceito de Políticas Públicas

As políticas públicas possuem vasto campo de estudo, com diversas vertentes teóricas amplamente estudadas até o momento. O trabalho pioneiro de H. Laswell, em 1936, no qual introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), deu início a esse desenvolvimento. Conforme Souza (2006), é possível identificar quatro nomes que seriam os “pais” (fundadores) da área de políticas públicas. De maneira sintética, no Quadro 1, apresentam-se esses autores e as suas principais contribuições:

Quadro 1 - Os quatro precursores da área de políticas públicas

H. Laswell (1936)	Introduz a expressão <i>policy analysis</i> (análise de política pública) ainda na década de 30, como maneira de conciliar conhecimento acadêmico e científico com a produção empírica dos governos, bem como uma maneira de estabelecer interlocução entre pesquisadores/cientistas, governo e grupos de interesse.
H. Simon (1957)	Introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (<i>policy makers</i>). Essa racionalidade limitada, entretanto, poderia ser minimizada por meio do conhecimento racional.
C. Lindblom (1959; 1979)	Contrapôs a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e fez uma proposta para incorporação de mais variáveis à formulação e à análise de políticas públicas. A ideia era acrescentar variáveis do tipo relações do poder e a integração nas diferentes fases do processo de tomada de decisão.
D. Easton (1965)	Realizou a sua contribuição ao estabelecer política pública como um sistema, no qual há interação entre formulação, ambiente e resultados. Para o autor, as políticas públicas possuem <i>inputs</i> (partidos políticos, mídia, grupos de interesse), os quais influenciam nos efeitos e impactos esperados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Souza (2006).

A partir dessa compreensão, na qual destaca-se o ponto de partida do campo teórico sobre políticas públicas, emerge a seguinte questão: o que são políticas públicas? Nesse sentido, Souza (2006), traz contribuições relevantes quanto aos principais conceitos, os quais são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Definições acerca de políticas públicas

Laswell (1936)	Está é a definição mais conhecida, o autor definiu que tanto as decisões quanto as análises de política pública visam responder as seguintes perguntas: quem ganha o quê? por quê? e que diferença faz?
Lynn (1980)	Define como um conjunto de ações governamentais que devem produzir determinados efeitos.
Dye (1984)	Conceitua política pública como aquilo que o governo escolhe/decide fazer ou não fazer.
Peters (1986)	Estabeleceu que política pública é a soma de todas as atividades do governo, o qual age diretamente ou por delegação, e que impactam na vida do cidadão.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Souza (2006).

As políticas públicas possuem, desse modo, papel fundamental no cotidiano da sociedade civil organizada, pois é por meio delas que o estado entra em ação. Conforme visto, é nesse momento que o estado decide se faz ou não faz determinada ação, ou seja, estabelece prioridades ou, ainda, deixa de fazer determinada ação. Esse processo de escolha foi

aperfeiçoando-se ao longo do tempo, em virtude das vertentes de conhecimentos sobre políticas públicas que estavam se consolidando. Neste sentido, Farah (2016, p. 67) destaca:

A incorporação da abordagem da política pública pelos estudos sobre o Estado se deu por duas vertentes, que ora se interpenetraram, ora se afastaram. De um lado, pela vertente dos estudos de políticas públicas (*policy studies*), em que se buscava explicar o processo de produção das políticas. De outro, pela vertente da *policy analysis*, cujo foco era fornecer subsídios para políticas públicas (Vaitsman; Ribeiro; Lobato, 2013). Em ambos os casos, havia um *leitmotiv* comum – contribuir para a busca de respostas a problemas públicos destacados pela agenda societária e governamental. (FARAH, 2016, p. 67).

A vertente que se busca explorar nesta pesquisa é a dos estudos de políticas públicas (*policy studies*), pelo fato de se buscar uma compreensão e explicação sobre o processo de produção de políticas. Embasado em Laswell (1936), Dye (2017, p.1 – tradução nossa) define que a análise de políticas públicas (*policy analysis*) está preocupada em responder basicamente a três questões: “o que os governos fazem”, “por que o fazem?” e “que diferença isso faz?”. Cairney (2012) converge com esses questionamentos, complementando que estudamos políticas públicas pelo fato de procurarmos saber por que determinadas decisões são tomadas.

Nesse contexto, Howllet, Ramesh e Perl (2020) citam que quase todas experiências no decorrer da vida de um cidadão, do berço ao túmulo, são moldadas por políticas públicas. Existem políticas que criam ou transformam os hospitais onde nascemos, as escolas onde estudamos, as organizações para as quais trabalhamos e as casas nas quais vivemos. Toda a renda ganha com o trabalho ou negócio (legalmente) é tributado de acordo com uma política pública, e as aposentadorias e pensões que estendem essa renda até a aposentadoria são regulamentadas e, parcial ou integralmente, custeadas pelo tesouro público. Ainda, depois de nossa morte, nossas formalidades funerárias e propriedades, de qualquer tamanho, também serão regidas por políticas públicas.

Diante desse cenário, no qual as políticas públicas exercem influência direta nas nossas vidas, surgem alguns questionamentos: como funciona o processo decisório das políticas públicas? Quais temas ganham mais relevância e atenção dos governos? Por quais motivos algumas políticas são escolhidas em detrimento de outras? E, ainda, quais são os aspectos que levam a mudanças nas políticas públicas? Para buscar respostas a essas perguntas, há um campo teórico que se debruça especificamente em analisar o processo de formação da agenda das políticas públicas (*agenda-setting*), o que será debatido na próxima seção.

2.1.2 Formação da agenda

O termo agenda surgiu com o trabalho de Roger W. Cobb e Charles D. Elder, em *The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective For Modern Democratic Theory* (BRASIL; JONES, 2020; CAPELLA, 2018). Cobb e Elder (1971, p. 905), definiram o termo agenda como: “*It should be noted that we have used the term "agenda" to refer to a general set of political controversies that will be viewed as falling within the range of legitimate concerns meriting the attention of the polity.*”. Nessa que é uma das primeiras definições sobre o termo, os autores destacam, portanto, que a agenda é um conjunto geral de questões de controvérsias políticas, as quais são legítimas, e que merecem atenção do sistema político.

Kingdon (2014) e Birkland (2016) conceituam na mesma direção que Cobb e Elder. Na concepção de Kingdon (2014, p. 3), a agenda “é a lista de assuntos ou problemas aos quais funcionários governamentais, e pessoas de fora do governo intimamente associadas a esses funcionários, estão prestando séria atenção a qualquer momento.” Birkland (2016, p. 122 – tradução nossa) acrescenta que a agenda é “a lista de coisas que estão sendo discutidas e às vezes postas em prática por uma instituição, a mídia de notícias ou o público em geral.”.

Partindo desses conceitos iniciais, a agenda possui diferentes tipos ou níveis de classificação. Apresentam-se as definições de Cobb e Elder (1971), Kingdon (2014) e Birkland (2016). Cobb e Elder (1971) definem a agenda em dois tipos: a agenda sistêmica e a agenda governamental: a primeira, pode ser compreendida como todas as questões que são habitualmente percebidas no ambiente político como dignas da atenção pública; e, a segunda é definida como o conjunto de questões que serão realmente consideradas pelos formuladores de políticas, ou seja, aquelas que poderão ser alçadas efetivamente para uma política pública.

Por conseguinte, Kingdon (2014) estabelece também dois tipos de agendas: a agenda governamental e a agenda de decisão (ou especializada). Tanto a agenda governamental quanto a agenda de decisão vão de encontro com a perspectiva traçada por Cobb e Elder. Segundo Kingdon (2014, p. 3 – tradução nossa) a agenda governamental (sistêmica no caso de Cobb e Elder) se refere à “a lista de assuntos aos quais os governantes e aqueles que os cercam estão prestando muita atenção” em um determinado momento. Conforme explica esse autor, essa lista varia de uma parte do governo para outra. O autor define dois tipos de lista, uma mais ampla que, “por exemplo, têm como pauta os maiores itens, coisas como crises internacionais, grandes iniciativas legislativas, o estado da economia e grandes decisões orçamentárias, e uma mais especializada “incluindo agendas para funcionários de saúde ou funcionários de transporte” (KINGDON, 2014, p. 4).

Já, a agenda de decisão (governamental no caso de Cobb e Elder) “inclui apenas aqueles assuntos que estão se posicionando para algum tipo de decisão oficial, como uma promulgação legislativa ou ação presidencial.” ou “que estão em pauta para uma decisão ativa” (KINGDON, 2014, p. 4). Portanto, a agenda governamental diz respeito a uma agenda mais ampla e genérica, enquanto a agenda de decisão é aquela na qual os debates estão ocorrendo sobre determinada questão e essa questão está pronta para ser alçada a uma política pública.

Birkland (2016) amplia os níveis de agenda. A proposta do autor é que existe o universo da agenda (*agenda universe*) e, desse universo a agenda se divide em um subconjunto (Capella, 2018) de três níveis: a agenda sistêmica, a agenda institucional e a agenda decisória. No que diz respeito ao universo da agenda, Birkland (2016, p. 124 – tradução nossa) define que seria “a lista de todas as ideias possíveis que poderiam ser apresentadas em qualquer sociedade”.

Com relação à agenda sistêmica, Birkland (2016) se utiliza da definição já referenciada de Cobb e Elder (1971). Quanto às agendas institucional e de decisão, Birkland (2016) traz definições muito semelhantes às de Cobb e Elder (1971) e Kingdon (2014). A agenda institucional é a “lista de questões que estão sendo consideradas por uma instituição governamental, como uma agência, legislatura ou tribunal” e a agenda decisória é a “que contém itens que estão prestes a ser implementados por um órgão governamental, como projetos de lei, processos judiciais ou regulamentos.” (BIRKLAND, 2016, p. 125 – tradução nossa). Para uma visão geral dos níveis de agenda apresentados, desenvolveu-se o Quadro 3.

Quadro 3 - Visão geral sobre os níveis de agenda

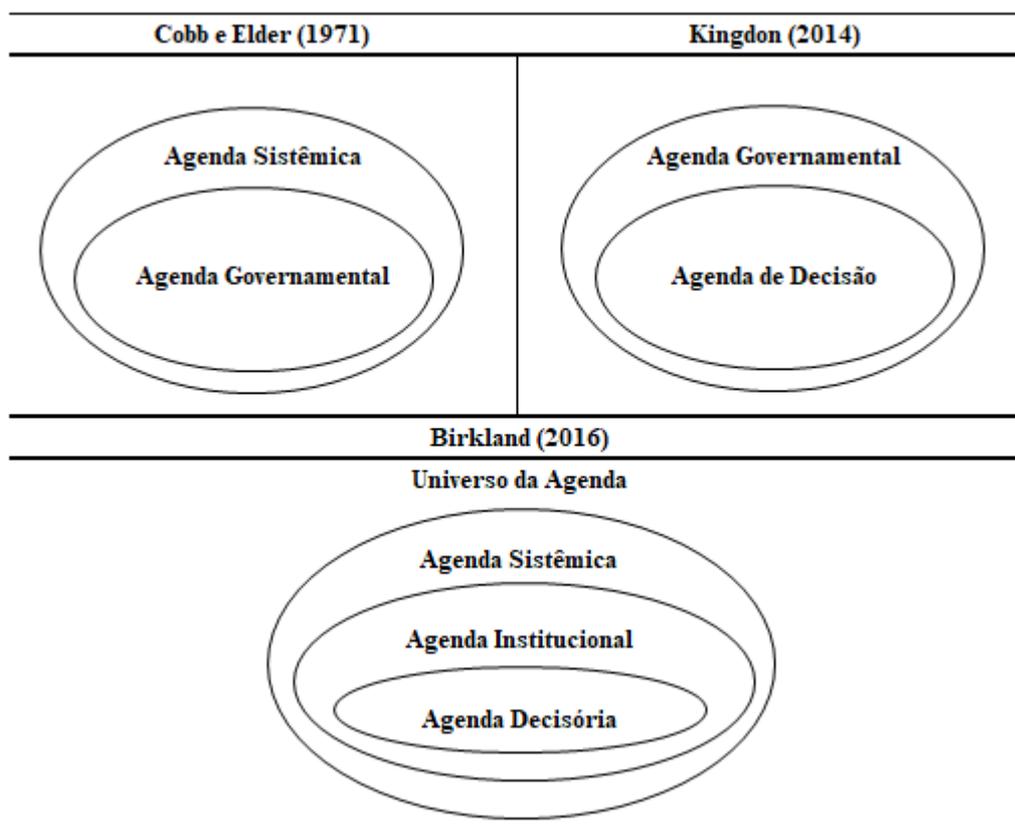
Autor(es)	Níveis de agenda	Conceito
Cobb e Elder (1971)	Agenda Sistêmica	Todas questões que são habitualmente percebidas no ambiente político como dignas da atenção pública.
	Agenda Governamental (ou Institucional)	Conjunto de questões que serão realmente consideradas pelos formuladores de políticas.
Kingdon (2014)	Agenda Governamental	É a lista de assuntos aos quais os governantes e aqueles que os cercam estão prestando muita atenção” em determinado momento.
	Agenda de Decisão	Inclui apenas aqueles assuntos que estão se posicionando para algum tipo de decisão oficial, como uma promulgação legislativa ou ação presidencial.
Birkland (2016)	Universo da Agenda	É a lista de todas as ideias possíveis que poderiam ser apresentadas em qualquer sociedade.
	Agenda Sistêmica	Se utiliza do mesmo conceito de Cobb e Elder (1971), no qual se refere a todas as questões que são habitualmente percebidas no ambiente político como dignas da atenção pública.

	Agenda Institucional	É a lista de questões que estão sendo consideradas por uma instituição governamental, como uma agência, legislatura ou tribunal.
	Agenda Decisória	É a que contém itens que estão prestes a ser implementados por um órgão governamental, como projetos de lei, processos judiciais ou regulamentos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A Figura 3 demonstra uma síntese dos diferentes níveis da agenda com base nos conceitos apresentados de Cobb e Elder (1971), Kingdon (2014) e, por fim, Birkland (2016).

Figura 3 - Níveis da agenda



Fonte: Desenvolvido com base em Cobb e Elder (1971), Kingdon (2014), Birkland (2016) e Capella (2018).

Princen (2007) refere-se aos processos de definição da agenda como cruciais, pois determinam quais questões são levadas para a tomada de decisão. Os processos de definição da agenda, portanto, determinam quais problemas e alternativas são legítimas em um sistema político. Como resultado disso, esse autor consolida que a definição da agenda é um processo altamente político: os atores políticos procuram ativamente trazer as questões para a agenda se

estiverem procurando uma mudança de política, ou mantê-las fora da agenda se quiserem defender o *status quo*.

E, uma vez apresentados os aspectos conceituais básicos referentes à agenda, explora-se a seguir os processos que visam compreender a formação e definição da agenda, o contexto de aplicações bem como suas perspectivas.

2.1.3 Processos de análise da formação da agenda

Antes de iniciar efetivamente o debate sobre os métodos de análise da formação da agenda, necessita-se realizar mais uma delimitação teórica, nesse caso especificamente quanto ao eixo temático que será abordado nesta pesquisa. Brasil e Capella (2015) ressaltam que a literatura consagrou a existência de três eixos temáticos no que diz respeito à formação da agenda:

[...] a literatura consagrou como sendo a existência de três eixos temáticos na formação de agenda: a midiática (media agenda-setting); a pública (public agenda-setting) e, finalmente, a agenda governamental (policy agenda-setting) (McCOMBS, SHAW, 1972, 1993; KOSICKI, 1993; ROGER, DEARING e BREGMAN, 1993; COBB, ELDER, 1971, 1976; TRAQUINA, 1995, BIRKLAND, 2001).”. (BRASIL; CAPELLA, 2015, p. 47).

Em síntese, os autores destacam que a agenda midiática objetiva identificar e estudar como e de que maneira as questões surgem nos meios de comunicação. Os estudos sobre a agenda pública se preocupam com a compreensão “da forma como o público se comporta e importa com determinadas questões” (CAPELLA, 2015, p. 48). E, por fim, no eixo temático a ser utilizado como *framework* nesta pesquisa, a agenda governamental, na qual, em resumo, os estudos focam no processo de formulação das políticas (emergência de questões e fase pré-decisória).

A formação da agenda é considerada um dos elementos mais importantes do processo de formulação das políticas públicas (BRASIL; JONES, 2020; CAPELLA, 2020), sendo a primeira, indispensável e, talvez, a mais crítica fase do ciclo de políticas (HOWLETT e RAMESH, 2003; VANHOONACKER; POMORSKA, 2013). É por meio dela que são estabelecidas as prioridades governamentais e se inicia o trâmite legal para uma determinada política pública.

Nos estudos sobre políticas públicas, a formulação (fase que compreende a formação da agenda), geralmente é apresentada sob a ótica do ciclo de políticas públicas. Desse modo, a formulação é a fase inicial, seguida, na maioria das vezes, das fases de tomada de decisão,

implementação e avaliação (CAPELLA, 2018). A política pública como uma disciplina ganhou muito impulso a partir de duas metáforas eminentes com forte apelo analítico - 'fases/ciclos' e múltiplos fluxos – ainda, ambas foram criticadas por falta de realismo político e uma em particular (múltiplos fluxos) foi aplicada apenas para a fase de agenda do processo político (CAPELLA, 2018).

Na vertente dos ciclos², as políticas públicas tratam-se de um processo dinâmico no qual são estabelecidas ações e não ações e que, geralmente, consistem nas etapas de Formulação, Implementação e avaliação (MACEDO et al., 2016) e cinco fases, conforme Deubel (2008), que são 1) identificação e institucionalização do problema 2) formulação de soluções e ações 3) tomada de decisão 4) implementação e 5) avaliação. O Quadro 4 demonstra as etapas, inclusive com as atividades de cada uma delas, bem como os atores envolvidos:

Quadro 4 - Processo do Ciclo de Políticas Públicas

Etapas	Formulação			Implementação	Avaliação
Fases	Fase I	Fase II	Fase III	Fase IV	Fase V
Atividades	Identificação e institucionalização do problema	Formulação de soluções e ações	Tomada de decisão	Implementação	Avaliação
Atividades	Valores; Acontecimentos; interesses; demandas e agenda pública.	Elaboração e avaliação de respostas. Seleção de critérios.	Encontrar uma coalizão majoritária, legitimação.	Execução, gestão, efeitos concretos.	Reações, julgamento sobre os efeitos, medição, avaliação, propostas de reajuste.
Atores	Partidos, movimentos sociais, associações, mídia, administração pública, ONGs, etc.	Parlamentos, associações, administração pública, organizações políticas e sociais, ONGs, etc.	Parlamento, Presidente, Ministros, Governadores, prefeitos, etc.	Administração Pública, ONGs, empresas privadas.	Mídia, especialistas, administração pública, responsáveis políticos, organizações políticas e sociais, associações, destinatários, ONGs.

Fonte: Adaptado de Deubel (2008, p. 79) e Macedo *et al.* (2016, p. 569).

Observa-se que o processo de formulação de políticas públicas perpassa por diversas etapas e fases, sendo que a formação da agenda (agenda-setting) pode ser inserida no contexto das fases de I a III, pois trata tanto daquelas questões (ou problemas) que serão selecionados quanto daqueles que serão dispensados da agenda governamental. O processo pelo qual as

² Para maiores informações sobre a vertente dos ciclos de políticas públicas ver Capella (2018, p. 9-10), Deubel (2008, p. 76-79), Dye (2017, p. 9-24) e Macedo et al. (2016, p. 596-597).

informações são priorizadas para ação e a atenção alocada a alguns problemas em vez de outros é chamado de definição da agenda (JONES; BAUMGARTNER, 2005).

A formulação também é considerada uma fase pré-decisória e, desse modo, “tanto a definição da agenda quanto a seleção de alternativas são momentos que antecedem a tomada de decisão formal” (CAPELLA, 2018, p. 73). Por isso, geralmente, a formação da agenda é estudada “fora” do ciclo de políticas públicas. Nesse sentido, demonstra-se, no que diz respeito à formação da agenda, duas vertentes teóricas que são consolidadas nos estudos sobre formulação de políticas públicas: Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Framework*) de Kingdon (2014) e a teoria do Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium Theory*) de Baumgartner e Jones (1993). Esses dois modelos possuem como características principais verificar as mudanças (no caso dos Múltiplos Fluxos) e períodos de estabilidade e mudanças (Equilíbrio Pontuado) no processo de formação das agendas das políticas públicas (CARTER; JACOBS, 2014).

2.1.4 Analisando a formação da agenda

Inspirado pelo modelo *garbage can model* (modelo da lata de lixo) de Cohen *et al.* (1972), a estrutura do modelo de *Multiple Streams Framework* (MSF) de Kingdon foi lançada originalmente em 1984 por meio do seminal livro *Agendas, Alternatives and Public Policies* (BELAND, 2015; BLOCK, 2017; CAIRNEY, 2018; CAPELLA, 2020; RIDDE 2009; WINKEL; LEOPOLD, 2016). Os dois conceitos centrais do livro são “agenda”, a lista de problemas aos quais os formuladores de políticas estão prestando atenção, e “alternativas”, as soluções potenciais para tais problemas de política (BELAND, 2015).

No modelo proposto, basicamente busca-se explicar como as agendas mudam (CAPELLA, 2020). Conforme explica Kingdon (2014, p. 19):

We conceive of three process streams flowing through the system-streams of problems, policies, and politics. They are largely independent of one another, and each develops according to its own dynamics and rules. But at some critical junctures the three streams are joined, and the greatest policy changes grow out of that coupling of problems, policy proposals, and politics.

Desse modo, o autor busca explicar as mudanças na agenda por meio desses três fluxos: o fluxo de problemas, o fluxo de políticas públicas (ou fluxo de soluções) e o fluxo político (CAPELLA, 2020). Esses fluxos independentes, em momentos críticos (por exemplo, eleições, pressão de grupos de interesse, uma catástrofe, entre outros), se unem e ocorrem as mudanças

nas políticas. O Quadro 5 apresenta uma síntese dos fluxos, conforme apresentados por Kingdon (2014).

Quadro 5 - Síntese dos Fluxos

Fluxo Problemas	Os problemas são trazidos à atenção das pessoas dentro e ao redor do governo por indicadores sistemáticos, focalizando eventos como crises e desastres, ou pelo <i>feedback</i> da operação dos programas atuais. As pessoas definem as condições como problemas comparando as condições atuais com seus valores relativos a estados de coisas mais ideais, comparando seu próprio desempenho com o de outros países ou colocando o assunto em uma categoria em vez de outra.
Fluxo Políticas Públicas	Assemelha-se a um processo de seleção natural biológica. Muitas ideias são possíveis em princípio, e flutuam em uma "sopa política primordial" (<i>policy primeval soup</i>) na qual os especialistas testam suas ideias de várias maneiras - apresentações de projetos de lei, discursos, testemunhos, artigos e conversas. O sistema de seleção restringe o conjunto de propostas concebíveis e seleciona desse grande conjunto uma pequena lista de propostas que está realmente disponível para consideração séria.
Fluxo Político	É composto de fatores como oscilações de humor nacional, mudança de governo ou legislativo e campanhas de pressão de grupos de interesse. Os itens da agenda em potencial que são congruentes com o clima nacional atual, que gozam de apoio de grupos de interesse ou não têm oposição organizada e que se encaixam nas orientações das coalizões legislativas prevalecentes ou da administração atual têm maior probabilidade de ganhar destaque na agenda do que itens que não os atendem condições. A combinação da percepção do sentimento nacional e da rotatividade de funcionários eleitos afeta particularmente as agendas, enquanto o equilíbrio das forças organizadas tem maior probabilidade de afetar as alternativas consideradas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Kingdon (2014).

Mas as mudanças nas políticas não acontecem por acaso. Para que de fato aconteçam, existem dois fatores que, aliados aos fluxos, são os propulsores das mudanças: as “janelas de oportunidades” (*policy windows-opportunities*) e os empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*). A união dos três fluxos ocorre em momentos críticos, a essa união, Kingdon estabelece como “acoplamento” (*coupling*), ou seja, “as soluções se unem aos problemas e ambos se unem às forças políticas favoráveis” (KINGDON, 2014, p. 20). Nesse caso, o acoplamento é mais provável de acontecer quando as “janelas de oportunidades” estiverem abertas.

E nesse momento, quando surgem as janelas de oportunidades é que agem os empreendedores de políticas. Em síntese, os empreendedores de políticas são os atores principais do MSF (eles podem ser de dentro ou de fora do governo) e estão dispostos a investir seus recursos na promoção de suas propostas ou problemas (questões) preferidos e são responsáveis não apenas por fazer com que pessoas importantes prestem atenção, mas também por unir soluções para os problemas e por unir problemas e soluções para a política

(KINGDON, 2014). Os atores entram em ação não somente para a promoção das suas ideias, mas também atuam para que não sejam incluídas na agenda ideias que eles considerem prejudiciais para os seus propósitos (CAPELLA, 2015).

Kingdon (2014) realiza uma distinção entre participantes “visíveis” e “invisíveis” (ALMEIDA; GOMES, 2018). O grupo visível de atores, aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público, incluem o presidente e seus indicados de alto nível, membros proeminentes do Congresso, a mídia e atores relacionados às eleições, como partidos políticos e militantes. O grupo “invisível” inclui especialistas acadêmicos, burocratas de carreira e funcionários do Congresso (KINGDON, 2014).

No modelo *Punctuated Equilibrium Theory* (Teoria do Equilíbrio Pontuado) o papel dos empreendedores de políticas também é central (CAPELLA, 2015; JENNINGS *et al.*, 2017). Em 1993, com o lançamento do livro *Agendas and Instability in American Politics*, Frank Baumgartner e Bryan Jones, utilizando-se dos conceitos delineados por Kingdon e de outros autores da ciência política, desenvolveram a teoria do equilíbrio pontuado (CAPELLA, 2020). O objetivo principal da teoria, nessa primeira versão, buscou explicar os motivos das agendas passarem por longos períodos de equilíbrios, mas que ocasionalmente passam por mudanças políticas em grande escala, as pontuações (JONES; BAUMGARTNER, 2005).

Nesse sentido Baumgartner e Jones, em 1993, verificaram e analisaram uma série de formulação de políticas dos EUA, e as principais descobertas foram: a formulação de políticas dá saltos e passa por períodos de quase estagnação (estabilidade ou equilíbrio) à medida que as questões surgem e desaparecem da agenda pública; a tendência para o equilíbrio pontuado é intensificada pelas instituições do sistema político americano; e, as imagens de políticas (também compreendida como definição de questão) desempenham papel crítico na expansão de questões além do controle dos especialistas e interesses especiais que ocupam, o que eles denominaram "monopólios de políticas" (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 2007).

Duas questões são importantes para compreender os estudos da teoria do equilíbrio pontuado: o equilíbrio ocorre quando as políticas estão seguindo o fluxo normal, quando não há significativa atenção da mídia e do público e as autoridades governamentais se articulam entre os grupos de interesse, cenário no qual ocorrem geralmente as políticas incrementais e essas se dão, normalmente, no ambiente dos subsistemas. Por outro lado, há momentos (por exemplo, alguma crise nacional) que acabam por chamar a atenção pública acentuadamente, mobilizando partidos políticos, políticos eleitos, bem como movimentos sociais, sendo que isso ocorre no ambiente da macropolítica, e ocasiona mudanças em grande escala, ou seja, um

equilíbrio pontuado (BRASIL; JONES, 2020). Essa transição entre o subsistema e a macropolítica é, justamente, o fenômeno abordado na teoria do equilíbrio pontuado (BRASIL; JONES, 2020).

Grande parte da formulação das políticas é conduzida por subsistemas de políticas, ou seja, são espaços institucionais capazes de lidar com significativo número de questões e que, geralmente, estão fora da arena política tradicional. Esses subsistemas são formados por especialistas, burocratas e grupos de interesse. Os monopólios de políticas, geralmente, são sustentados por um valor ou ideia central de apoio - uma imagem de política (“definição de questão”) - que estrutura as normas sociais e políticas em torno das quais os debates de política são organizados (JENNINGS *et al.*, 2017).

Nesse caso, os subsistemas exercem resistência às mudanças em grande escala nas políticas, fato que é denominado por Baumgartner e Jones (1993) como *feedback* negativo. De outro modo, quando os monopólios políticos se desestruturam, geralmente quando ocorre algum fato relevante que chama a atenção pública ou, ainda, pelo acúmulo de eventos menores que geram ao fim um grande problema, promove mudanças em grande escala nas políticas, fato denominado como *feedback* positivo (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 2007).

Mais tarde, seguindo uma trajetória de evolução no desenvolvimento da teoria do equilíbrio pontuado, Jones e Baumgartner (2005) publicaram o livro *The Politics of Attention: How Government Prioritizes Problems*. Em síntese, nessa nova perspectiva, os autores buscaram responder à questão: “Como os governos respondem com políticas às informações recebidas?” (JONES; BAUMGARTNER, 2005, p. ii – tradução nossa).

Conforme destacam Brasil e Capella (2019), os autores realizaram uma transição do modelo de Equilíbrio Pontuado, o qual tinha como objetivo explicar as mudanças nos monopólios das políticas, para uma tese geral sobre a pontuação (*general punctuation thesis*), a qual visa “uma abordagem mais geral que destaca o papel do processamento de informações no sistema político como um todo” (BRASIL; CAPELLA, 2019, p. 4).

A partir da primeira publicação, Baumgartner e Jones iniciaram o ambicioso projeto *Policy Agendas Project* (Projeto de Agendas de Políticas Públicas), o qual tinha como objetivo armazenar significativo conjunto de dados sobre a formação da agenda governamental, com foco nos EUA, referentes a um grande período de tempo para que fosse possível observar períodos de estabilidade, bem como de rápidas mudanças nas políticas (BAUMGARTNER; JONES; BONAFONT, 2020; CAPELLA, 2020). As políticas estudadas naquele momento foram: “a energia nuclear, pesticidas e tabaco, rastreando a cobertura da mídia e as audiências

conduzidas no Congresso dos EUA sobre esses tópicos, observando se a atenção era favorável ou crítica à indústria em questão” (BAUMGARTNER; JONES; BONAFONT, 2020, p. 1514).

A evolução desse projeto culminou no *Comparative Agendas Project* (CAP). O CAP tem como objetivo estender a aplicação do *Policy Agendas Project* para outros países, tornando possível a análise comparativa da dinâmica da formação da agenda entre países. Conforme explicam Baumgartner, Jones e Bonafont (2020, p. 1514):

A ideia do CAP é reunir, exaustivamente, informações sobre todas as atividades de governo. Assim, em vez de estudar a política de saúde ou imigração, ou observar uma mudança específica nos regulamentos financeiros, política externa ou estratégias de defesa, pode-se aprender compilando informações sobre todas as ações de um governo, em todos os seus temas de interesse, durante um longo período.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, Kingdon (2014), tendo o seu foco de pesquisa nas áreas da saúde e do transporte, utilizou-se de entrevistas e estudos de caso. No caso das entrevistas (principal fonte de dados), foram 247 (133 na área da saúde e 114 na área de transportes) ao longo de quatro anos (entre 1976 a 1979). Um terço dos entrevistados atuavam no executivo, entre eles, altos funcionários públicos, nomeados políticos em departamentos e agências, bem como funcionários vinculados ao presidente. As demais entrevistas foram realizadas com pessoas fora da arena governamental, como lobistas, jornalistas, consultores, acadêmicos, pesquisadores e outras pessoas importantes nas áreas da saúde e do transporte (KINGDON, 2014).

Capella (2020) explica que, para a análise dos dados coletados nas entrevistas, foram empregadas técnicas qualitativas e quantitativas e, no que diz respeito à medição do status de uma questão na agenda, foram criados aproximadamente 200 códigos e cada entrevista foi analisada por dois pesquisadores de forma independente. Com relação aos estudos de caso (utilizados como unidade de análise), foram identificados 23 estudos, os quais tiveram como base as “entrevistas e fontes publicamente disponíveis, como documentos governamentais, relatórios populares e especializados e escritos acadêmicos.” (KINGDON, 2014, p. 5 – tradução nossa).

Já, Baumgartner e Jones (1993) combinaram dois tipos de estudos na sua proposta metodológica: os estudos longitudinais, que visam investigar determinada questão nos seus diversos estágios ao longo do tempo; e, os estudos transversais, que objetivam analisar diversas questões em um determinado período (CAPELLA, 2020). Essa combinação foi utilizada pelo fato de os autores investigarem ampla gama de políticas públicas em um longo período de tempo.

Compreendidos os principais aspectos referentes à formação da agenda de políticas públicas, explora-se a seguir as políticas públicas voltadas à CT&I. Mais especificamente, busca-se demonstrar a importância dessas políticas e a maneira como elas transformam a sociedade, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

Um dos precursores no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à CT&I é o cientista norte americano Vannevar Bush. Em 1945, com a publicação do relatório *Science - The Endless Frontier*, Bush difunde o conceito de pesquisa básica, o qual se torna um símbolo político-chave e que representou diversas identificações, demandas e expectativas relacionadas a políticas para a ciência, tornando-se o centro do debate entre cientistas e políticos. Esse relatório foi concebido por Bush (1945) com o intuito de responder a questionamentos realizados pelo então presidente norte-americano Franklin Roosevelt.

Esses questionamentos foram realizados por meio de uma carta, em 1944, e a resposta de Bush se deu por meio do relatório. A intenção do presidente Roosevelt era colher respostas com o objetivo de desenvolver políticas governamentais, as quais possibilitassem continuar o desenvolvimento científico e tecnológico implementado nos EUA durante a guerra.

Na carta, conforme aponta Bush (1945), o presidente Roosevelt realiza, em síntese, quatro questionamentos: quais ações poderiam ser tomadas com o objetivo de tornar público ao mundo os avanços científicos e tecnológicos adquiridos durante a guerra; no que diz respeito à ciência relacionada à saúde, quais aspectos poderiam ser levados em consideração para continuar no futuro a consolidação e desenvolvimento da medicina e áreas afins; como o governo poderia contribuir para fomentar as pesquisas, tanto no setor público quanto no privado; e, como seria possível desenvolver um programa eficaz para descobrir e desenvolver talentos científicos, entre os jovens americanos, para que fosse mantido o mesmo nível de produção científica de durante a guerra.

Desse modo, Vannevar Bush realiza uma proposição na qual a estruturação do sistema de pesquisa norte-americano fosse alicerçada com quatro atores principais: indústrias, universidades, laboratórios governamentais e o governo, como planejador e financiador (CRUZ, 2014). Bush, naquele momento, era o diretor do Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento (*Office of Scientific Research and Development*), o qual era responsável por realizar a supervisão e articulação de grande parte das atividades de pesquisa referentes à defesa dos EUA (ZUCATTO; USZACKI; MARZONNI, 2020).

Cumprir destacar, ainda, que Bush (1945), além de estabelecer o conceito de pesquisa básica, também foi um dos precursores do termo pesquisa aplicada. Em síntese, a pesquisa básica produz conhecimentos sem buscar uma solução específica, enquanto a pesquisa aplicada busca resolver um problema na prática.

Stokes (2005) argumenta que a inovação de novos produtos e processos não surgem acabados, e é por meio da pesquisa básica que são fundados novos princípios e concepções que possibilitam a inovação. Stokes (2005) e Riazuddin (2007) citam, ainda, que a pesquisa básica estabelece a base fundamental para a pesquisa aplicada. Nesse sentido, não se pode estabelecer políticas públicas voltadas à CT&I, sem privilegiar investimentos em pesquisa básica e pesquisa aplicada, em virtude de ser por meio delas que são criadas possibilidades de inovação na ciência e tecnologia.

Essa breve contextualização histórica é importante para destacar que as estratégias propostas por Bush em 1945 foram assertivas. Conforme se observa, atualmente, os EUA são um grande polo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, muito por conta das estratégias implementadas, oriundas do relatório de Bush e, por conseguinte, possibilitaram aos EUA a criação de um sistema de inovação no país, alicerçado na ciência e tecnologia.

Mas por qual motivo os governos devem se preocupar em desenvolver políticas públicas voltadas à CT&I? Nesse sentido, observa a OECD (2019) que a evolução tecnológica está transformando sociedades, economias e a vidas das pessoas como nunca antes aconteceu. A maneira como trabalhamos, aprendemos, nos comunicamos e consumimos está sendo totalmente transformada, ou melhor, reformulada.

Nos ambientes de trabalho, tecnologias digitais transformam as relações por meio de uma nova onda de automação, com robôs realizando mais e mais tarefas de rotina, deslocando trabalhadores de alguns empregos e, ao mesmo tempo, os trabalhadores em outros empregos podem recorrer a tecnologias cada vez mais sofisticadas para ajudá-los a desempenhar melhor suas tarefas (OECD, 2019). Nesse cenário, é urgente que os países se concentrem em desenvolver as habilidades dos trabalhadores, cujos empregos estão sob alto risco de automação. Portanto, estamos passando por uma significativa revolução social e tecnológica, que está mudando a maneira de interagirmos, tanto nos aspectos sociais, quanto nos aspectos econômicos.

Kuhlmann (2018) cita que para enfrentar o que ele chama de *Grand Challenges* (Grandes Desafios) para a próxima geração de política de inovação exigirá, na maioria dos casos, uma transformação dos sistemas de conhecimento e inovação, bem como nos sistemas

sociotécnicos (*socio-technical systems*). Para o autor, as políticas de inovação da próxima geração não serão responsabilidades somente dos governos “[...] *but become an integral part of the functioning of knowledge and innovation systems— which are transformed themselves, including new sponsors and new performing actors.*” (KUHLMANN, 2018, p. 451).

Diante disso, a sociedade deve se preparar para as mudanças e, somente por meio de políticas públicas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, se pode superar os obstáculos advindos dessas transformações e, assim, gerar inovação e resiliência (OECD, 2018). Mazzucato (2018) destaca que países de todas as regiões do mundo estão em busca do crescimento “inteligente”, orientado pela inovação, ou seja, almejam um desenvolvimento sustentável.

Balbatchevsky (2007) argumenta que um dos pontos centrais em todas reformas recentes das políticas de C&T que buscam incorporar a questão da inovação está na adoção de instrumentos capazes de direcionar a atividade de pesquisa para a produção de conhecimento, considerado estratégico, o que é relevante para a competitividade do país. Nesse sentido, torna-se essencial a consolidação de sistemas nacionais de inovação, pois é por meio deles que se desenvolvem ambientes de aprendizagem capazes de ampliar a capacidade de inovação e transformação social (LUNDVALL, 2001; 2010).

Cruz (2007) cita o importante papel da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil, pois foi por meio dela que o país atingiu a autossuficiência em petróleo, criou o etanol mais eficiente do mundo, desenvolveu jatos competitivos de passageiros (EMBRAER), quebrou recordes de produção de soja (Agrobusiness) e, ainda, desenvolveu as urnas eletrônicas que são capazes de contar mais de 100 milhões de votos para centenas de candidatos até a meia-noite do dia da eleição.

O papel do Estado, nesse contexto de inovação, é crucial. Não pelo fato do Estado ser inovador, que por conta das suas características acaba não o sendo efetivamente, mas sim por conta do seu potencial para gerar desenvolvimento e inovação à sociedade por meio de políticas e financiamentos que explorem esse potencial e o tornem realidade (CASTRO; FILGUEIRAS, 2018). Por exemplo, países que lograram êxito nos séculos XIX e XX na equiparação com os países líderes foi em decorrência da participação e envolvimento do governo no processo de *catching-up* no qual foram aplicadas diversas maneiras de proteção e de subsídios diretos e indiretos às empresas nacionais (CIMOLI; DOSI; STIGLITZ, 2018).

A definição da agenda das políticas públicas é, portanto, essencial nesse processo de desenvolvimento econômico e social dos países. Souza (2006) destaca que a pergunta de como os governos definem as suas agendas possuem três respostas. A primeira focaliza os problemas,

ou seja, só assumimos realizar algo para solucioná-los quando os reconhecemos. Para a autora (2006, pg. 11), “o reconhecimento e a definição dos problemas afeta os resultados da agenda.”.

Quanto à segunda resposta, ela focaliza na política propriamente dita, de como é construída a consciência coletiva quanto à necessidade de se superar determinado problema. A construção da consciência coletiva ocorre por meio do processo eleitoral (quando a sociedade presta mais atenção e debate sobre políticas), quando ocorrem mudanças nos partidos políticos (essas mudanças chamam a atenção da sociedade) ou, ainda, quando ocorrem mudanças nas ideologias (por exemplo, a troca de uma ditadura militar para um regime democrático).

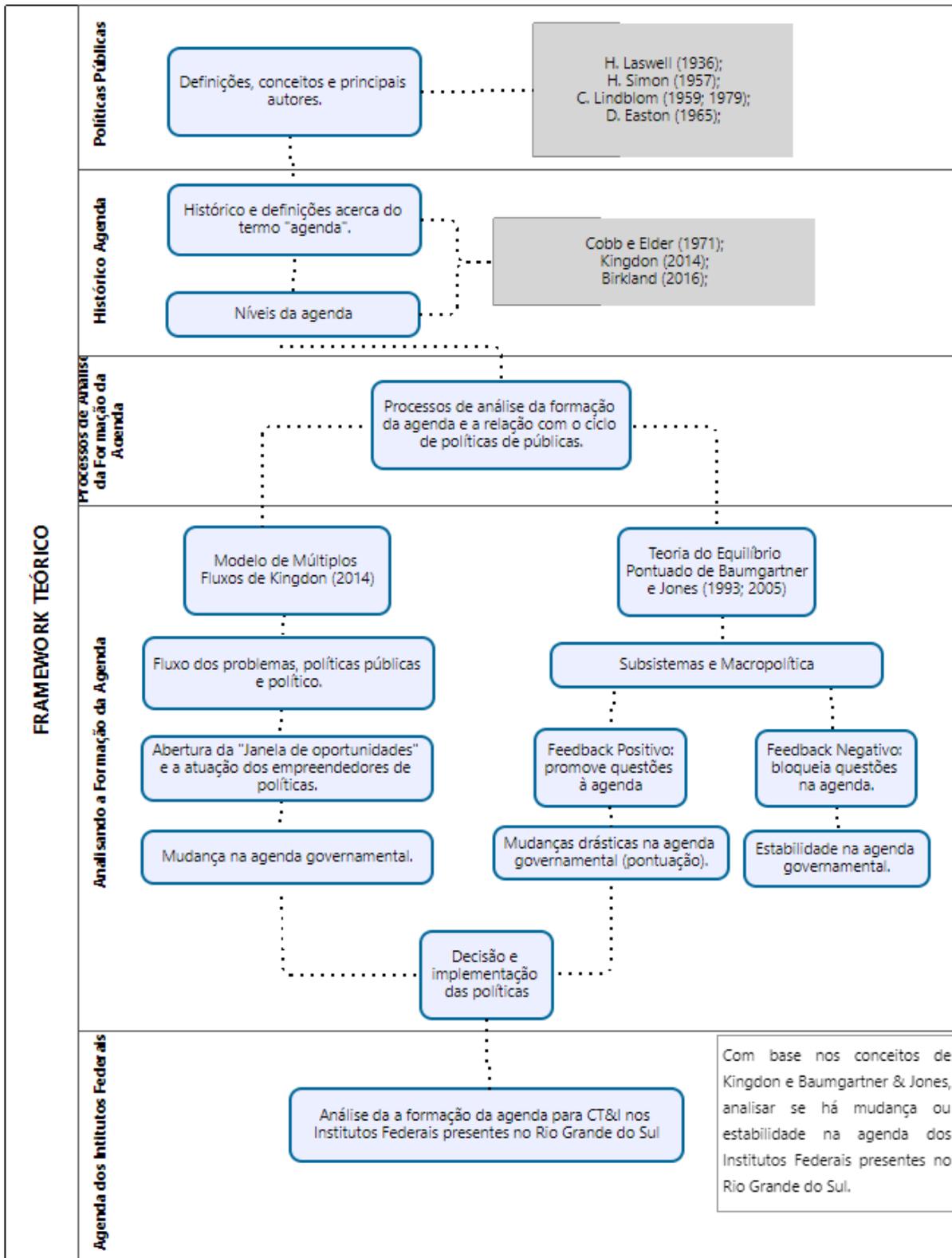
O desenvolvimento de uma consciência coletiva “sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda” (SOUZA, 2006, p. 11). Quando o desenvolvimento de determinada política pública ocorre por meio da política, o consenso geralmente ocorre mais por barganha do que a persuasão. Quando acontece o contrário, ou seja, quando a elaboração da política ocorre por meio do problema a ser enfrentado, a persuasão é a forma predominante.

E, por fim, a terceira resposta foca nos participantes, os quais são classificados de duas maneiras: os visíveis e os invisíveis. Os visíveis tratam-se da mídia, de políticos, partidos, grupos de interesses, entre outros. Já, os invisíveis são, entre outros, os acadêmicos e a burocracia. Desse modo, para que essa construção e priorização das políticas públicas voltadas à CT&I sejam assertivas e potencializem retornos como desenvolvimento econômico e social de maneira sustentável, é essencial o amplo debate e envolvimento de todos os *stakeholders* (partes interessadas).

2.3 FRAMEWORK TEÓRICO

Debatidos os conceitos teóricos, para que fique compreendida a maneira como articulam-se as temáticas debatidas, desenvolveu-se o *Framework* Teórico desta pesquisa, apresentado na Figura 4.

Figura 4 - Framework teórico-analítico



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

3 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conhecida também por Rede Federal, foi criada por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país (MEC, 2020). Cumprindo o estabelecido na sua lei de criação, a Rede Federal é atualmente reconhecida pela alta qualidade do ensino que é ofertado, pela diversidade dos cursos implantados e também por sua atuação próxima e relevante junto à população e às organizações locais, atuando no sentido potencializar as forças e oportunidades que cada região tem para oferecer em termos de trabalho, cultura e lazer (MEC, 2020).

A Rede Federal integra o sistema federal de ensino, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Desse modo, por meio da referida lei de criação, a Rede Federal foi implementada e é composta por um conjunto de instituições, são elas:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. (BRASIL, 2008, p. 1)

Atualmente, a Rede Federal possui na sua composição: 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Totalizando os *campi* vinculados a essas instituições federais, são 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do Brasil, as quais totalizaram, em 2019, 1.023.303 matrículas (BRASIL, 2021).

Essas instituições, conforme prerrogativa legal, gozam de autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No âmbito do MEC, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) possui a competência de planejar e desenvolver a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a adequada garantia de disponibilidade orçamentária e financeira (MEC, 2020).

Seguindo as determinações da Lei Nº 12.711/2012, as instituições que compõem a Rede Federal reservam 50% das vagas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público para que sejam matriculados em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Além disso, metade delas é voltada para estudantes de escolas públicas que possuem renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita. Nos dois casos, também deve ser

observado o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas na Unidade Federada, que é de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ademais, essas instituições possuem como responsabilidade a implantação do programa de educação de jovens e adultos, conforme prevê o Decreto N 5.840/2006, o qual trata da criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). As ofertas nessa modalidade pelos Institutos Federais devem alcançar o mínimo de 10% do total das vagas de ingresso da instituição. Essa meta contribuiu para o cumprimento de um dos objetivos estabelecidos para os Institutos na sua lei de criação, o qual preconiza o dever de atender ao público da educação de jovens e adultos nessa forma integrada de oferta.

3.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS ESTUDADOS

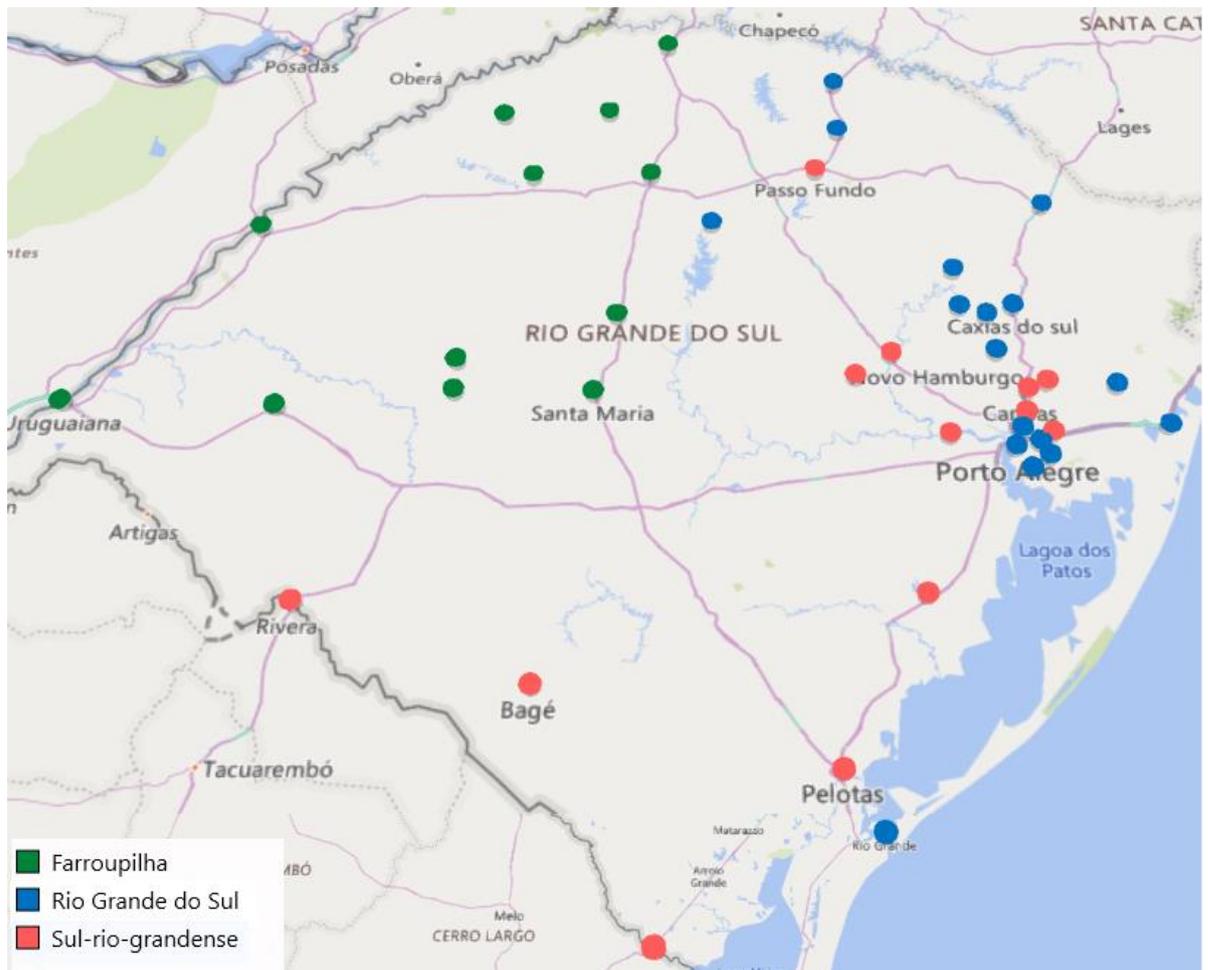
Para atingir os objetivos propostos nesse estudo, foram selecionados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia presentes no Rio Grande do Sul: o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR); o Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS); e o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Conforme dispõe o artigo 9º da Lei 11.892/2008, os Institutos são organizados em estrutura multicampi, sendo que cada Instituto possui uma Reitoria (órgão executivo) a qual é composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores. Buscando demonstrar as unidades de cada Instituto, desenvolveu-se o Quadro 6.

Quadro 6 - Unidades Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul

Instituto Federal	Reitoria	Unidades	Total Campus
Farroupilha	Santa Maria	Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Avançado Uruguaiana.	10 <i>Campi</i> 01 Campus Avançado
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Porto Alegre (Restinga), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.	17 <i>Campi</i>
Sul-rio-grandense	Pelotas	Avançado Jaguarão, Avançado Novo Hamburgo, Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires.	13 <i>Campi</i> 02 <i>Campi</i> Avançado

Observa-se, por meio da Figura 5, a presença geográfica de todas as unidades dos Institutos Federais presentes no Rio Grande Sul. Pode ser considerado como um alcance expressivo de uma política pública, a qual foi desenvolvida com o intuito de interiorizar a educação e levar a CT&I para municípios que até então não vislumbravam um ambiente voltado às pesquisas e cuja população não tinha acesso a redes de ensino superior públicas.

Figura 5 - Localização Geográfica das Unidades dos Institutos estudados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, disponibiliza a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a qual é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal e tem como objetivo reunir dados relativos aos servidores (Docentes e Técnicos-Administrativos), orçamento e matrículas³. Desse modo, recorreu-se à

³ Maiores informações no site: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>.

PNP para extração dos dados referentes ao total de unidades, ao número de servidores, tipos de cursos ofertados e total de matrículas. O Quadro 7 apresenta essas informações consolidadas dos três Institutos presentes no Rio Grand Sul conforme a última disponibilização da PNP, que é referente ao ano base 2019.

Quadro 7 - Informações gerais Institutos analisados

Unidades	Total de servidores Ano Base 2019		Tipos de Curso Ofertados	Total de Matrículas Ano Base 2019
	Técnicos-Administrativos			
43	Técnicos-Administrativos	2509	Bacharelado; Ensino Médio; Especialização (Lato Sensu); Licenciatura; Mestrado Profissional; Qualificação Profissional (FIC); Técnico; Tecnologia;	118.295
	Docentes	3327		

Fonte: Brasil (2021).

Portanto, a formação da agenda desses institutos causa um grande impacto social. São 43 *campi*, nos quais atuam 5.836 servidores e que possibilitaram, em 2019, matricular 118.295 alunos. Esse conjunto de fatores combinados com o tripé ensino, pesquisa e extensão, levam às diversas comunidades envolvidas a educação pública, gratuita e de excelência, a qual se transforma em propulsora da CT&I.

4 MÉTODO DA PESQUISA

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos neste projeto de pesquisa, neste capítulo, e em seus desdobramentos, delimita-se o caminho metodológico observado. Inicialmente, destaca-se que, quanto à sua natureza, a pesquisa desenvolvida é classificada como pesquisa básica, porque não houve a pretensão de se resolver um problema pré-definido ou selecionado, com algum tipo de solução ou técnica para resolução desse problema. Porém, se objetivou entender um fenômeno acerca do qual as evidências sugerem não haver um corpo de conhecimento relativamente incipiente e em construção.

Neste sentido, acerca da pesquisa básica, Stokes (2005, p. 23) argumenta que “[...] sua propriedade essencial e definidora é a contribuição que ela procura trazer ao corpo de conhecimento explicativo geral de uma área da ciência”. Essa perspectiva é corroborada por Gerhardt e Silveira (2009, p. 34) para os quais a pesquisa básica “Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.”

Referente ao tipo de abordagem, ela é dos tipos qualitativa e quantitativa, e busca compreender os fenômenos que conduzem a construção e formulação da agenda de políticas públicas para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Portanto, com essa modalidade, procura-se produzir informações para a compreensão e explicação da dinâmica das interações.

A pesquisa quantitativa se caracteriza, conforme Richardson (1999), pela utilização da quantificação tanto na coleta de informações quanto no tratamento empregando-se técnicas estatísticas. Nesse aspecto, insere-se essa pesquisa quando nos dados da RSL foram aplicados critérios estatísticos para que fosse possível realizar inferências e conclusões da amostra de publicações. Além disso, os estudos bibliométricos empregam também técnicas estatísticas quando, por exemplo, realizam uma análise de frequência das palavras.

Quanto à pesquisa qualitativa, Merriam (2007) cita que essa é uma modalidade que envolve vários tipos de pesquisas, nos auxilia a compreender e explicar os fenômenos sociais com o menor afastamento possível do ambiente natural e a validar as variáveis que levam os agentes a agirem como agiram. Nesse caso, essa pesquisa buscou compreender a formação da agenda nos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul, a maneira como se deu essa formação, quais foram os principais atores nesse processo e também quais foram as escolhas realizadas no âmbito de cada Instituto que levaram à formação agenda.

Do ponto de vista dos objetivos, ela é exploratória, pois busca-se observar nessa pesquisa algo pouco ou ainda não conhecido, que é a formação da agenda de um órgão. Conforme Gil (2007), a pesquisa exploratória busca proporcionar mais conhecimentos sobre determinada área de estudo, de forma a torna-lo explícito.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso no qual pretende-se analisar como ocorre a formação das agendas voltadas para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Schramm (1971 *apud* Yin, 2001, p. 31) enfatiza o estudo de caso como um método que busca “esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”.

Nesse sentido, Yin (2018) define que o estudo de caso é um método empírico que investiga determinado fenômeno em profundidade e dentro de seu contexto do mundo real, especialmente quando as fronteiras entre fenômeno e contexto podem não ser claramente evidentes. Os exemplos mais comuns de estudo de caso são aqueles que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo, um pequeno grupo, um programa, um evento ou uma instituição; podendo haver também estudos de casos múltiplos, os quais, por sua vez, correspondem a vários indivíduos, vários grupos, várias instituições, entre outros (ALVES-MAZZOTTI, 2006; YIN, 2018). Desse modo, essa pesquisa caracteriza-se como sendo de múltiplos casos.

Conforme Yin (2018), após a seleção dos casos (nessa pesquisa são os três Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul), é necessário definir a unidade de análise com o intuito de estabelecer uma delimitação para o estudo e direcionar a coleta de dados. Portanto, a unidade de análise é o processo de formação da agenda para CT&I nos três casos estudados. No que diz respeito às fontes de evidências, foram utilizadas: documentos, registros de arquivo e entrevistas.

De acordo com Yin (2018), a utilização de múltiplas fontes de evidências confere mais rigor e precisão para as inferências da pesquisa. Por fim, utilizou-se o software NVivo® (Versão New NVivo 2021) no qual foram realizados os tratamentos que permitiram classificar as informações extraídas das fontes de evidências concernentes à formação da agenda para a CT&I nos Institutos Federais analisados. Desse modo, por meio do *software* realizou-se a organização dos arquivos, codificação e estabelecimento de associações e articulações dos códigos criados.

Para a coleta e análise dos dados, as técnicas utilizadas foram: primeiro, para verificar as tendências teóricas da formação da agenda, executou-se uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL); segundo, para a análise da formação da agenda dos Institutos Federais (IF), executou-se por meio da análise de documentos – PDI’s e atas de aprovação destes nos conselhos superiores, e de entrevistas. As próximas seções abordam essas técnicas empregadas.

4.1 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS – RSL

Cumpramos ressaltar que com o advento do desenvolvimento tecnológico e, principalmente, da internet, tornou-se mais fácil para a comunidade científica realizar publicações e disponibilizá-las para o mundo. Entretanto, ao passo que trouxe essas facilidades, tornou-se mais complexo realizar um embasamento teórico que compreenda todas as nuances de uma determinada área.

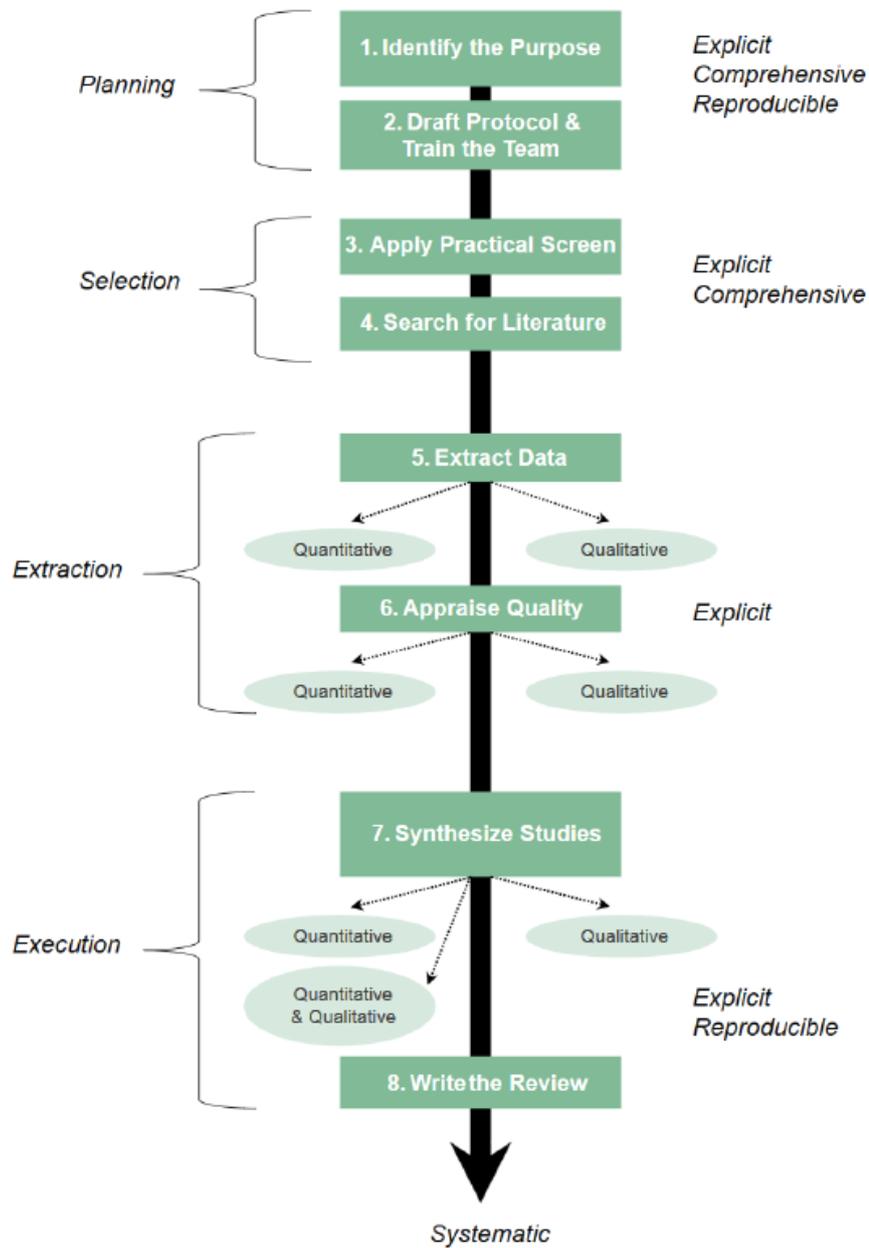
Desse modo, um dos caminhos que o pesquisador pode trilhar para desenvolver um resgate da teoria robusto e que contemple a profundidade necessária para construção de um *background* teórico adequado às necessidades de determinada pesquisa científica, é por meio de uma RSL, a qual foi utilizada, portanto, para o primeiro momento desta pesquisa. Sampaio e Mancini (2007, p. 83) destacam que “As revisões sistemáticas são desenhadas para serem metódicas, explícitas e passíveis de reprodução”, características essas que tornam o método efetivo e rigoroso para o alcance dos resultados pretendidos.

A RSL consiste em um método que busca realizar a síntese dos resultados de pesquisas referentes a determinado problema, examinando as produções de uma área ou setor (CARVALHO; PRÉVOT; MACHADO, 2014). Conforme destacam Lima e Costa (2016), a RSL é uma maneira de reunir e agregar conhecimentos e saberes sobre certo tema, o que facilita o trabalho dos pesquisadores. Desse modo, acaba por requerer um esforço considerável de classificação bem como do encontro de trabalhos que sejam relevantes, demandando um tempo considerável para a sua execução (KITCHENHAM *et al*, 2010).

Desenvolver uma revisão sistemática vai além da atividade habitual de realizar uma revisão de literatura como parte de um trabalho acadêmico. Essa modalidade de pesquisa, diferente de, por exemplo, uma revisão bibliográfica, segue protocolos específicos e busca dar logicidade a um grande conjunto de documentos disponíveis. (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Fink (2014, p. 3) define a revisão sistemática de literatura de pesquisa como “[...] *a systematic, explicit, and reproducible method for identifying, evaluating, and synthesizing the existing body of completed and recorded work produced by researchers, scholars, and practitioners*”. Por conseguinte, Okoli (2015) se utiliza desses termos para a definição operacional da RSL. Nesse sentido, no intuito de seguir o rigor almejado na execução e operacionalização deste trabalho, essa pesquisa utilizou o protocolo estabelecido por Okoli (2015) para uma RSL. Este autor destaca um protocolo que, em síntese, possui quatro fases e oito etapas, conforme demonstra a Figura 6.

Figura 6 - Guia sistemático para o desenvolvimento de uma revisão sistemática de literatura



Fonte: Okoli (2015, p. 885).

A primeira fase é o Planejamento (*Planning*), que possui as seguintes etapas: 1) Identificar o propósito da pesquisa (*Identify the purpose*); e 2) Elaborar o protocolo e treinar a equipe (*Draft Protocol & Train the Team*). A segunda fase é a Seleção (*Selection*) e possui as seguintes etapas: 3) Aplicar uma seleção prática (*Apply Practical Screen*); e 4) Pesquise a literatura (*Search the literature*) ou Busque a Bibliografia (Okoli, 2019).

Já a terceira fase é a Extração (*Extraction*), a qual é contempla as seguintes etapas: 5) Extrair os dados (*Extract Data*); e 6) Avaliar qualidade (*Appraise Quality*). Por fim, a quarta e última fase é denominada Execução (*Execution*), a qual compreende as duas etapas a seguir: 7) Sintetizar os estudos (*Synthesize Studies*); e 8) Escrevendo a revisão (*Writing the Review*).

Okoli (2015) realiza destaques importantes para cada uma das fases: a Fase 1 (Planejamento) deve ser explícita, compreensiva e reproduzível; a Fase 2 (Seleção) deve ser explícita e compreensiva; já a Fase 3 (Extração), deve ser explícita; e, por fim, a Fase 4 deve ser explícita e reproduzível.

Além disso, conforme orienta Okoli (2015), esse protocolo foi debatido com um especialista da área (agenda-setting e Formação da Agenda), especialmente nas etapas de 3 e 4, no sentido de verificar se os descritores e os resultados estavam seguindo a direção correta na busca das publicações.

Buscando realizar um planejamento adequado de Revisão Sistemática de Literatura (RSL), deve-se desenvolver a primeira etapa do protocolo, que é o Propósito da revisão sistemática de literatura. Nessa etapa, conforme Okoli (2015), requer que o revisor identifique claramente o propósito e os objetivos que são pretendidos com a revisão. Esse procedimento é necessário para que a revisão seja explícita para os leitores. Desse modo, o objetivo dessa RSL terá como indagação propulsora o seguinte:

- Quais são as tendências teóricas da produção científica nacional e internacional sobre Agenda-setting e Formação da Agenda?

Conforme relata Okoli (2015), o desenvolvimento de um protocolo prévio é uma etapa crucial para o processo de condução e relato de uma RSL de qualidade. Além do protocolo já definido para essa pesquisa (as 8 etapas já descritas), destacam-se a seguir os principais pontos que o protocolo prévio irá abordar:

- Definir se a revisão será estreita ou ampla (Petticrew e Roberts, 2006);
- Estabelecer os locais onde buscar a bibliografia (Okoli, 2015);
- Definição das palavras-chave (Okoli, 2015);
- Estabelecer os critérios de inclusão e exclusão que os revisores devem se utilizar na fase de Extração (Petticrew e Roberts, 2006);

Portanto, buscando estabelecer os critérios do protocolo prévio para essa RSL, desenvolveu-se o Quadro 11, no qual se destacam esses pontos.

Quadro 8 - Protocolo prévio

Protocolo prévio		
Espectro da revisão	Ampla	
Locais de Busca da Bibliografia	Bases Nacionais	Base Scielo Brasil Plataforma Spell
	Bases Internacionais	Base Scopus Base Web of Science
Definição das Palavras-chave	Base Scielo Brasil e Plataforma Spell	<i>Agenda-setting</i> Formação da agenda
	Bases Scopus e Web of Science	<i>Agenda-setting</i> <i>Agenda Formation</i>
Delimitação Temporal	Publicações até 2020	
Critérios de inclusão das publicações	- Abordar Políticas Públicas;	
	- Abordar a Formação da Agenda (para Políticas Públicas);	
	- Abordar Agenda-setting (para Políticas Públicas);	
Critérios de exclusão das publicações	- Abordar agenda-setting (<i>Media</i>);	
	- Não abordar Políticas Públicas;	
	- Não abordar a Formação da agenda; - Abordar Formação da agenda ou <i>Agenda-Setting</i> de temas que não tenham relação ou vínculo com Políticas Públicas;	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quanto à subetapa treinamento da equipe, essa ocorreu em diversos momentos por meio de reuniões entre a equipe. Os procedimentos de treinamento incluíram: apresentação e discussões sobre o protocolo de Okoli (2015), bem como o protocolo prévio apresentado acima; testes nas bases de dados, com o objetivo de testar os aspectos atinentes às etapas do protocolo; debates quanto à aplicação dos descritores nas bases selecionadas; debates sobre a planilha na qual foram inseridas as publicações. Cabe ressaltar que o treinamento foi uma atividade contínua, a cada etapas e fases executadas, ocorriam reuniões para alinhamento.

Delineado o problema da RSL bem como seu protocolo, passa-se à etapa da aplicação de seleção prática, a qual possui como objetivo:

The practical screen involves deciding which studies should even be considered for the review. The goal of the practical screen is to reduce the number of studies to be analyzed to a number that can be practically handled by the reviewers. I particularly note that this determination is not based on careful evaluation of the papers' quality (that is a subsequent step: appraise quality (Section 7)) but rather on pragmatic considerations to determine whether or not, for the purposes of the review, they are worth reading further (OKOLI, 2015, p. 891).

Portanto, a ideia foi praticar o protocolo estabelecido, com o objetivo de realizar filtros iniciais na busca pela bibliografia, reduzindo o número de publicações para um valor exequível para os revisores. Desse modo, foram realizados diversos testes nas bases selecionadas e, conforme os testes transcorriam, eram aplicados mais filtros, visando focar no campo de

pesquisa pretendido. A cada teste, gerava-se um relatório das buscas. Por conseguinte, os testes subsequentes partiam dos resultados do último relatório gerado. Desenvolveram-se, nessa etapa, 8 versões dos relatórios com os resultados quantitativos das buscas. A etapa da seleção prática está demonstrada no Apêndice I deste documento, no qual são apresentados detalhadamente os passos executados bem como os resultados desses procedimentos.

Realizada a etapa de seleção prática, passou-se à execução da busca à bibliografia. Nessa etapa, conforme Okoli (2015), busca-se, em síntese, pesquisar a literatura. O autor faz uma analogia com a pesca com rede, na qual se usa uma rede de arrasto com o objetivo de capturar um grande número de peixes, como um cardume de atum, e remover as espécies indesejadas, nesse caso, as quais foram capturadas na seleção prática.

Com o objetivo de tornar possível a análise desse universo de publicações encontradas por meio dos filtros aplicados, mais especificamente nas bases *Scopus* e *Web of Science*, decidiu-se pela delimitação, tendo como parâmetros 5% de margem de erro e 90% de intervalo de confiança. Acrescentou-se, ainda, como critério de seleção, a ordem de documentos com maiores médias de citação anual. Os resultados são demonstrados na Tabela 1. Quanto às bases Scielo e Spell, todas as publicações encontradas serão avaliadas nessa etapa.

Tabela 1 - Critérios adicionais - Bases Scopus e Web of Science

Critérios adicionais - Bases Scopus e Web of Science			
Base	Tamanho total de publicações	Tamanho da amostra IC 90% - 5% Margem de Erro	Publicações com maiores médias de citação anual
Scopus	760	201	Da 1ª ao 201ª
Web of Science	979	214	Da 1ª até 214ª

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação à extração das publicações da base Web of Science, após a aplicação dos critérios determinados, realizou-se a exportação com a ferramenta da própria base que exporta para uma planilha eletrônica do *Microsoft Excel*®. Essa exportação é possível por meio do seguinte caminho na tela de pesquisa da base: Analisar Resultados>Criar Relatório de Citações>Dados para exportação: Salvar em Arquivo do Excel.

Foram necessárias duas exportações por conta do limite de cada exportação ser de até quinhentas (500) publicações. Portanto, na primeira exportação foi da 1ª até a 500ª publicação e a segunda da 501ª a 979ª publicação. Com isso, obteve-se duas planilhas, as quais foram consolidadas em somente uma para que fosse possível realizar os devidos tratamentos. Ressalta-

se que a extração já informa, inclusive, a média de citação anual, restando realizar a respectiva classificação por meio do *Microsoft Excel*® 2019.

Já na base Scopus, após os critérios estabelecidos, utilizou-se a ferramenta de exportação dos resultados da busca para o formato de planilha eletrônica do Microsoft Excel®. Por conseguinte, para essa exportação, selecionaram-se as seguintes informações: ano da publicação; número de citações; e, o link de acesso publicação. De posse dessas informações, foram realizados os tratamentos na planilha eletrônica por meio do Microsoft Excel® 2019 para a adequada organização dos dados extraídos.

Em seguida, foi estabelecida a fórmula de cálculo para estabelecer a média de citação anual de cada publicação, a qual foi a seguinte: Quantidade Total de Citações / (Ano 2020 – Ano de Publicação+1). Com o objetivo de tornar explícita a utilização da referida fórmula, cita-se um exemplo de uma publicação, conforme segue:

- Ano da publicação: 2019;
- Quantidade de citações: 10;
- Aplicação da fórmula: $10 / (2020-2019+1) = 5$;

Portanto, conforme o cálculo acima, a média de citação anual da publicação utilizada como exemplo foi de cinco (5) por ano. Utilizou-se a expressão “+1” para que o Microsoft Excel® contabiliza-se também o ano de publicação. Ressalta-se que tanto na planilha eletrônica da base Web of Science quanto na da base Scopus, foram estabelecidas duas casas decimais após a vírgula para as médias de citações anuais.

Isto posto, as publicações avaliadas nessa etapa foram sistematizadas em planilhas eletrônicas do *Microsoft Excel*® 2019, sendo os atributos categorizadores utilizados os seguintes: o título, *journal* em que foi publicado, resumo, objetivo, principais resultados, país onde se desenvolveu a pesquisa e autores. Por conseguinte, para essa avaliação inicial realizou-se a leitura do *Abstract* (Resumo) de cada publicação com base no protocolo estabelecido para inclusão e exclusão das publicações.

Destaca-se que, nas análises realizadas, utilizou-se o protocolo prévio estabelecido. Portanto, ao realizar a leitura do *Abstract* de cada publicação, as informações coletadas (resumo, objetivo, principais resultados) eram confrontadas com o protocolo da seguinte maneira:

- Os trabalhos que abordaram as temáticas Políticas Públicas; e/ou Formação da agenda; e/ou Agenda-setting (Políticas Públicas), foram incluídos para a próxima etapa;
- Já, os trabalhos que abordaram agenda-setting (media), no sentido da mídia propor uma agenda governamental ou política; e/ou que não abordaram Políticas Públicas; e/ou que

não abordaram Formação da agenda; e/ou que abordaram Formação da agenda ou Agenda-Setting de temas que não tenham relação ou vínculo com Políticas Públicas (por exemplo, a definição da agenda da Suprema Corte dos EUA), foram excluídos da seleção;

Iniciou-se a busca nas bases nacionais, as quais apresentavam um total de 25 publicações (16 na base Scielo Brasil e nove na Plataforma Spell). Identificou-se sete publicações duplicadas na plataforma Spell com relação à base Scielo Brasil (as publicações duplicadas foram avaliadas na análise da base Scielo Brasil), sobrando duas publicações para avaliação nessa base. Desse modo, restaram 18 publicações no total para avaliação. Na base Scielo Brasil, das dezesseis 16 publicações, nove atenderam aos critérios de inclusão. Já na Plataforma Spell, as duas publicações atenderam aos critérios de inclusão. Logo, 11 publicações das bases nacionais foram selecionadas para análise.

Com relação às bases internacionais, havia um total de 415 publicações para análise (201 na base Scopus e 214 na base Web of Science). Iniciou-se a análise pela base com o maior número de publicações, a Web of Science. Nessa base, conforme relatado, das 214 publicações para análise, 87 atenderam aos critérios de inclusão.

Por conseguinte, procedeu-se a análise das publicações na base Scopus. Foram identificadas 68 publicações duplicadas com relação à base Web of Science (as publicações duplicadas foram avaliadas na análise da base Web of Science), restando 133 publicações para avaliação nessa base. Dessas, 18 atenderam aos critérios de inclusão.

Portanto, nas bases internacionais, houve um total de 105 publicações selecionadas com base na seleção do protocolo estabelecido. A Tabela 2 demonstra os quantitativos referentes aos resultados da seleção.

Tabela 2 - Resultados da Seleção – Busca à Bibliografia

Resultados da Seleção – Busca à Bibliografia					
Base	Total Publicações	Duplicados	Sub-total	Excluídas	Incluídas
Bases Nacionais					
Scielo	16	-	16	7	9
Spell	9	7 (avaliadas na Scielo)	2	-	2
Bases Internacionais					
Web of Science	214	-	214	127	87
Scopus	201	68 (avaliadas na Web of Science)	133	115	18
Total incluídas					116

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As 116 publicações incluídas foram organizadas em uma planilha do *Microsoft Excel*® 2019. Nesse processo, foram criadas colunas para extração de diversas informações, destacando-se: Título do artigo; Periódico publicado; Ano da publicação; Resumo; Objetivo; Resultados; Pesquisa Básica ou Aplicada; País de origem; Quantidade de autores; Autores; Palavras-chave; Aspectos metodológicos das publicações; e, Aspectos teóricos das publicações.

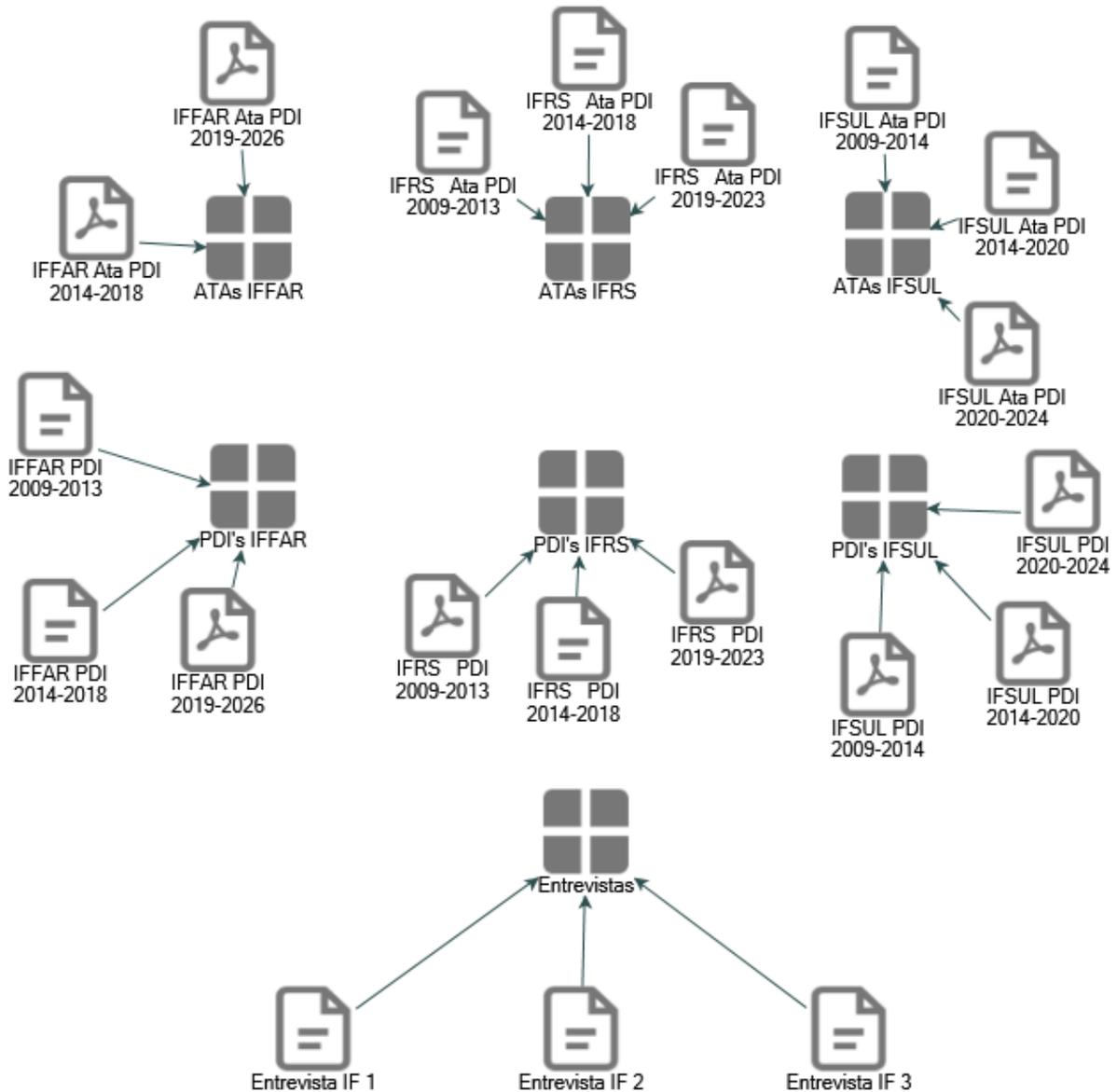
4.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS – FORMAÇÃO DA AGENDA NOS IF'S

Para a análise da formação da agenda nos IF's selecionados, foram utilizadas múltiplas fontes: análise de documentos e realização de entrevistas. No que concerne à análise documental, foram levantados e analisados os seguintes documentos dessas instituições: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nesse caso foram analisados todos os disponíveis por cada IF desde a sua fundação (Lei 11.892/2008); e as atas do CONSUP de aprovação desses Planos. Com relação às entrevistas, buscou-se entrevistar os atuais Reitores e Pró-Reitores dos Institutos analisados.

Quanto aos documentos, primeiramente foi necessário mapear quantos PDI's foram publicados por cada instituto, pois, a partir da existência desses documentos é que se buscou as atas das suas respectivas aprovações no âmbito do CONSUP. Desse modo, foi encaminhado um e-mail para cada gabinete, solicitando auxílio e orientações para acessar esses documentos. Constatou-se a existência de três PDI's por IF, portanto, um total de nove PDI's, sendo que para cada PDI existe uma ata de aprovação no CONSUP, assim, são três atas por IF, totalizando nove atas.

Entretanto, não foi possível acessar a ata referente ao PDI 2009-2013 do Instituto Federal Farroupilha, pois, em virtude pandemia da COVID-19, as atividades estavam sendo realizadas remotamente e a ata de aprovação encontra-se no arquivo da Reitoria, fato esse que impossibilitou o acesso nesse momento. A Figura 07 demonstra os documentos analisados. A Figura 07 demonstra os documentos analisados.

Figura 7 - Documentos analisados



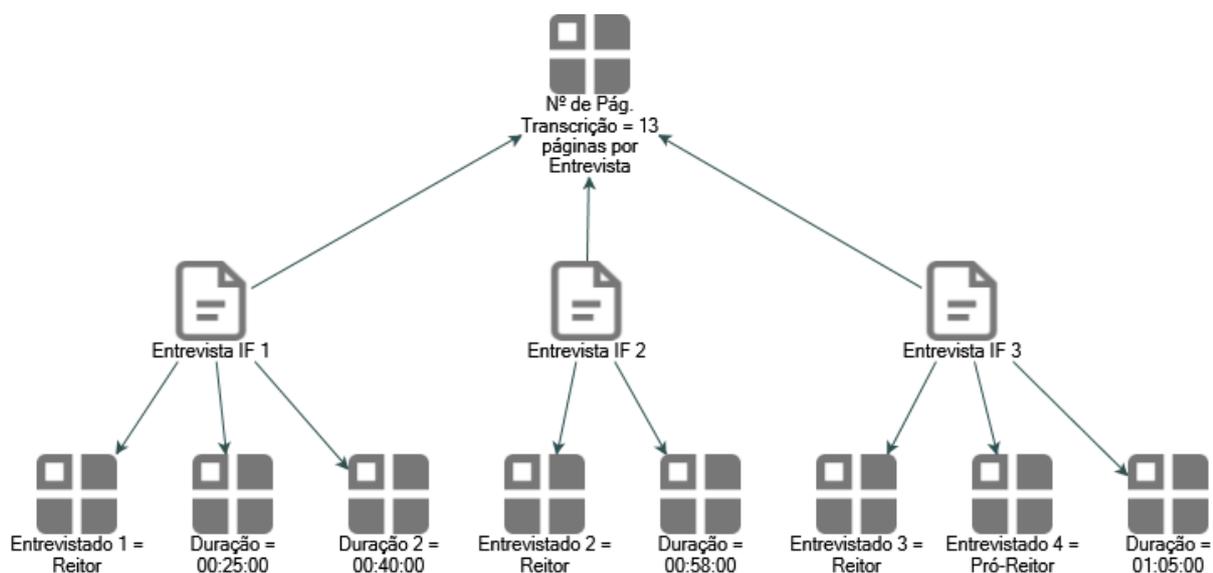
Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Para a execução das entrevistas, foram encaminhados convites ao gabinete da reitoria de cada Instituto, visando sensibilizar os Reitores e Pró-Reitores para que participassem dessa pesquisa, sendo que o objetivo foi realizar uma reunião por instituto, desse modo, o Reitor e os seus Pró-Reitores foram convidados para uma reunião coletiva. Os e-mails foram despachados no mês de maio de 2021, sendo que logo obteve-se um retorno e as três entrevistas foram agendadas, sendo uma para o final de maio e as outras duas para o início do mês de junho.

As entrevistas tiveram uma duração média de 1 hora e foram realizadas sem intervalos, com exceção de uma entrevista que, por conta da agenda de um reitor, precisou de dois dias

para ser realizada, mas o somatório desses dois dias de entrevista ficou em torno de 1 hora também. Os três Reitores foram entrevistados, sendo que em um Instituto, houve a participação de um Pró-Reitor. Desse modo, o total de entrevistados foram quatro (três Reitores e um Pró-Reitor). Após a realização das entrevistas, essas foram transcritas, sendo que após a transcrição gerou um documento de 13 páginas cada. A Figura 08 demonstra os dados gerais da entrevista.

Figura 8 - Dados gerais das entrevistas



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

As entrevistas foram conduzidas por videoconferência utilizando-se a plataforma *Google Meet*®. Ressalta-se que, para esse procedimento, foi solicitado aos entrevistados que as entrevistas fossem gravadas, para que então fosse possível a execução da transcrição, solicitação que foi atendida em todas as entrevistas. Esse contato com os Reitores e Pró-reitores foi necessário para que fosse possível captar elementos, com base na revisão de literatura dessa pesquisa, que apontassem: mudanças ou estabilidade na formação da agenda dos IF; quais problemas emergiram na agenda do Instituto em análise; se há a perspectiva de uma janela de oportunidades para atividades relacionadas à CT&I; e, ainda, elementos que dizem respeito à agenda de CT&I de uma maneira geral. Para as entrevistas, foi utilizado o roteiro demonstrado no Quadro 8.

Quadro 9 - Estrutura das entrevistas

Nº da questão	Questão	Conceito/Autor(es)	Objetivo Específico relacionado
01	Quais são os principais problemas que emergem das comunidades de atuação do Instituto Federal?	Fluxo Problemas (KINGDON, 2014)	b); d); e);
02	No que diz respeito à apoio político externo, quais são os principais atores que buscam defender e promover a atuação do Instituto Federal? Por exemplo, pode ser o CONIF, prefeitos, de empresas privadas, de organizações sociais, entre outros...	Empreendedor de políticas (KINGDON, 2014)	c);
03	No desenvolvimento do PDI, é possível destacar algum ator que tenha se destacado na proposição de alternativas? Por exemplo, algum Diretor-Geral de campus, grupos de discentes, entre outros...)	Empreendedor de Políticas, KINGDON (2014) e BAUMGARTNER & JONES (1993);	c);
04	Qual a sua percepção acerca da atuação/priorização do Congresso Nacional e do Poder Executivo Federal em relação às atividades e necessidades dos Institutos Federais?	Janela de oportunidades (KINGDON, 2014);	e);
05	Quais ações governamentais seriam importantes atualmente para impulsionar atividades de CT&I no âmbito do Instituto Federal?	Janela de oportunidades (KINGDON, 2014);	e);
06	Com relação à CT&I, está sendo possível dar continuidade nas propostas que emergiram do PDI?	Mudança e estabilidade na agenda, KINGDON (2014) e BAUMGARTNER & JONES (1993);	d); e);
07	Nos últimos 5 anos, quais ações do Congresso Nacional e Executivo Federal identifica como delineadas em vista da consolidação e desenvolvimento dos Institutos Federais?	Mudança e estabilidade na agenda, KINGDON (2014) e BAUMGARTNER & JONES (1993);	e);
08	A Lei 11.892/2008 estabelece finalidades e objetivos para os Institutos Federais. Nesse sentido, está sendo possível exercer essas finalidades e alcançar os objetivos propostos? Quais atividades do Instituto se destacam para esse alcance?	Mudança e estabilidade na agenda, KINGDON (2014) e BAUMGARTNER & JONES (1993);	d); e);
09	É notório que houve redução no orçamento dos Institutos Federais nos últimos anos. Em que medida isso impacta no alcance das finalidades e dos objetivos do Instituto Federal?	Mudança e estabilidade na agenda, KINGDON (2014) e BAUMGARTNER & JONES (1993);	d); e);
10	Com essas reduções orçamentárias, foi necessário interromper as prioridades constantes no PDI? Quais medidas e atividades foram conduzidas pelo Instituto nesse sentido?	Mudança e estabilidade na agenda, KINGDON (2014) e BAUMGARTNER & JONES (1993);	d); e);

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Para a análise dos dados, foram utilizadas as técnicas de codificação, classificação e categorização dos dados extraídos dos documentos e das transcrições das entrevistas. Seguindo as instruções de Bardin (2011), as respostas das entrevistas foram então transcritas para que fosse possível, por conseguinte, realizar a análise de conteúdo. A análise de conteúdo foi operacionalizada por meio do software NVivo® (Versão New NVivo 2021), o qual é comumente utilizado como um lugar para organizar, armazenar e analisar dados das pesquisas (NVIVO, 2021).

Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo se caracteriza como uma técnica de análise que tem como objetivo “a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.” (BARDIN, 2011, p. 52). Para alcançar tal objetivo, a autora propõe a execução da análise em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e, 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.”

A pré-análise é considerada uma fase de organização, e possui como objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de modo que seja possível a condução de um esquema preciso e flexível de análise, o qual permita a introdução de novos procedimentos no decorrer da operacionalização. Essa fase possui três missões: a escolha dos documentos; a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores os quais fundamentem a interpretação final. Inicia-se nessa fase, além dos pontos já abordados, a codificação (BARDIN, 2011).

Ainda segundo Bardin (2011), a codificação consiste no tratamento do material analisado, transformando os dados brutos do texto. Para isso, esse procedimento consiste em três escolhas: o recorte, que é a escolha das unidades; a enumeração, a qual trata da escolha das regras de contagem; e a classificação e agregação, que trata da categorização dos dados.

Desse modo, quanto à escolha dos documentos, buscando atingir o objetivo que é analisar a formação da agenda dos Institutos Federais estudados, optou-se por analisar o PDI de cada IF (todos os disponíveis), a ata de aprovação desse documento no CONSUP e, ainda, realizar a análise das entrevistas, as quais serão transcritas para esse fim.

Quanto à exploração do material, em síntese, trata-se da aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise, que “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2011, p. 131). Essa fase, assim como a que diz respeito ao tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, serão realizadas *a posteriori*, conforme transcorrer a fase de pré-análise por

completo. Visando estabelecer os procedimentos necessários *a priori*, elaborou-se o Quadro 9, o qual apresenta os critérios iniciais para a análise do conteúdo.

Quadro 10 - Visão geral pré-análise

Objetivo	Procedimento			
Analisar a Formação da Agenda dos Institutos Federais estudados	Análise Documental	Tipo Documento	Formação da Agenda	<i>A posteriori</i>
		PDI (todos os disponíveis desde a fundação em 2008)		
	Ata CONSUP de aprovação do PDI			
	Entrevistas Transcritas	Entrevistados		
		Reitores		
Pró-reitores				

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação à análise dos documentos PDI's e as atas de aprovação desses documentos no CONSUP de cada IF, foram utilizadas as técnicas de análise de conteúdo caracterizadas na pré-análise e, então, as informações foram codificadas, categorizadas e classificadas (BARDIN, 2011). Quanto à definição da categoria de análise, subcategorias e elementos categorizadores, apresenta-se a estratificação e o momento em que foram definidas(os) no Quadro 10.

Quadro 11 - Elementos analíticos

Categoria	Subcategorias	Elementos categorizadores	Timing da Definição
Formação da agenda	Atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Valores; Acontecimentos; interesses; demandas e agenda pública (DEUBEL, 2008; MACEDO <i>et al.</i>, 2016); - Elaboração e avaliação de respostas. Seleção de critérios (DEUBEL, 2008; MACEDO <i>et al.</i>, 2016); - Encontrar uma coalizão majoritária, legitimação (DEUBEL, 2008; MACEDO <i>et al.</i>, 2016); - Empreendedor de Políticas (BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014); - Janela de Oportunidades (KINGDON, 2014); - Agenda, prioridades estabelecidas (JONES; BAUMGARTNER, 2005; KINGDON, 2014) - Identificar componentes dos fluxos (KINGDON, 2014); 	<p><i>À priori</i> <i>À posteriori</i> (Possibilidade de emergências)</p>

	Atores	- Empreendedor de Políticas (BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014);	<i>À posteriori</i>
--	--------	--	---------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Selecionados os documentos, bem como definidos os elementos analíticos, procedeu-se com a carga dos PDI's, das Atas e das entrevistas transcritas para o software NVivo® objetivando-se a operacionalização da análise de conteúdo. Após a carga, os arquivos foram classificados, inicialmente, por tipo de documento (PDI, Ata ou Entrevista) e também por órgão (IFFAR, IFRS e IFSUL). Nesse sentido, uma informação é importante, destaca-se que os elementos categorizadores referenciados acima são os códigos iniciais no NVivo® e desses códigos houve diversos desdobramentos de novos códigos, conforme poderá ser observado nas próximas seções.

Para todos os documentos, o primeiro passo foi a leitura de cada um deles, para que, seguindo as orientações de Bardin (2011), se identificasse a emergência de padrões, códigos, temas, entre outros elementos que compõem essa fase da análise. Cumpre ressaltar um aspecto que mudou nessa nova versão do NVivo com relação às versões anteriores. Anteriormente, o NVivo apresentava os 'nós' como um dos conceitos principais no processo de codificação e categorização. Nesta nova versão (New NVivo 2021), isso foi alterado para 'códigos'. Em resumo, a codificação foi orientada por cinco categorias (códigos) que compõem a Formação da Agenda (Figura 9).

Figura 9 - Estrutura macro da codificação

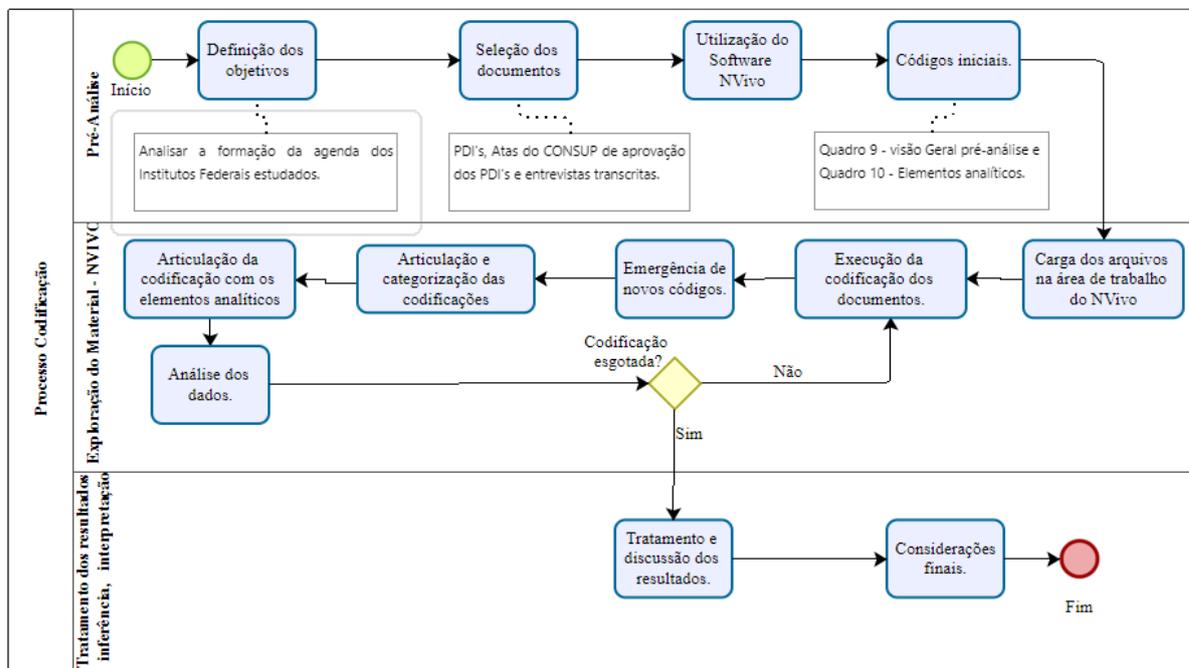


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

São as categorias: a agenda (prioridades estabelecidas) - para identificar e analisar as prioridades estabelecidas nos órgãos; o Empreendedor de Políticas - objetivando identificar quem são os principais empreendedores; os Fluxos (Problemas, Políticas e Político) – para identificar elementos que denotassem e caracterizassem os fluxos nesses Institutos; as Janelas de Oportunidades – para mapear elementos que indicassem janela de oportunidades; e mudança ou estabilidade – com o objetivo de verificar elementos que indicassem mudança ou estabilidade tanto na agenda do órgão quanto na agenda governamental.

Nesse sentido, conforme transcorria a leitura dos documentos destacados, mais códigos eram criados e referenciados (marcados) nesses documentos. Por meio dessas codificações, foram realizadas as articulações com os conceitos abordados no referencial teórico dessa pesquisa, especialmente àqueles relacionados à Formação da Agenda, conforme já destacados. A Figura 10 exemplifica as principais etapas executadas na codificação e discussão dos resultados.

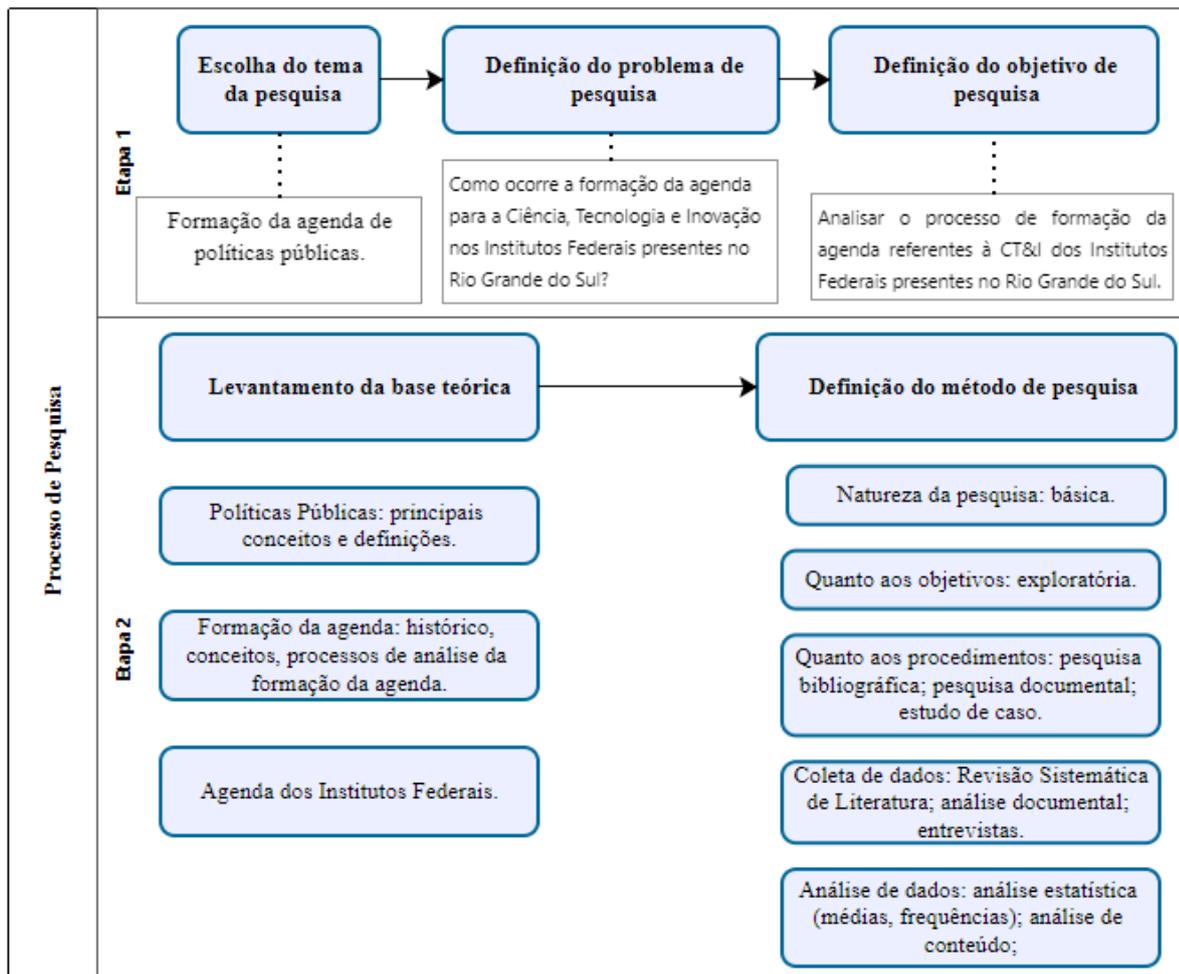
Figura 10 - Processo da codificação e resultados



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Para que se tenha uma compreensão geral dos aspectos metodológicos dessa pesquisa e também com o intuito de tornar inteligíveis as etapas e respectivas técnicas empregadas, desenvolveu-se a Figura 11, a qual apresenta o processo de pesquisa.

Figura 11- Processo de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4.3 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos Plataforma Brasil. Esse processo ocorreu com o encaminhamento do projeto, após a qualificação, ao Gabinete de Projetos (GAP) do Campus UFSM de Palmeira das Missões. Por meio desse procedimento, obteve-se o número de registro institucional 056110. Em seguida, para a utilização dos dados armazenado na Plataforma Brasil, foi solicitada autorização do coordenador do CEP/UFSM.

Esse estudo obedeceu às regras estabelecidas nas Resoluções Nº 466/2012 e 510/2016 do CNS quanto aos aspectos referentes à coleta, à confidencialidade e ao tratamento dos dados. Para as entrevistas, encaminhou-se: o formulário de Autorização Institucional; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constavam as informações sobre a

pesquisa; e, ainda, o Termo de Confidencialidade. Os formulários de Autorização Institucional para realização da pesquisa nos três Institutos e os modelos do TCLE e do termo de confidencialidade encontram-se como apêndices dessa pesquisa.

A participação nessa pesquisa foi voluntária e foi assegurada a privacidade do conteúdo gerado, sendo utilizado apenas para fins científicos. Tanto o pesquisador responsável como o executor da pesquisa permaneceram à disposição para quaisquer dúvidas pelo endereço de e-mail e telefone informados no TCLE. Como riscos das entrevistas, informou-se os seguintes: cansaço ao responder às questões da entrevista por conta da videoconferência ou, ainda, constrangimento/desconforto com o teor das questões. De qualquer modo, no caso da ocorrência de algum desses riscos, o participante poderá, a qualquer tempo, desistir de participar da pesquisa sem que ocorra nenhum tipo de penalidade ou prejuízo podendo, ainda, optar por participar em outro dia.

As informações coletadas nessa pesquisa serão armazenadas por um período de 5 anos sob responsabilidade do Prof. Dr. Luís Carlos Zucatto no seguinte endereço: UFSM Campus Palmeira das Missões, Avenida Independência, nº 3751, sala 203, do Prédio FINEP, bairro Vista Alegre, CEP: 98300-000.

5 RESULTADOS

Esta seção tem como finalidade apresentar os resultados dessa pesquisa. Para tanto, dividiu-se em duas partes essa apresentação: na primeira parte são demonstrados os resultados da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) sobre a temática da formação da agenda (de políticas públicas), o protocolo observado, as bases consultadas e outros aspectos pertinentes a essa estratégia são discriminados nos desdobramentos desta seção; na segunda parte são demonstrados os resultados referentes análise de documentos e as entrevistas.

Ressalta-se que na primeira parte, ou seja, na RSL, buscou-se atender o objetivo específico a) analisar as tendências teóricas referentes à formação da agenda na formulação de políticas públicas. E, na segunda parte, apresenta-se os resultados para o atendimento dos objetivos específicos de b) a e), os quais visaram, respectivamente: investigar quais questões emergiram na agenda de CT&I dos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul; identificar mudanças ou estabilidade na formação da agenda de CT&I dos Institutos analisados; identificar os principais atores nos Institutos analisados; e) comparar a formação da agenda de CT&I dos Institutos estudados.

5.1 DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE FORMAÇÃO DA AGENDA

Os resultados da RSL estão divididos em duas seções. Na primeira, apresenta-se os resultados do estudo bibliométrico. Já na segunda seção, são apresentadas as informações referentes aos conceitos teóricos explorados em cada publicação.

5.1.1 Estudo bibliométrico das publicações

Realizada a seleção das publicações, procedeu-se um estudo bibliométrico dos artigos selecionados, o qual ocorreu de duas maneiras: extração de informações da planilha *Microsoft Excel*® desenvolvida; e, utilização do software *Bibliometrix*®. Da planilha foram extraídas as seguintes informações: quantidade de publicações por ano; quantidade de publicações por periódico; quantidade de publicações por autor; quantidade de autores por publicação; quantidade de publicações por país; e aspectos metodológicos das publicações;

Com relação ao software *Bibliometrix*®, foram necessários procedimentos para que fosse possível realizar a formatação do arquivo para carga no software. Assim, considerando que a seleção contemplou quatro (4) bases diferentes, a estratégia definida para lograr êxito na

inclusão de todas as publicações em um único arquivo foi realizar a exportação das publicações com base no formato de arquivo gerado da base Web of Science. Esse procedimento é realizado na tela dos resultados da seleção das publicações dessa base pelo seguinte caminho: Exportar>Outros formatos de arquivo. Esse formato, portanto, é reconhecido pelo software para a realização das análises.

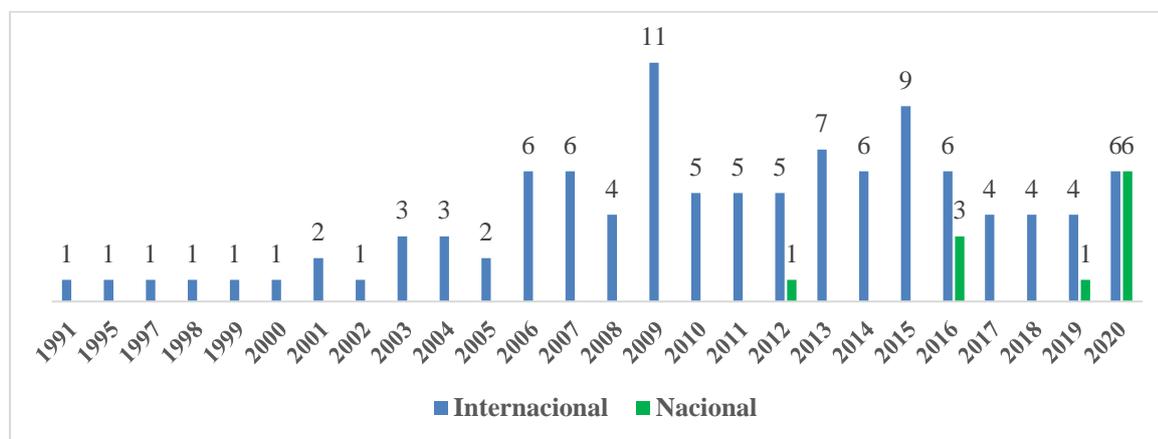
Optou-se por essa estratégia, pois 87 das 116 publicações são oriundas dessa base. Com relação às 29 publicações das demais bases, procedeu-se a pesquisa desses artigos na base Web of Science, para que fosse possível exportá-las, restando os seguintes resultados: da base Scielo, as 9 publicações foram encontradas; da Scopus, 15 das 18 publicações foram encontradas; e da base Spell, das 2 publicações, 1 publicação foi encontrada. As publicações foram buscadas na base de dados Principal Coleção Web of Science, com exceção das publicações da Scielo, para as quais foi utilizada a base de dados Scielo Citation Index. A extração por meio dessas bases na Web of Science possibilitou obter para exportação as informações completas de 112 das 116 publicações.

Portanto, das 29 publicações, quatro não foram encontradas para exportação. Desse modo, essas quatro publicações foram incluídas manualmente no arquivo, seguindo o formato do arquivo gerado pela Web of Science. Nessa inclusão manual no arquivo para importação, foram inseridas todas as informações necessárias para gerar as análises que são apresentadas no *Bibliometrix*®. Realizadas essas etapas, as publicações foram agrupadas em um único arquivo, o que possibilitou a carga no software *Bibliometrix*®.

Com a carga do arquivo realizada, foi possível executar as seguintes análises por meio do software: Nuvem de palavras com base nas palavras-chave; nuvem de palavras com base nos resumos; *Journals* mais relevantes; Lei de Bradford; Lei de Lotka; Evolução temática com base nos resumos, incluindo o mapa temático dessa evolução; Autores mais citados nas referências; Autores mais relevantes dos artigos publicados; Impacto dos autores das publicações com base no *h-index*; e, por fim, a Rede de Co-citação (Co-citation Network).

Com relação às informações extraídas das planilhas, apresenta-se inicialmente a quantidade de publicações por ano. Nesse caso, optou-se por segregar essas informações em Bases Nacionais e Bases Internacionais, conforme observa-se no Gráfico 1. No que diz respeito às Bases Nacionais (barras verdes), observa-se que 2020 foi o ano que mais publicações foram realizadas, totalizando seis das 11 publicações.

Gráfico 1 - Quantidade de publicações por ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação às Bases Internacionais (barras azuis), nota-se uma concentração entre os anos 2006 à 2020. Nos anos de 2009 e 2015, são os que apresentam o maior número de publicações, 11 e nove respectivamente.

As próximas análises foram realizadas consolidando todas as bases. Quanto aos *Journals*, o *Journal Of European Public Policy* foi o periódico que mais publicou dos estudos selecionados, com 20 artigos, representando 17,24% do total. Por conseguinte, o *Policy Studies Journal*, com doze (12) publicações, representa 10,34% do total. Esses dois *Journals* representam 27,58% do total de publicações. A Tabela 3 demonstra os indicadores referentes à quantidade de publicações por periódico.

Tabela 3 - Quantidade de Publicações por periódico

Periódicos	Fator de Impacto 2019	Qualis (2013-2016)	Total	Percentual
Journal Of European Public Policy	4.177	-	20	17,24%
Policy Studies Journal	3.797	-	12	10,34%
European Journal Of Political Research	2.830	-	5	4,31%
Political Research Quarterly	1.362	A1	5	4,31%
Revista De Administração Pública*	-	A2	5	4,31%
American Journal Of Political Science	4.271	A1	3	2,59%
Journal Of Comparative Policy Analysis	1.414	B1	3	2,59%
Journal Of Politics	2.658	A1	3	2,59%
West European Politics	2.151	-	3	2,59%
European Planning Studies	2.226	A1	2	1,72%
European Union Politics	2.438	-	2	1,72%
Governance-An International Journal Of Policy Administration And Institutions	2.899	-	2	1,72%
Journal Of Policy Analysis And Management	5.018	-	2	1,72%

Policy Sciences	3.609	-	2	1,72%	
Political Studies	1.414	A1	2	1,72%	
Public Administration	1.825	A1	2	1,72%	
Social Forces	1.953	A1	2	1,72%	
Revistas Com Uma (1) Publicação	-	-	41	35,34%	
<i>*Bases Nacionais</i>			Total	116	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Observa-se na Tabela 4 a quantidade de publicações que cada autor participou. O autor Bryan D. Jones foi o que mais publicou, totalizando sete publicações, seguido por Frank R. Baumgartner, com seis 6 publicações. Michael Howlett, Ana Cláudia Niedhardt Capella (publicações nas bases nacionais), Christoffer Green-Pedersen e Sebastian Princen figuram logo na sequência, com quatro publicações cada.

Tabela 4 - Quantidade de publicações por autor

Autores	Quantidade Publicações
Bryan D. Jones	7
Frank R. Baumgartner	6
Michael Howlett	5
Ana Cláudia Niedhardt Capella*	4
Christoffer Green-Pedersen	4
Sebastian Princen	4
Arnold Vedlitz	3
Kathleen A. Bratton	3
Allan McConnell	2
Annabelle Littoz-Monnet	2
Anthony Perl	2
Arco Timmermans	2
B. Dan Woo	2
Bert Fraussen	2
Christian Huß	2
Darren R. Halpin	2
David Lowery	2
Eric Lindquist	2
Felipe Gonçalves Brasil	2
Frédéric Varone	2
Ian Bache	2
Isabelle Engeli	2
John Wilkerson	2
Nicole Herweg	2
Paul Cairney	2
Reimut Zohlnhöfer	2
Shaun Bevan	2
Sarah B. Pralle	2
Will Jennings	2
Xinsheng Liu	2
Autores Com Uma (1) Publicação	140
<i>*Bases Nacionais</i>	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação à quantidade de autores por publicação, observa-se que 44,83% das publicações selecionadas possuem um autor. As publicações com dois e três autores somam quase metade do total, com 48,17%. Nota-se, portanto, uma concentração nas publicações entre um a três autores, as quais somam 93,10% do total. Nota-se, ainda, que sessenta e nove autores são do sexo Feminino (40,59%) e cento e um (101) são do sexo Masculino (59,41%). A Tabela 5 demonstra os indicadores referentes à quantidade de autores por publicação bem como a quantidade total e o sexo dos autores.

Tabela 5 - Quantidade de autores por publicação

Quantidade de autores	Total de Publicações	Percentual
1	52	44,83%
2	35	30,17%
3	21	18,10%
4	6	5,17%
6	1	0,86%
7	1	0,86%
Total	116	100%
Sexo Autores		
Feminino	69	40,59%
Masculino	101	59,41%
Total de Autores	170	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Por conseguinte, demonstra-se a quantidade de publicações por país. Os Estados Unidos (EUA) apresentam a maior quantidade de publicações, totalizando 32,76% do total. Em seguida, destacam-se Alemanha, com 10,34%, o Brasil, com 9,48%, o Reino Unido, com 8,62%, e a Holanda, com 8,62%. A soma desses países representa 36,21% do total da amostra. Ressalta-se que o Brasil figura com 11 publicações, todas elas selecionadas nas bases nacionais (SciELO e Plataforma Spell). A Tabela 6 demonstra os quantitativos gerais.

Tabela 6 - Quantidade de publicações por país

Países	Quantidade Publicações	Percentual
EUA	38	32,76%
Alemanha	12	10,34%
Brasil*	11	9,48%
Reino Unido	10	8,62%
Holanda	9	7,76%
Canadá	7	6,03%
Austrália	5	4,31%

Dinamarca	3	2,59%
Inglaterra	3	2,59%
Bélgica	2	1,72%
Escócia	2	1,72%
Itália	2	1,72%
Suécia	2	1,72%
Suíça	2	1,72%
Turquia	2	1,72%
Países com uma (1) publicação	6	5,17%
<i>*Bases Nacionais</i>		

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A Tabela 7 apresenta as informações referentes aos principais aspectos metodológicos das publicações analisadas. Quanto à Natureza da Pesquisa, 87 publicações foram classificadas como Básica. A abordagem da pesquisa mais utilizada foi a Qualitativa, com 66 publicações, seguida pela abordagem mista Quali-Quanti, com 34 publicações.

Tabela 7 - Principais aspectos metodológicos das publicações analisadas

Aspectos Metodológicos		
Natureza da Pesquisa	Básica	87
	Aplicada	29
Abordagem da Pesquisa	Qualitativa	66
	Quantitativa	16
	Quali-Quanti	34
Objetivos da Pesquisa	Experimental	3
	Explicativa	26
	Exploratória	87
Procedimentos Técnicos	Estudo de Caso	5
	Observação	1
	Pesquisa Bibliográfica	107
	Pesquisa Documental	91

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

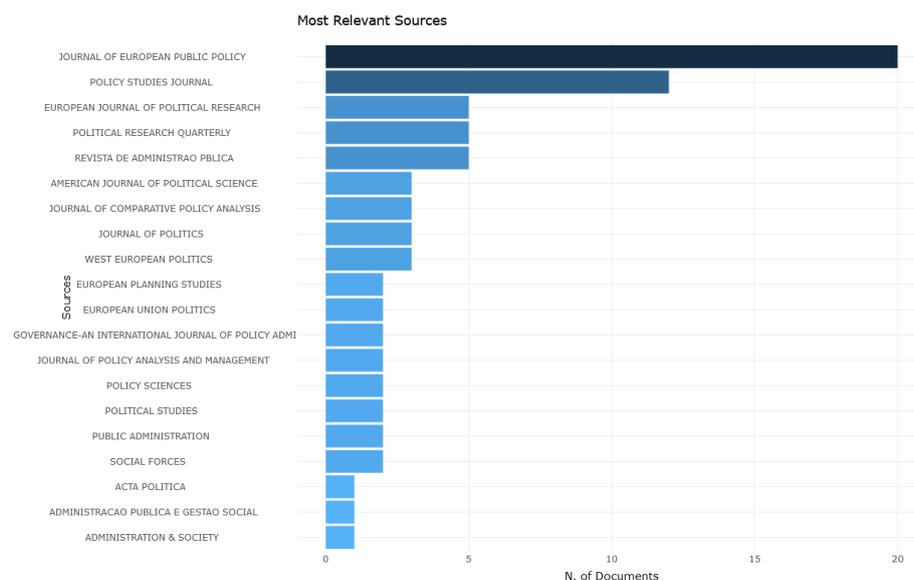
Quanto aos Objetivos da Pesquisa, 87 publicações são Exploratória. Por fim, no que diz respeito aos Procedimentos Técnicos, destaca-se a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental, com 107 e 91 publicações, respectivamente.

Com relação às extrações realizadas por meio do software *Bibliometrix*®, apresenta-se inicialmente a nuvem de palavras (*Word Cloud*) com base nas palavras-chave dos autores (Figura 12). Em síntese, o software realiza uma análise de frequência das palavras e às destaca graficamente por meio da *Word Cloud*. Nesse caso específico das palavras-chave dos autores, ressalta-se que, por conta da RSL ter utilizado como um dos descritores principais o *agenda-setting*, entende-se como natural que esse termo passe a figurar como um dos principais, e assim

Nessa alternativa, o termo com mais frequência foi *policy* (335 vezes), seguido por *agenda* (130 vezes) e *political* (114 vezes). No caso dessa análise por meio dos resumos, as palavras podem se repetir diversas vezes em único artigo, entretanto, as duas alternativas fornecem um panorama geral inicial relevante das publicações analisadas.

Por conseguinte, destacam-se os *Journals* mais relevantes (Figura 14). Essa análise é realizada por meio do software com base no número de publicações que cada periódico apresentou no arquivo carregado. Desse modo, o *Journal of European Public Policy* é o mais relevante (20 publicações), seguido pelo *Policy Studies Journal* (12 publicações). Os *journals* *European Journal of political Research*, *Political Research Quarterly* e a Revista de Administração Pública (Bases Nacionais), aparecem logo em seguida, com cinco (5) publicações cada.

Figura 14 - Journals mais relevantes

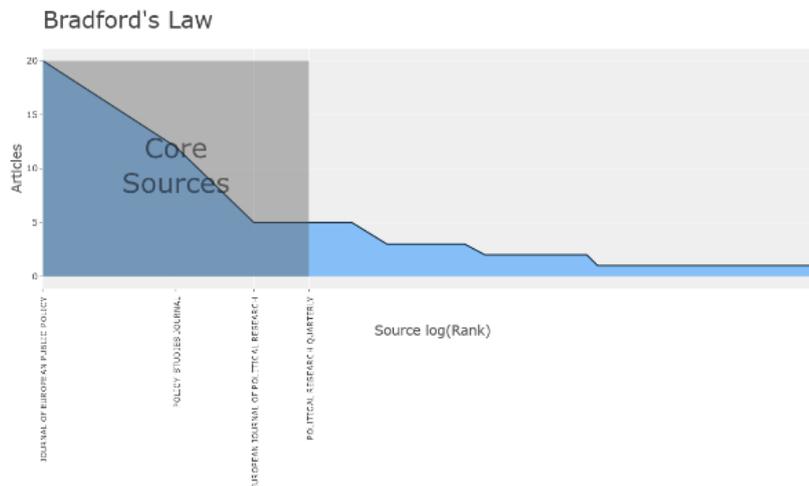


Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

No que concerne à relevância de um periódico em sua área, a Lei de Bradford declara que um pequeno núcleo de periódicos tem tantos artigos sobre determinado assunto quanto um número muito maior de periódicos (HJORLAND; NICOLAISEN, 2007). Em resumo, a Lei de Bradford aponta os periódicos mais importantes de uma determinada área. Nesse sentido, conforme observa-se na Figura 15, o núcleo da nossa análise concentrou-se entre os seguintes *journals*: *Journal of European Public Policy*, *Policy Studies Journal*, *European Journal of political Research* e o *Political Research Quarterly*. Esses quatro periódicos representam mais

de 36% do total de publicações, evidenciando sua relevância no campo, quando se trata da temática sobre formação da agenda.

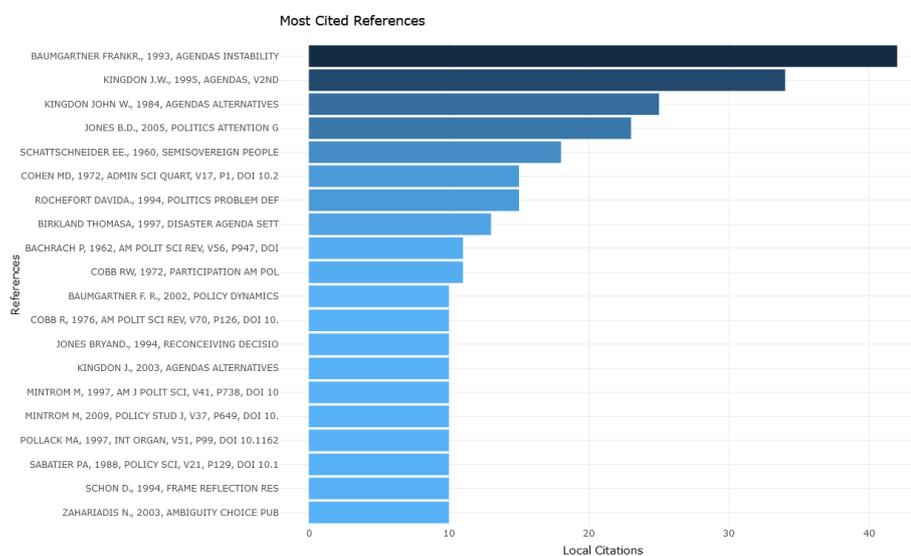
Figura 15 - Lei de Bradford



Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Como forma de visualizar o *background* teórico que fundamenta as publicações analisadas, realizou-se a análise das referências mais citadas (*Most Cited References*). Desse modo, restou evidente os principais autores da literatura referentes à formação da agenda, conforme demonstra a Figura 16, a qual apresenta os vinte (20) trabalhos mais referenciados.

Figura 16 - Autores mais citados nas referências

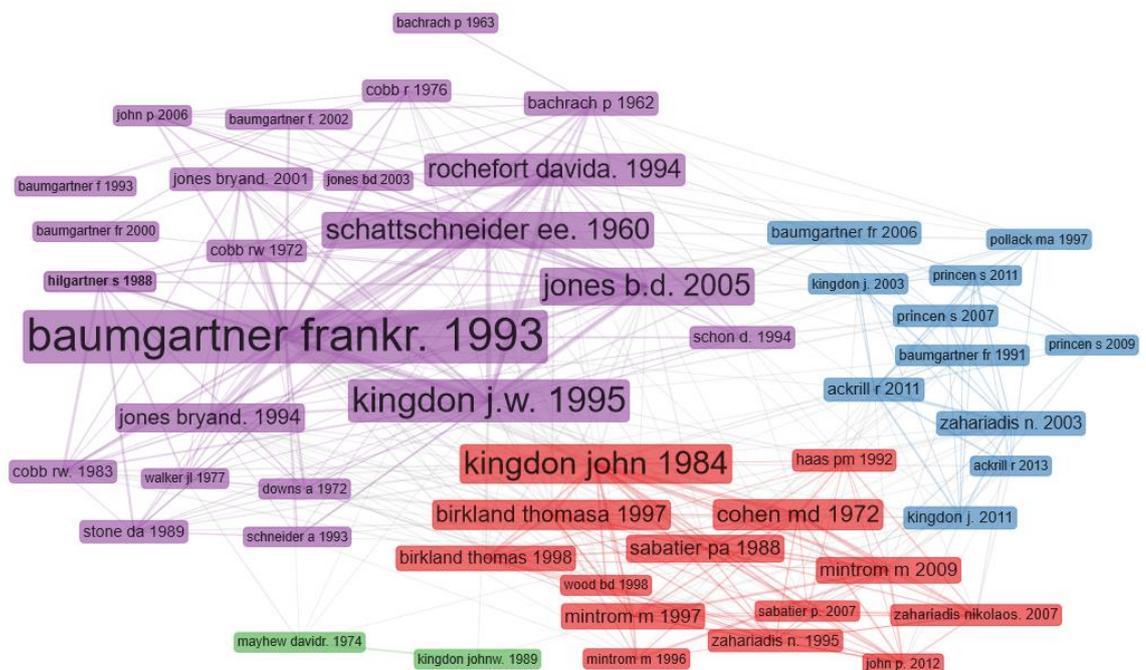


Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Baumgartner e Jones, com o livro *Agendas and Instability in American Politics* de 1993 é o trabalho mais citado nas referências (42 citações). Na sequência figura Kingdon, com a segunda versão de 1995 (34 citações) e a primeira versão de 1984 (25 citações) do seminal trabalho *Agendas, Alternatives and Public Policies*.

Ainda com base nas referências citadas nas publicações, foi gerada a rede de co-citação (*Co-citation Network*) que, em síntese, identifica quais publicações foram citadas em conjunto, criando *clusters* dessas citações. Dessa forma, foram identificados três grandes *clusters* conforme visualiza-se na Figura 17.

Figura 17 - Co-citation Network



Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

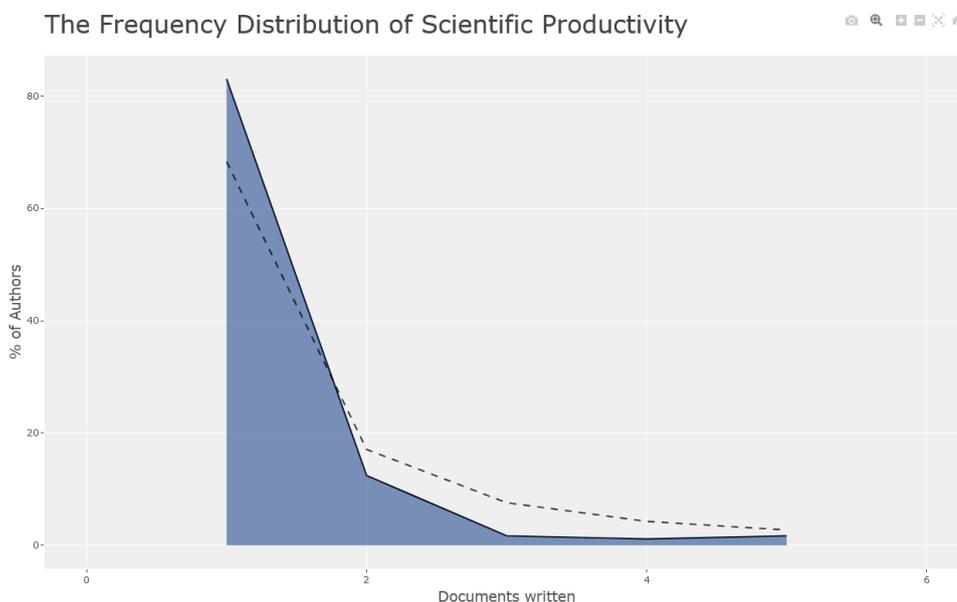
O *cluster* roxo é o maior deles e possui como destaque o trabalho de Baumgartner e Jones (1993). No *cluster* roxo, além de Baumgartner e Jones (1993), sobressaem-se, ainda, o trabalho de Schattschneider (1960) que, além de outras contribuições relevantes, traz para o centro do debate a preocupação com construção da agenda, inserindo a definição dos problemas e possíveis soluções no cerne do processo político e o clássico livro de Rochefort e Cobb (1984)

o qual faz uma abordagem no que diz respeito a definição dos problemas e seus desdobramentos, como destacado por Capella (2018).

Por conseguinte, o principal trabalho no cluster vermelho é o de Kingdon (1984). Os estudos de Birkland (1997) e de Cohen, March e Olsen (1972) também se destacam nesse cluster. Isso devido ao fato do estudo de Birkland ser um desdobramento dos eventos focalizadores de Kingdon (1984). Já o trabalho de Cohen, March e Olsen (1972) trata do *Garbage Can Model* (modelo da lata de lixo), que inspirou o modelo de Kingdon. Por fim, o cluster azul apresenta discreta ênfase para o trabalho de Zahariadis (2003), sendo referenciada em conjunto com as publicações de Kingdon (2003; 2011), Baumgartner e Jones (1991), Baumgartner, Green-Pedersen e Jones (2006) e Princen (2007; 2008).

A Figura 18 apresenta o resultado da Lei de Lotka. Em resumo, a Lei de Lotka trata da produtividade dos autores, estabelecendo que muitos autores produzem poucas publicações e que poucos autores produzem muitas publicações. Corroborando essa perspectiva, 83,5% dos autores realizaram uma publicação. Por outro lado, 16,5% dos autores realizaram duas ou mais publicações.

Figura 18 - Lei de Lotka

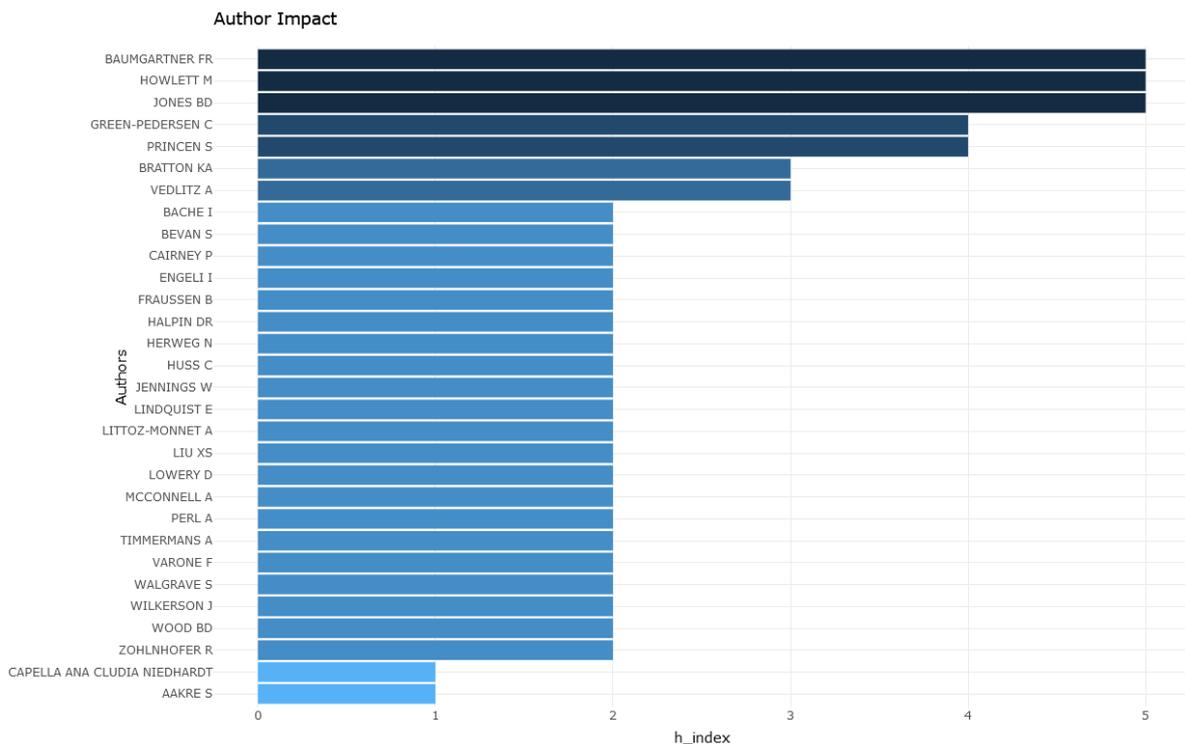


Fonte: Elaborado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Com base no *h-index*, proposta que serve para quantificar a produção e o impacto dos autores, foi gerada a Figura 19. Essa análise é realizada com base nos autores que publicaram os 116 artigos estudados. Portanto, observa-se que Frank R. Baumgartner, Michael Howllet e

Bryan D. Jones são os autores de maior impacto das publicações estudadas com um valor *h-index* de 5. Na sequência figuram Cristophen Green-pedersen e Sebastian Princen com um *h-index* de 4.

Figura 19 - Impacto autores com base no h-index



Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Por conseguinte, com base nos resumos das publicações, gerou-se a evolução temática (*Thematic Evolution*) dessas publicações com base nos resumos (*Abstracts*). A evolução temática do software se utiliza dos conceitos de Cobo *et al.* (2011), que desenvolveram uma abordagem que “combina análise de desempenho e mapeamento científico para detectar e visualizar subdomínios conceituais (temas específicos ou áreas temáticas gerais)” (COBO *et al.*, 2011 p.1 – tradução nossa).

O método proposto pelos autores permite quantificar e visualizar a evolução temática de um campo de pesquisa, sendo que os resultados decorrem, em síntese, da análise de co-ocorrência de palavras em uma estrutura longitudinal. Para uma melhor interpretação dos resultados, são utilizados diagramas estratégicos (mapas temáticos) para categorizar os temas detectados.

Primeiramente será apresentada a evolução temática e, em seguida, o mapa temático para cada período analisado. O software permite estabelecer diversos critérios para a análise, desse modo, a Figura 20 demonstra os que foram aplicados para a análise.

Figura 20 – Parâmetros aplicados para a evolução temática

TE Parameters:

Field
Abstracts

Number of Words
50

Min Cluster Frequency (per thousand docs)
5

Weight index
Inclusion Index weighted by Word-Occurrences

Min Weight Index
0.1

Label size
0.3

Number of Labels (for each cluster)
1

Time Slices:

Number of Cutting Points
1

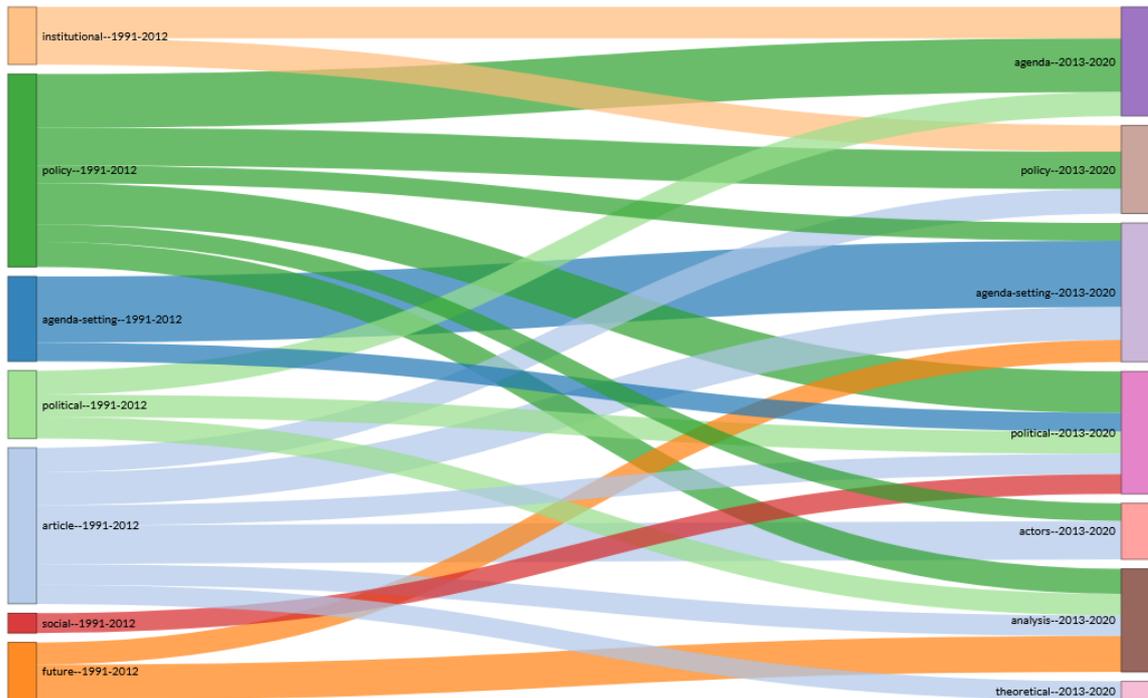
Please, write the cutting points (in year) for your collection
Cutting Year 1
2012

Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Desse modo, aplicou-se os parâmetros destacados na Figura 20 e foi gerada a evolução temática, conforme se apresenta na Figura 21. À esquerda e à direita do diagrama (barras coloridas laterais) são os temas que foram identificados na análise, quanto maior o tema, mais publicações o integram (COBO *et al.*, 2011). No software existe a possibilidade, ainda, de selecionar quantos períodos se quer analisar, nesse caso, optou-se para essa pesquisa a seleção de dois períodos. Observa-se que no primeiro período (1991 a 2012) houve a formação de sete

(7) temas, os quais acabaram se desdobrando em outros sete (7) no segundo período (2013-2020). Em resumo, quanto maior o comprimento das barras laterais, maior foi a frequência desses temas nas publicações analisadas (COBO *et al.*, 2011).

Figura 21 - Evolução Temática com base nos Resumos



Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Acredita-se que o tema “*article*” foi incluído, pois essa é uma palavra recorrentemente citada no decorrer dos resumos. Desse modo, destaca-se no primeiro período o tema *policy*, que foi o tema com mais frequência no período e o que mais se desdobrou em outras temáticas no segundo período, sendo que foram seis desdobramentos, incluindo a sua permanência como área temática para o segundo período, entretanto, observa-se decréscimo na sua abordagem.

Permaneceram como temáticas do primeiro para o segundo período, além de *policy*, *agenda-setting* e *political*. Nesses dois últimos casos, houve crescimento na abordagem dos temas. Destaca-se, ainda, o surgimento do tema *agenda*, *actors* e *analysis* para o segundo período.

Com relação às temáticas que permaneceram, pode-se destacar alguns aspectos que levaram a esses desdobramentos. As temáticas *policy* e *agenda-setting* naturalmente permanecem, pelo fato de *policy* remeter à política pública e *agenda-setting* refere-se à formação da agenda. Portanto, pode-se inferir que sejam dois temas centrais na teoria e são,

logicamente, parte dos modelos apresentados (Múltiplos Fluxos, Teoria do Equilíbrio Pontuado, PAP e CAP).

Com relação à temática *political*, pode-se relatar que sua ascendência está relacionada, principalmente, com a evolução da teoria do Equilíbrio Pontuado de Baumgartner e Jones (1993). A teoria transformou-se de uma análise dos motivos das políticas passarem por períodos de estabilidade seguidos por mudanças drásticas para um modelo que visa compreender como são processadas as informações nos governos e como as mudanças nas agendas e na atenção política (*political attention*) afetam as políticas públicas (JONES; BAUMGARTNER, 2005; BAUMGARTNER; GREEN-PEDERSEN; JONES, 2006; BRASIL; CAPELLA, 2019). Isso é comprovado na aplicação do PAP e do CAP (19 publicações no total) nos estudos analisados.

Por fim, destacam-se a emergência das temáticas *agenda*, *actors* e *analysis*. A temática *agenda* remete às questões priorizadas ou não pelos governos e *analysis* está vinculada ao processo de análise da formação da agenda. Portanto, são temáticas, assim como *policy* e *agenda-setting*, intrínsecas à teoria sobre formação da agenda. Já, a emergência da temática *actors* está relacionada com a preocupação em analisar quem são e como agem os atores envolvidos na formação da agenda das políticas públicas.

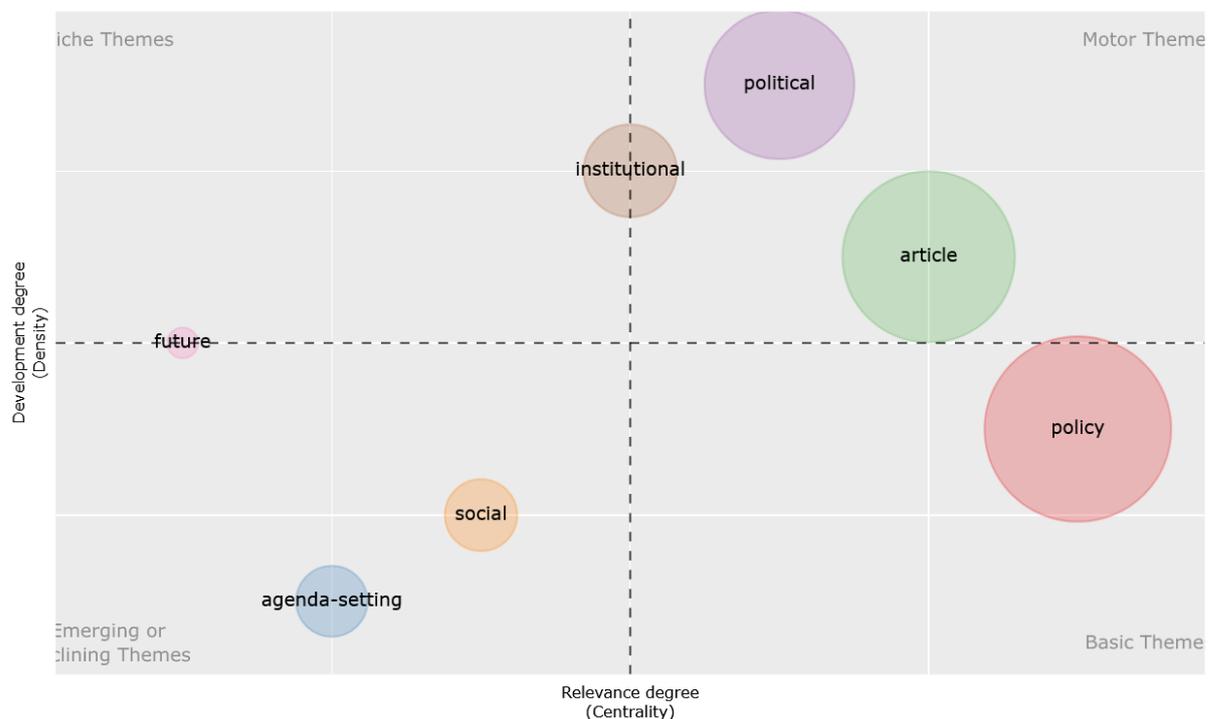
Observados os desdobramentos da evolução temática, demonstra-se o mapa temático para cada período analisado. Antes, é necessário destacar os principais conceitos referentes ao mapa temático. Conforme Cobo *et al.* (2011), quando a análise de co-ocorrência de palavras é usada para mapear a ciência, *clusters* de palavras-chave (e suas interconexões) são obtidos, e esses clusters são considerados temas. Desse modo, cada tema de pesquisa obtido neste processo é caracterizado por dois parâmetros (“densidade” e “centralidade”).

No quadrante superior direito posicionam-se os temas que são bem desenvolvidos e importantes para a estruturação do campo de pesquisa, conhecidos como os temas-motores (*Motor Themes*). Já, no quadrante superior esquerdo encontram-se os temas que possuem laços internos bem desenvolvidos, entretanto, com laços externos sem importância. Por isso, são temas de relevância apenas marginal para determinado campo e possuem como características serem muito especializados e de caráter periférico (COBO *et al.*, 2011).

Já no quadrante inferior esquerdo concentram-se os temas que são poucos desenvolvidos e marginais. Esses representam principalmente temas emergentes ou que estão desaparecendo. E, por fim, os temas que se encontram no quadrante inferior direito são importantes para um campo de pesquisa, mas não são desenvolvidos. Portanto, este quadrante agrupa temas transversais e gerais, básicos (COBO *et al.*, 2011).

Desse modo, compreendidos os principais aspectos referentes ao mapa temático, se apresenta a Figura 22, a qual demonstra o mapa temático referente ao primeiro período (1991 a 2012). *Future* (entre os temas nicho e os temas motores) e *institutional* (entre os temas nicho e os temas emergente ou em declínio), devido ao fato de estarem no centro entre dois quadrantes, não podem ser classificados. Destaca-se nesse período: como tema motor *political*; como tema básico *Policy*; e como tema emergente *agenda-setting*.

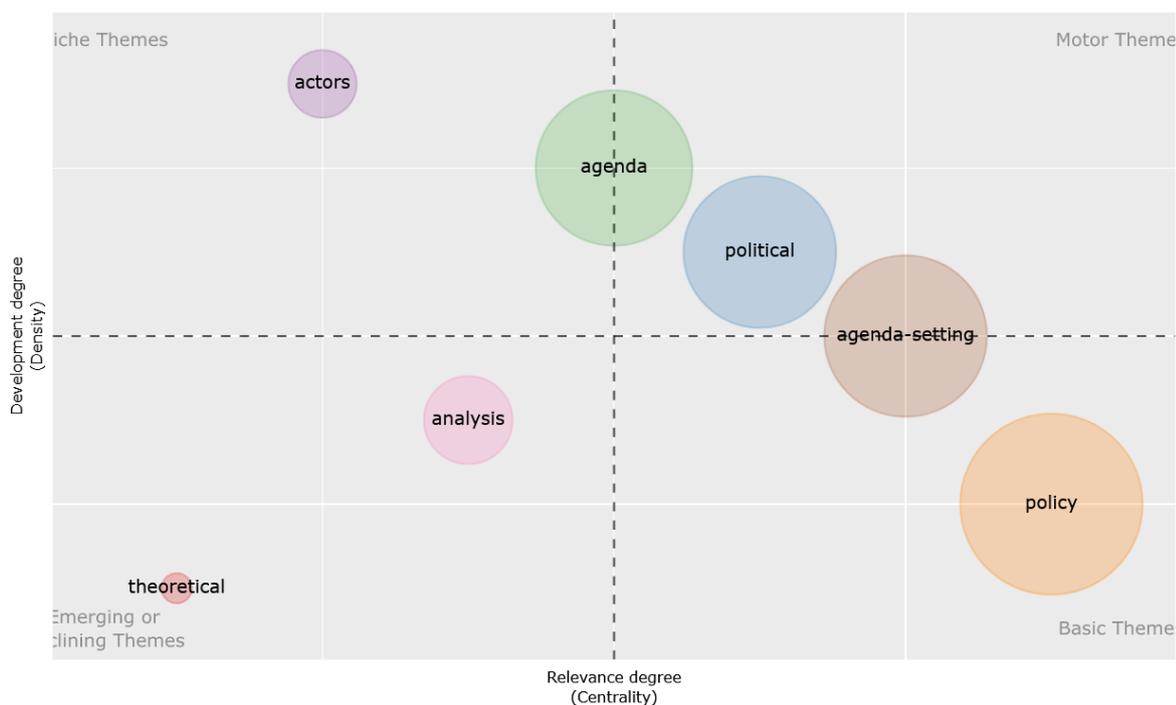
Figura 22 - Mapa temático 1991 a 2012



Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Já no segundo período (Figura 23), os temas *agenda* (entre os temas nicho e os temas motores) e *agenda-setting* (entre os temas motores e os temas básicos), não podem ser classificados por estarem centralizados entre dois quadrantes. Observa-se que *political* permaneceu como um tema motor bem como *policy* também permaneceu como um tema básico. Destaca-se o tema *actors* surgindo como um tema nicho e *theoretical* e *analysis* como temas emergentes.

Figura 23 - Mapa temático 2013 a 2020



Fonte: Gerado pelo autor no software Bibliometrix (2021).

Portanto, nessa transição de temática apresentada, deve-se ressaltar a estabilidade de dois temas nos períodos: *political* como tema motor; e *policy* como tema básico. Além disso, os temas *agenda-setting* e *agenda*, ainda que não tenham sido inseridos em nenhum quadrante, o mapa temático demonstra que eles surgem como uma temática que cresceu na sua abordagem no período analisado.

5.1.2 Teoria aplicada nas publicações

Com base nas informações coletadas na planilha *Microsoft Excel*® 2019, busca-se analisar quais abordagens teóricas foram utilizadas nos trabalhos analisados. Para essa finalidade, foram criadas cinco (5) colunas para extração das informações: Conceito Teórico; Foco dos Estudos; Nível da Política ou Desenvolvimento da Teoria; País, Órgão ou Abordagem da teoria; e, Autores.

O categorizador **Conceito Teórico** tem o objetivo de identificar qual teoria ou qual parte da teoria foi utilizada como *framework* de trabalho. Já, o categorizador **Foco dos Estudos** busca trazer as informações relativas ao que foi estudado na publicação.

No **Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria** há duas vertentes na extração: quando o estudo foi realizado analisando uma política pública específica de algum governo, órgão, organizações internacionais, entre outros, então esse estudo foi classificado como Transnacional, Nacional, Estadual ou Municipal; por outro lado, se o trabalho analisado propunha um debate teórico, com proposições críticas ou incrementais à teoria, esse estudo então foi classificado como **Desenvolvimento da Teoria**.

No Categorizador **País, Órgão ou Abordagem da Teoria**, trata-se de um desdobramento do categorizador **Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria**. Portanto, são destacados os países ou órgãos que foram estudados quando os estudos foram classificados como Transnacional, Nacional, Estadual ou Municipal, ou, ainda, quando tenham sido classificados como **Desenvolvimento da Teoria**, destaca-se o que foi desenvolvido ou debatido teoricamente no estudo analisado. E, por fim, a última coluna **Autores** apresenta os autores das publicações.

Inicia-se apresentando os estudos que foram categorizados no **Conceito Teórico** como **Teoria Agenda-Setting**. Nesse categorizador foram classificadas as publicações que utilizaram a teoria de uma maneira geral, citando alguns dos principais modelos e autores, mas não se utilizaram de um modelo específico como *framework*. Desse modo, 59 das 116 publicações, representando 50,86% do total, foram incluídas nessa categoria, conforme se apresenta no Quadro 12.

Quadro 12 - Aplicação Teoria Agenda-setting

Conceito Teórico	Foco dos Estudos	Nível Política Pública/Desenvolvimento da Teoria	País, Órgão ou Abordagem da teoria	Autores
Teoria Agenda Setting	Apresenta uma estrutura para a análise de domínios de políticas.	Desenvolvimento da teoria	Domínio de políticas.	Burstein (1991)
	Analisou a transposição de políticas do nível Federal para o Estadual referentes às leis de testamento Vital nos EUA.	Nacional	EUA	Hays & Glick (1997)
	Analisa a aprovação de propostas de leis de representantes negros e mulheres no legislativo estadual.	Estadual	Arkansas, Califórnia, Illinois, Maryland, Nova Jersey e Carolina do Norte	Bratton & Haynie (1999)
	Papel dos consultores Ministeriais e a influência na definição da agenda.	Nacional	Austrália	Maley (2000)

Prioridades de partidos radicais de direita; Atuação de partidos radicais de direita na definição da agenda.	Transnacional	Alemanha; Áustria; França; Itália	Minkenberg (2001)
Influência do Presidente na definição da Agenda da Política externa.	Nacional	EUA	Peake (2001)
Influência raça e gênero na definição da agenda.	Estadual	EUA	Bratton (2002)
Empreendedor de políticas; Influência do Presidente do Conselho Europeu na Definição da Agenda.	Transnacional	União Européia Conselho Europeu	Tallberg (2003)
Modelo de limite para explicar como a definição do problema pode exibir mudanças incrementais e pontuadas; Assédio Sexual.	Nacional	EUA	Wood & Doan (2003)
Busca explicar como a OCDE influenciou as Políticas de bem-estar e de mercado de trabalho na EU.	Transnacional	OCDE	Dostal (2004)
Analisa as tentativas da criação de Política de Imigração comum na EU.	Transnacional	União Européia	Givens & Luedtke (2004)
Empreendedores de Políticas; Analisa a atuação, por meio de um estudo de caso da Comissão Europeia, de empreendedores de políticas definindo a agenda por meio da análise de rede.	Transnacional	União Européia	Christopoulos (2006)
Políticas públicas Pesticidas; Leis sobre pesticidas no âmbito municipal; Empreendedor de Políticas Públicas; Grupos de Interesse; Venue Shopping.	Municipal	Canada Hudson	Pralle (2006)
Examina as diferenças na definição de agendas e mudanças nas políticas em torno da questão dos pesticidas para cuidar do gramado nos Estados Unidos e Canadá.	Nacional	EUA Canada	Pralle (2006)
Política anti-tabagismo e política bioterrorismo da UE.	Transnacional	União Europeia	Princen & Rhinard (2006)
Medição; Diversidade da atenção; Desenvolvimento da Teoria	Desenvolvimento da teoria	Modelo para medir a diversidade de atenção.	Boydston, Bevan & Thomas III (2007)
Direitos Humanos; Crianças em conflitos armados (CaAC).	Transnacional	-	Carpenter (2007)
Enquadramento de políticas na União Européia.	Transnacional	União Européia European Commission Parlamento Europeu	Daviter (2007)
Elabora uma revisão de literatura sobre definição da agenda na União Europeia, descrevendo o estado da arte até aquele momento.	Desenvolvimento da teoria	Além da revisão de literatura, busca explicar como é o processo definição da agenda na EU.	Princen (2007)

Política ambiental; Processo de definição de questões para os indivíduos (Percepção nível micro).	Nacional	EUA	Wood e Vedlitz (2007)
Políticas Públicas Energia: Atores e Processos.	Nacional	China	Meidan, Andrews-Speed & Ma Xin (2009)
Empreendedorismo político	Desenvolvimento da teoria	Analisa o conceito de empreendedorismo político e seu uso na explicação de mudanças nas políticas.	Mintrom & Norman (2009)
Como as informações e comentários compartilhados por participantes públicos no início do processo de regulamentação da agência ajudam a definir a agenda para a futura tomada de decisões regulatórias.	Nacional	EUA	Naughton <i>et al.</i> (2009)
LGBT; Direitos LGBT.	Transnacional	ONU União Européia	Swiebel (2009)
Aborda as tentativas dos movimentos sociais de influenciar a formulação de políticas, o principal tema de pesquisa, mas também influências do movimento sobre os direitos democráticos, processos eleitorais, decisões legais, partidos políticos e burocracias estatais.	Desenvolvimento da teoria	Revisão de literatura sobre influência dos Movimentos Sociais na definição da agenda.	Amenta <i>et al.</i> (2010)
Explora quando, como e por que o paradigma político relacionado à pobreza mudou na Finlândia.	Nacional	Finlândia	Kuivalainen & Niemelä (2010)
Políticas de mudanças climáticas; European Union Emissions Trading Scheme (EU ETS); Grupo-alvo e a viabilidade das políticas.	Transnacional	União Européia Parlamento Europeu	Skodvin, Gullberg & Aakre (2010)
Analisa o co-patrocínio em 2001 no legislativo de nove estados.	Estadual	EUA Arizona, Califórnia, Colorado, Flórida, Illinois, Maryland, Michigan, Carolina do Sul e Texas.	Bratton & Rouse (2011)
Atenção do Congresso e da Mídia às Políticas de mudanças climáticas; Mudança Climática.	Nacional	EUA	Liu, Lindquist & Vedlitz (2011)
Desenvolve uma tipologia de estratégias utilizadas por atores políticos para inserir questões na agenda da UE.	Desenvolvimento da teoria	Estratégias para inserir questões na agenda.	Princen (2011)
Políticas Públicas Energia; Fracking (Extração de Gás) nos níveis Estaduais e Federal.	Nacional	EUA	Davis & Hoffer (2012)

Políticas Células-Tronco; Influência Federal sobre a agenda Estadual.	Nacional	EUA	Karch (2012)
Memória; Holocausto, Nazismo e Estalinismo; A memória está sendo utilizada como definidor de agendas, inclusive com um movimento dentro do parlamento europeu que criou um programa para chamar a atenção e desenvolver políticas.	Transnacional	União Européia	Littoz-Monnet (2012)
Influência DG Culture na Comissão Européia -UE na definição da agenda de Políticas de inovação e da promoção do crescimento e da competitividade económica.	Transnacional	União Européia Comissão Européia	Littoz-monnet (2012)
Método ensino que envolve os alunos em um processo de definição da agenda.	Desenvolvimento da Teoria	Método de ensino com base na literatura de definição da agenda.	Secchi (2012)
Analisa a transposição de políticas do meio-ambiente na União Européia.	Transnacional	União Européia	Spendzharova & Versluis (2013)
Política Externa; Analisa criticamente os primeiros dois anos de existência do EEAS (European External Action Service) para descobrir se esses novos atores conseguiram moldar a direção das atividades externas da União Europeia (UE).	Transnacional	União Européia	Vanhoonacker & Pomorska (2013)
Debateu a política pública urbana moldada pelas políticas neoliberais e analisou a Lei de Transformação Urbana para Áreas sob Risco de Desastre.	Nacional	Turquia	Elicin (2014)
Políticas refugiados; Global Refugee Policy (GRP).	Transnacional	Asia-Pacific region	Kneebone (2014)
Como as consultas a grupos de interesse contribuem com o executivo ao fortalecer seu poder formal e informal de definição de agendas.	Transnacional	União Européia Parlamento Europeu Comissão Européia	Bonea & Thomson (2015)
Políticas Públicas Energia; Energias renováveis; Metas EU energias renováveis.	Transnacional	União Europeia Comissão Europeia	Bürgin (2015)
Analisa a utilização do conhecimento científico na Comissão Européia da UE para formulação de políticas públicas.	Transnacional	União Europeia	Rimkutèa & Haverlandb (2015)
Definição da agenda para políticas públicas para a saúde; WPR approach.	Nacional	Austrália	Bacchi (2016)
Examina o bloqueio da agenda (agenda denial), processo pelo qual questões são mantidas fora da consideração e deliberação governamentais.	Desenvolvimento da teoria	Bloqueio de questões na agenda.	Capella (2016)

Influência dos Grupos de Interesse no ETC (European territorial cooperation).	Transnacional	União Européia	Sielker (2016)
Atuação e agenda dos stakeholders na formação da agenda de políticas públicas; Governança colaborativa.	Nacional	Austrália	Halpin & Fraussen (2017)
Examina como os grupos de interesse estabelecem sua agenda política.	Nacional	Austrália	Halpin, Fraussen & Nownes (2017)
E-participação (on-line) do cidadão na definição da agenda.	Nacional	Coréia do Sul	Lee & Kim (2017)
Analisa três casos comparativos de fracasso político revelados por desastres (tornados), examinando as condições sob as quais o fracasso das políticas leva ao aprendizado de políticas.	Nacional	EUA	O'Donovan (2017)
Políticas públicas planejamento estratégico espacial; Planejamento espacial e a influência na definição da agenda.	Municipal	Loop city	Olesen (2017)
Políticas Imigratórias; Competição partidária.	Nacional	Itália	Urso (2018)
Política Desastres; Usando dados de uma pesquisa nacional com legisladores estaduais, examinam qual a influência dos empreendedores de políticas nas políticas para desastres.	Estadual	EUA	Anderson, DeLeo & Taylor (2019)
Reforma Sistema Bancário; Janela de oportunidades.	Transnacional	Alemanha; França; Reino Unido;	Howarth & James (2019)
Normas Internacionais.	Desenvolvimento da teoria	Desenvolvimento de modelo para emergência de normas.	Rosert (2019)
Influência do Presidente da Comissão Européia na definição da agenda.	Transnacional	União Européia Comissão Européia	Tommel (2019)
Mudanças e a dinâmica das políticas públicas.	Desenvolvimento da teoria	Debata os conceitos envolvidos no processo de agenda-setting.	Brasil & Jones (2020)
Revisão sobre formação da agenda de políticas públicas.	Desenvolvimento da teoria	Apresenta um panorama das pesquisas sobre formação da agenda no Brasil.	Capella (2020)
Política Urbana.	Desenvolvimento da teoria	Por meio da criação de um método de análise de citações, verifica as tendências do campo teórico referentes à Política Urbana.	Sapotichne, Jones & Wolfe (2020)
Agenda de Política públicas para defensivos; Organizações de defesa; Defensivos; Glifosato.	Transnacional	União Européia	Tosun & Varone (2020)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Os trabalhos estratificados no Quadro 02 evidenciam que os focos destes se alinham à perspectiva de que, como Cobb & Elder (1971), Kingdon (2014) e Birkland (2016) destacam, a agenda trata do conjunto geral de questões e controvérsias políticas. Essas questões, ainda conforme estes autores, são legítimas e devem receber a atenção do sistema político.

O Quadro 13 demonstra as publicações que se utilizaram dos conceitos da Teoria Agenda-setting e, ainda, algum outro conceito específico. No total, foram criadas 5 categorias as quais possuem um total de 6 publicações incluídas, representando 5,17% do total da amostra.

Quadro 13 - Aplicação Teoria Agenda-setting combinada com outras teorias

Conceito Teórico	Foco dos Estudos	Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria	País, Órgão ou Abordagem da teoria	Autores
Teoria Agenda-setting; Sofpower (NYE, 2004);	Relações Internacionais; Softpower como modelo de poder para definição da agenda.	Desenvolvimento da teoria	Redefiniu o poder de atração como uma forma de soft power em um espectro contínuo e equiparou as diferentes formas de poder aos recursos para a implementação desse poder na política internacional.	Rothman (2011)
Teoria agenda-setting; Governança Multinível;	Política migrantes.	Nacional	Holanda	Scholten (2012)
Teoria Agenda-setting; Empreendedor de políticas Mintrom e Norman (2009);	Empreendedor de Políticas na formação da agenda de Políticas Redução da pobreza.	Nacional	China	Hammond (2013)
	Empreendedor de políticas; Analisa a Comissão Europeia atuando na inserção de políticas de CT&I.	Transnacional	União Européia	Edler & James (2015)
Teoria Agenda-setting; Modelo analítico de Joachim (2007);	LGBT; A ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU.	Transnacional	ONU	Rodrigues & Hernandez (2020)
Teoria Agenda-setting; Teoria Ator-Rede (TAR);	Políticas inclusão financeira; Agenda de inclusão Financeira.	Nacional	Brasil	Sela, Gonzalez & Cristopoulos (2020)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Por conseguinte, demonstra-se as publicações que se utilizaram especificamente do modelo de Múltiplos Fluxos de John W. Kingdon (Quadro 14), em alguma de suas versões (1984; 1995; 2003; 2011), sendo que o categorizador utilizado nesse caso foi o **MSF**. Portanto, 19 publicações foram incluídas nesse categorizador, o que representa 16,38% da amostra estudada.

Quadro 14 - Aplicação Múltiplos Fluxos

Conceito Teórico	Foco dos Estudos	Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria	País, Órgão ou Abordagem da teoria	Autores
MSF	Políticas públicas promoção saúde; Compara as políticas de definição de agenda na política internacional de saúde, para as questões da saúde infantil e da saúde do adulto	Transnacional	Banco Mundial	Reich (1995)
	Examina até que ponto a definição da agenda nos governos canadenses é rotineira ou discricionária, previsível ou imprevisível e até que ponto é influenciada por eventos e atividades externas a ela.	Nacional	Canadá	Howlett (1998)
	Explora o impacto das janelas de política e a dinâmica de acoplamento na escolha de políticas.	Transnacional	União Européia	Zahariadis (2008)
	Políticas ambientais; Florestas Sustentáveis; Examina a defesa da Wilderness Society e do Sierra Club por práticas florestais sustentáveis de 1971 a 1994.	Nacional	EUA	Boscarino (2009)
	O papel das ideias na transferência de políticas de Tabaco nos quatro países do Reino Unido.	Transnacional	Reino Unido	Cairney (2009)
	Políticas Públicas Saúde; O caso foi um projeto de cooperação internacional de uma organização não governamental (ONG) que apoia os serviços descentralizados do Ministério da Saúde (Equipe Distrital de Saúde) na implementação da política de BI.	Nacional	Burkina Faso	Ridde (2009)
	Definição da agenda local, identificação de problemas e seleção de políticas alternativas.	Estadual	EUA Florida, Louisiana e Texas;	Liu <i>et al.</i> (2010)
	Emergência da política da qualidade de vida na União Européia.	Transnacional	União Européia Comissão Européia	Bache (2013)

Políticas bem-estar; Buscou explicar por que o bem-estar aumentou na agenda política britânica, com base na abordagem de múltiplas correntes de Kingdon.	Nacional	Inglaterra	Bache & Reardon (2013)
Encolhimento Urbano; Redução Populacional; Amplia o debate para que os formuladores de políticas tenham subsídios para trabalhar com a questão do encolhimento urbano.	Municipal	Liverpool (Reino Unido); Leipzig (Alemanha); Gênova (Itália); Bytom (Polônia).	Bernt <i>et al.</i> (2014)
Abordar o campo temático das ideias e como ele foi desenvolvido pioneiramente no trabalho de Kingdon.	Desenvolvimento da teoria	Revisão teórica do MSF, abordando o campo temático das ideias. Contribui, ainda, deixando uma ampla agenda de pesquisa.	Béland (2015)
Empreendedor de políticas; Atuação dos empreendedores de Políticas nas políticas referentes ao Sistema Financeiro da EU.	Transnacional	União Européia Banco Central Europeu	De Rynck (2015)
Fluxos dos Problemas e Políticas; Corretor de problemas.	Desenvolvimento da teoria	Busca introduzir uma concepção mais clara de agência no fluxo de problemas, sugerindo a inclusão do corretor de problemas.	KNAGGÅRD (2015)
Sugere refinamentos teóricos para a estrutura de múltiplos fluxos (MSF) que a torna aplicável aos sistemas parlamentares e ao estágio de tomada de decisão do processo político.	Desenvolvimento da teoria	Propõe adaptações no modelo de Múltiplos fluxos.	Herweg, Huß & Zohnhöfer (2015)
Argumenta que o mundo político que Kingdon idealizou pode ser melhor visualizado como um composto de subconjuntos distintos de atores que se envolvem em um tipo específico de interação envolvido na definição de problemas políticos: seja a articulação de problemas, o desenvolvimento de soluções, ou sua promulgação.	Desenvolvimento da teoria	Inclui uma nova perspectiva de aplicação no conceito de MSF de Kingdon.	Mukherjee & Howlett (2015)
O artigo discute como as instituições podem ser introduzidas no Multiple Streams Framework.	Desenvolvimento da teoria	Sugere a distinção de dois processos de acoplamento, um para definição de agenda e outro para tomada de decisão.	Zohnhöfer, Herweg & Huß (2015)
Acoplamento de duas correntes amplamente independentes, mas relacionadas teoricamente: o MSF e a análise do discurso político.	Desenvolvimento da teoria	Realiza uma avaliação sistemática dos principais elementos de MSF da perspectiva da análise do discurso político	Winkel e Leipold (2016)

	Analisa as mudanças nas políticas para instituições de ensino superior.	Nacional	Rússia	Block & Khvatova (2017)
	Amplia o conceito de MSA de Kingdon, com base no empreendedor de políticas, e destaca que a o papel do empreendedor na ‘formulação de políticas com base em evidências’, exige enquadrar um problema, ter uma solução pronta e explorar o motivo e a oportunidade dos legisladores para selecioná-la.	Desenvolvimento da teoria	Explora as características essenciais do empreendedores de políticas.	Cairney (2018)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

O modelo de Múltiplos Fluxos também foi utilizado, combinado com outros conceitos. Nesse caso, foram criadas 4 categorias nas quais houve a inclusão de um total de 8 publicações, representando 6,90% do total de artigos analisados. As informações extraídas constam no Quadro 15.

Quadro 15 - Aplicação Múltiplos Fluxos combinada com outras teorias

Conceito Teórico	Foco dos Estudos	Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria	País, Órgão ou Abordagem da teoria	Autores
MSF; PET;	Políticas Públicas Energia; Mudança Climática.	Transnacional	Reino Unido	Carter & Jacobs (2014)
	Política de Saneamento Rural no Brasil; Janela de oportunidades.	Nacional	Brasil	Roland & Heller (2020)
MSF; Ciclo de políticas Coalizão de Defesa;	Explora e promove as oportunidades de combinar o Ciclo de Políticas e o MSF e aplicá-los aos estágios de formulação e tomada de decisão da formulação de políticas. Com isso, examina possíveis modelos de três, quatro e cinco fluxos.	Desenvolvimento da teoria	Combina o Ciclo de Políticas com o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon.	Howlett, Mcconnell & Perl (2015)
	Influência do Parlasul na definição da agenda do bloco.	Transnacional	Mercosul; Parlasul	Dri & Paiva (2016)
	Combina o Ciclo de Políticas, modelo de coalizão de defesas e múltiplos fluxos de Kingdon visando uma reconciliação das teorias.	Desenvolvimento da teoria	Propõe uma abordagem teórica para unir/reconciliar o estágio/ciclo de políticas, múltiplos fluxos e abordagens do Advocacy Coalition Framework (ACF).	Howlett, Mcconnell & Perl (2017)

	Analisa o modelo desenvolvido por Howlett, McConnell e Perl (2015; 2017), no qual propõem unir/reconciliar o estágio/ciclo de políticas, múltiplos fluxos e abordagens do Advocacy Coalition Framework (ACF).	Desenvolvimento da teoria	Amplia o debate referente à abordagem teórica para unir/reconciliar o estágio/ciclo de políticas, múltiplos fluxos e abordagens do Advocacy Coalition Framework (ACF).	Howlett (2018)
MSF; PET; Coalizão de Defesa;	Empreendedor de Políticas; Ampliou o debate sobre o papel do empreendedor de políticas públicas.	Desenvolvimento da teoria	Analisa o conceito do empreendedor de políticas em três modelos: MSF, PET e ACF.	Capella (2015)
MSF; Teoria do Agente Principal; Estratégias Princen (2011);	Analisa as condições nas quais os relatores do Parlamento Europeu são capazes de exercer influência como empreendedores de políticas.	Transnacional	União Européia Parlamento Europeu	Thierse (2017)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

No que diz respeito à Teoria do Equilíbrio Pontuado e seus desdobramentos, foram criadas três categorias principais: **PET**, a qual concentra as publicações que se utilizaram da teoria originalmente lançada, em 1993, por Baumgartner e Jones; **Policy Agendas Project**, para aquelas publicações que utilizaram bases de dados referentes ao projeto; e, por fim, **Comparative Agendas Project**, para os estudos que utilizaram essa abordagem.

Portanto, para as publicações categorizadas no **PET**, o Quadro 16 demonstra os dados extraídos. Foram incluídas 5 publicações nessa categoria, fato esse que representa 4,31% do total das publicações analisadas.

Quadro 16 - Aplicação Equilíbrio Pontuado

Conceito Teórico	Foco dos Estudos	Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria	País, Órgão ou Abordagem da teoria	Autores
PET	Estende o estudo do PET focalizando governos locais e tipologias de políticas.	Municipal	EUA	Jordan (2003)
	As duas faces do enquadramento de questões na União Européia: individual e coletiva (mudanças agregadas em definições coletivas).	Desenvolvimento da teoria	Propõe que as duas literaturas sobre a dinâmica individual e coletiva do enquadramento podem ser integradas.	Baumgartner & Mahoney (2008)
	Mudanças na política criminal após a crise de Dutroux na Bélgica; Políticas Crime.	Nacional	Bélgica	Walgrave & Varone (2008)

	Processamento de informações e dinâmica das Políticas.	Desenvolvimento da teoria	Abordam a evolução do Equilíbrio Pontuado para o desenvolvimento de uma teoria completa do processamento de informações do governo.	Workman, Jones & Jochim (2009)
	Políticas de moralidade; Questões morais; Religião; Partidos Confessionais; Partidos Seculares.	Transnacional	Holanda; Espanha; Reino Unido; Dinamarca;	Engeli, Green-Pedersen & Larsen (2013)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Já no categorizador **Policy Agendas Project**, foram incluídas 10 publicações, o que representa 8,62% do total de artigos analisados. O Quadro 17 apresenta as informações extraídas.

Quadro 17 - Aplicação Policy Agendas Project

Conceito Teórico	Foco dos Estudos	Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria	País, Órgão ou Abordagem da teoria	Autores
Policy Agendas Project	Nova abordagem para o estudo da representação com base na definição da agenda e na alocação de atenção; Prioridades do público e do Congresso e as convergências.	Nacional	EUA	Jones & Baumgartner (2004)
	Demonstra a interação entre o crescimento dos grupos de interesse e o crescimento do governo; À medida que aumenta a atenção do governo para uma área problemática, também aumentará o lobby nessa área.	Nacional	EUA	Leech <i>et al.</i> (2005)
	Um modelo probit heteroscedástico é utilizado para analisar o destino de seleção de todos os projetos de lei apresentados em cinco áreas temáticas na Câmara e no Senado de 1991 a 1998.	Nacional	EUA	Krutz (2005)
	Comparação entre a atenção à políticas na área da Saúde na Dinamarca e EUA.	Nacional	Dinamarca EUA	Green-Pedersen & Wilkerson (2006)
	Impacto dos protestos na definição da agenda.	Nacional	EUA	King, Bentele & Soule (2007)
	Políticas Meio-ambiente; Influência das organizações de movimentos sociais nas políticas.	Nacional	EUA	Johnson (2008)

	Prioridades políticas; Investiga como as prioridades de políticas públicas foram representadas na formulação de políticas ao longo de 47 anos.	Nacional	EUA	Jones, Larsen-price & Wilkerson (2009)
	Como a atividade política federal estimula a atividade de lobby nos estados; Grupos de interesse.	Nacional	EUA	Baumgartner, Gray & Lowery (2009)
	Examina os padrões holandeses de definição da agenda e avalia os efeitos da composição da coalizão e do ciclo de vida da coalizão.	Nacional	Holanda	Breeman <i>et al.</i> (2009)
	Desenvolve e testa um modelo de definição de agenda de competição por questões entre partidos políticos. Introduce o conceito de "agenda do sistema partidário".	Nacional	Dinamarca	Green-pedersen & Mortensen (2010)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Por fim, o Quadro 18 demonstra os dados extraídos para o categorizador **Comparative Agendas Project**. Nesse caso, houve a inclusão de 9 publicações, representando um total de 7,76% do total de estudos analisados.

Quadro 18 - Aplicação Comparative Agendas Project

Conceito Teórico	Foco dos Estudos	Nível Política ou Desenvolvimento da Teoria	País, Órgão ou Abordagem da teoria	Autores
Comparative Agendas Project	Perspectivas para o Comparative Agendas Project.	Desenvolvimento da teoria	Discute as diferentes maneiras pelas quais os estudos de agenda comparativa podem ser conduzidos	Baumgartner, Green-pedersen & Jones (2006)
	A influência do Discurso do trono na definição da agenda do Reino Unido.	Transnacional	Reino Unido	Jennings, Bevan & John (2011)
	Impacto dos protestos na definição da agenda.	Nacional	Bélgica	Walgrave & Vliegthart (2012)
	Apresenta um novo conjunto de dados na agenda do Conselho Europeu, o mais poderoso órgão político e principal definidor informal da agenda da UE.	Transnacional	União Européia Conselho Europeu	Alexandrova <i>et al.</i> (2014)
	Investiga os fatores que levam os governos a prestar atenção às questões de igualdade de gênero e colocá-las nas agendas executivas.	Nacional	Dinamarca; Espanha; Holanda; Reino Unido; Suíça;	Annesley, Engeli & Gains (2015)
	Examina a influência dos grupos de interesse nas agendas legislativas dos	Nacional	EUA	Lorenz (2019)

	comitês permanentes do Congresso.			
	Mensagens presidenciais; Análises sobre a capacidade e a diversidade da atenção presidencial.	Nacional	Brasil	Brasil & Capella (2019)
	A influência dos Pânicos Morais nas mudanças das políticas criminais; Políticas Crime; Empreendedores de Políticas.	Transnacional	Grã-Bretanha	Jennings <i>et al.</i> (2020)
	CAP na América Latina.	Desenvolvimento da teoria	Explora os antecedentes do CAP e as oportunidades que se apresentam com sua expansão aos sistemas políticos latino-americanos.	Baumgartner, Jones & Bonafont (2020)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Das informações extraídas, constata-se que: 36 publicações abordaram políticas no nível Transnacional (31,03% do total); 43 artigos analisaram políticas no nível Nacional (37,07% do total); 5 estudos buscaram analisar as políticas no nível Estadual (4,31% do total); 4 publicações avaliaram políticas no nível Municipal; e 28 artigos buscaram realizar um debate teórico ou incremental, os quais foram classificados como **Desenvolvimento da Teoria** (24,14% do total).

Observa-se a transição ocorrida na teoria do Equilíbrio Pontuado entre o PAP e o CAP. As publicações do PAP concentraram-se entre 2004 a 2010 e as do CAP entre 2006 a 2020. Isso demonstra uma tendência de exploração do CAP nos próximos anos. Considerando o volume de publicações do modelo de Múltiplos Fluxos e da Teoria do Equilíbrio Pontuado bem como seus desdobramentos, e somando-se as referências que são realizadas nos trabalhos analisados conforme a análise de rede co-citação (co-citation network) já demonstrada, compreende-se a consistência e relevância desses modelos para os estudos sobre formação da agenda.

Realizado esse mapeamento das publicações conforme o método proposto, observa-se a centralidade dos estudos na utilização do modelo de múltiplos fluxos e da teoria do equilíbrio pontuado. Nesse sentido, embasado nos conceitos principais referentes à formação da agenda, conforme destacam Kingdon (2014) e Baumgartner e Jones (1993), objetiva-se na analisar a formação da agenda nos três Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul, temática essa abordada na próxima seção.

5.2 DA FORMAÇÃO DA AGENDA NOS INSTITUTOS ANALISADOS

Esta seção tem como objetivo apresentar os resultados referentes à Formação da Agenda nos Institutos analisados, considerando cinco elementos da literatura já destacados: Empreendedor de Políticas; Janela de Oportunidades; os Fluxos; Agenda (prioridades estabelecidas); e, mudança ou estabilidade na agenda dos Institutos. Para tanto, subdividiu-se em quatro outras seções: questões que emergiram na agenda dos Institutos; Mudança ou estabilidade na agenda; principais atores na Formação da agenda nos Institutos; e comparação da Formação da Agenda entre os Institutos.

Inicialmente, é necessário destacar como ocorre o processo de formação da agenda nos Institutos Federais analisados com base nos procedimentos metodológicos observados. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que formaliza a agenda, ou seja, é o produto final que traz, além de outras informações, as prioridades estabelecidas para o órgão em determinado período. Esse documento é fruto de discussões e debates realizados entre a comunidade acadêmica que engloba cada Instituto e é regulado atualmente pelo Decreto Presidencial 9.235 de 2017, o qual apresenta as orientações gerais para sua elaboração.

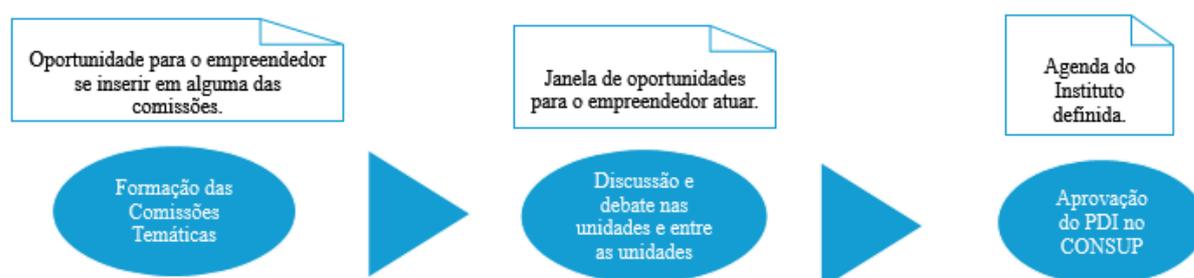
Para que esse documento seja aprovado e publicado, ele deve seguir uma série de protocolos, demonstrando-se aqui os principais: a formação de comissões temáticas para a realização dos debates nas unidades de cada Instituto; discussão e debates nas unidades; e aprovação do documento no Conselho Superior (CONSUP). Portanto, destaca-se que a construção do PDI somente começa após a formação das Comissões temáticas que, no caso dos três Institutos analisados, possibilitava à comunidade acadêmica participar nas diversas vagas disponíveis para atuação.

Ressalta-se que a formação de comissões para a construção dos PDI's não é obrigatória. Entretanto, demonstrando compromisso com a democracia, os três institutos analisados aplicaram essa metodologia para a construção dos seus planos, possibilitando a ampla participação da comunidade acadêmica no processo de definição da agenda do órgão.

Nesse ponto observam-se três questões relevantes: a partir da formação das comissões, abre-se uma oportunidade para que o empreendedor de políticas no âmbito dos Institutos possa, de fato, se inserir no ambiente que culminará com a formação da agenda. Já, na etapa de discussão e debate nas unidades, aquele empreendedor que está inserido nas comissões passa a ter um papel de protagonismo na articulação das ideias, o que pode proporcionar uma janela de oportunidades para a sua atuação (KINGDON, 2014). E, no âmbito da aprovação do documento no CONSUP, pode-se observar a definição da agenda do órgão, bem como aspectos que

indicam estabilidade ou mudança na agenda do órgão. A Figura 24 ilustra as principais etapas para construção da agenda.

Figura 24 - Principais etapas da Formação da agenda nos IF's



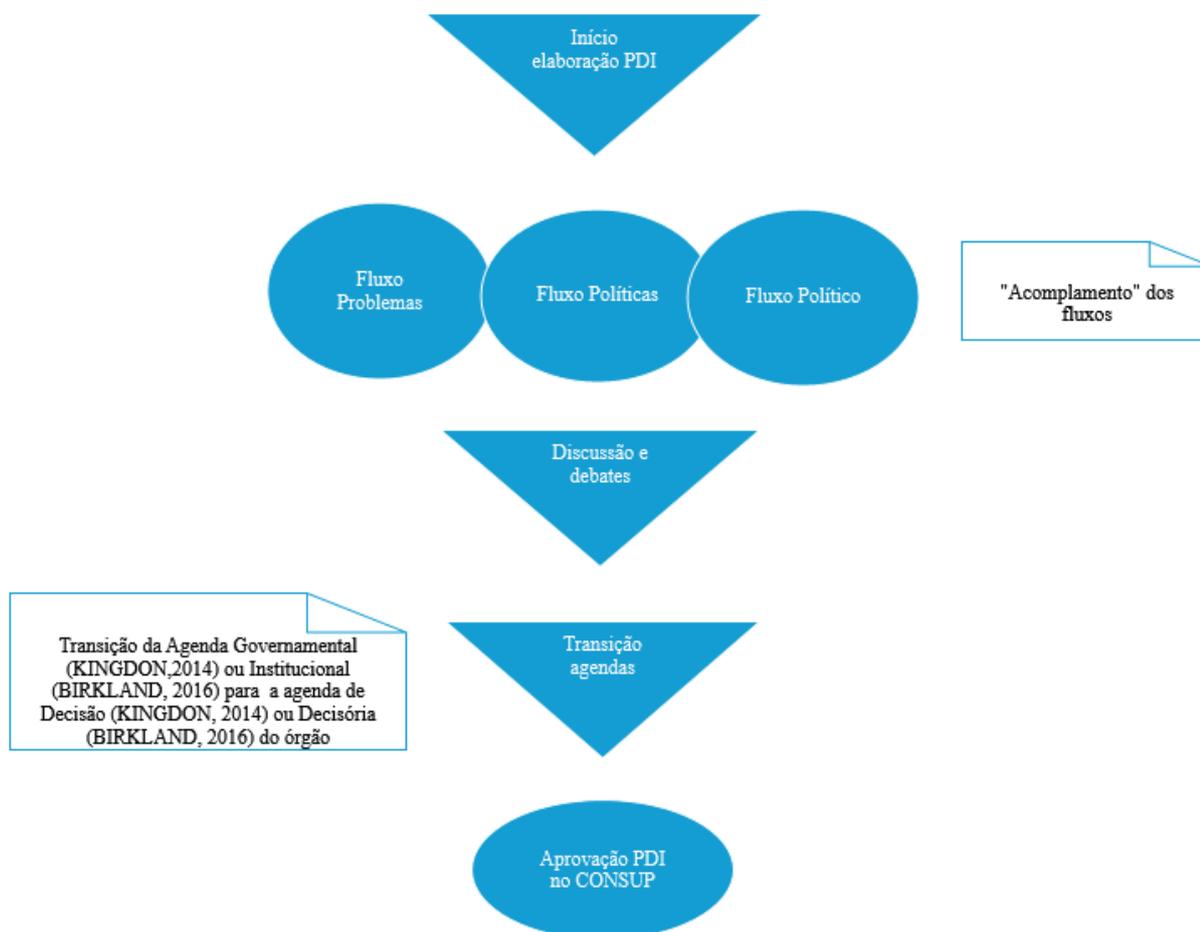
Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Enquanto no modelo de Kingdon (2014) os fluxos se acoplam em momentos críticos, nos Institutos o “momento crítico” é a construção de um novo PDI. Pode-se dizer que, a partir do momento que o órgão, por meio do CONSUP, autoriza o início da elaboração de um novo PDI, os fluxos se “acoplam” e nesse momento abre-se a janela de oportunidades para os empreendedores de política (aqui é a comunidade acadêmica) atuarem na proposição das suas alternativas e ideias.

A partir disso, na etapa de discussão e debates nas unidades e entre as unidades, as questões relevantes passam a transitar na agenda governamental (KINGDON, 2014) ou institucional (BIRKLAND, 2016) do órgão, ou seja, é a lista de assuntos aos quais a comunidade acadêmica está prestando atenção (KINGDON, 2014) ou, ainda, a lista de questões que estão sendo realmente consideradas (BIRKLAND, 2016). Por conseguinte, ao PDI ser levado para ratificação no CONSUP, os assuntos passam então para a agenda de decisão (KINGDON, 2014) ou decisória (BIRKLAND, 2016), os assuntos estão se posicionando para uma decisão oficial (KINGDON, 2014) ou ainda estão prestes a ser implementados pelo órgão (BIRKLAND, 2016).

Já no âmbito do CONSUP, o PDI é apresentado para ser ratificado. Nesse momento, o PDI não sofre modificações significativas (conforme se observou na análise das atas de aprovação e que serão demonstradas na seção 5.2.2) e passa por uma discussão mais no sentido de apresentar aquilo que foi desenvolvido, fruto dos debates nas comissões temáticas. A Figura 25 ilustra esses desdobramentos.

Figura 25 - Acoplamento dos fluxos e transição de agendas



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

A seguir demonstram-se as questões que emergiram na agenda dos institutos. Por conseguinte, demonstram-se os resultados que sugerem estabilidade na agenda dos Institutos, entretanto, com indicativos de tentativas de mudanças por parte do Poder Executivo na agenda federal quanto à atuação dos Institutos Federais. Em seguida, aborda-se os empreendedores de Políticas nesses órgãos e, por fim, uma comparação entre as agendas é realizada.

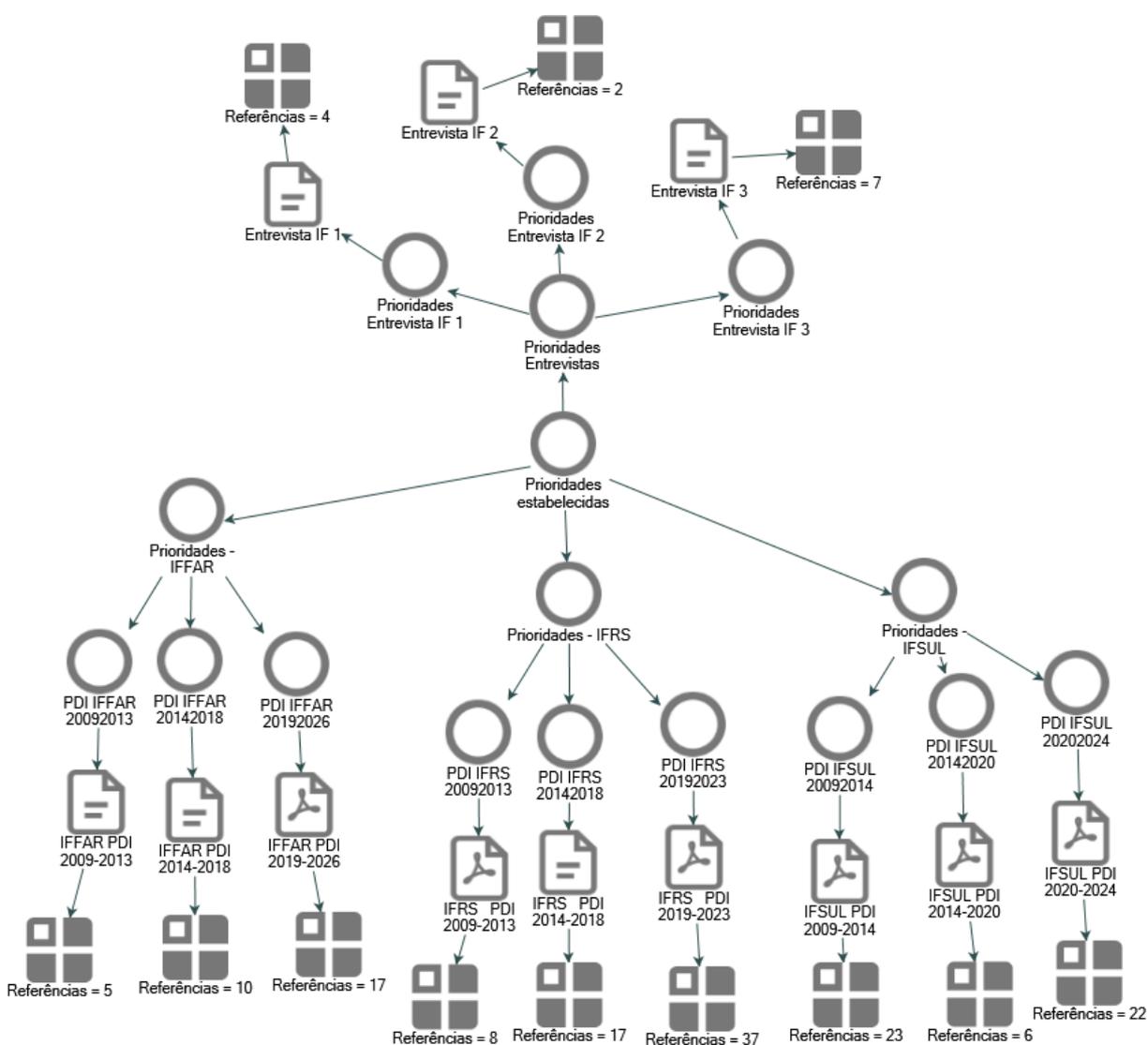
5.2.1 Questões que emergiram na agenda dos Institutos

Inicialmente, trata-se dos resultados referentes à codificação inicial que possibilitou mapear as prioridades estabelecidas pelos Institutos. Nesse sentido, objetiva-se trazer à tona quais questões foram consideradas na agenda do órgão, ou seja, a quais assuntos ou problemas

a comunidade acadêmica dedicou atenção (KINGDON, 2014) ou, por outra perspectiva, as questões que foram discutidas e postas em prática (BIRKLAND, 2016) pelos Institutos.

Um total de 145 prioridades foram codificadas nos três Institutos por meio dos PDI's. Além disso, foi possível codificar, por meio das entrevistas, as prioridades que os gestores percebem além do PDI. Desse modo, houve 13 prioridades codificadas por meio das entrevistas com os gestores. A Figura 26 demonstra a estrutura de códigos (círculos), os documentos analisados, bem como a quantidade de referências encontradas em cada documento.

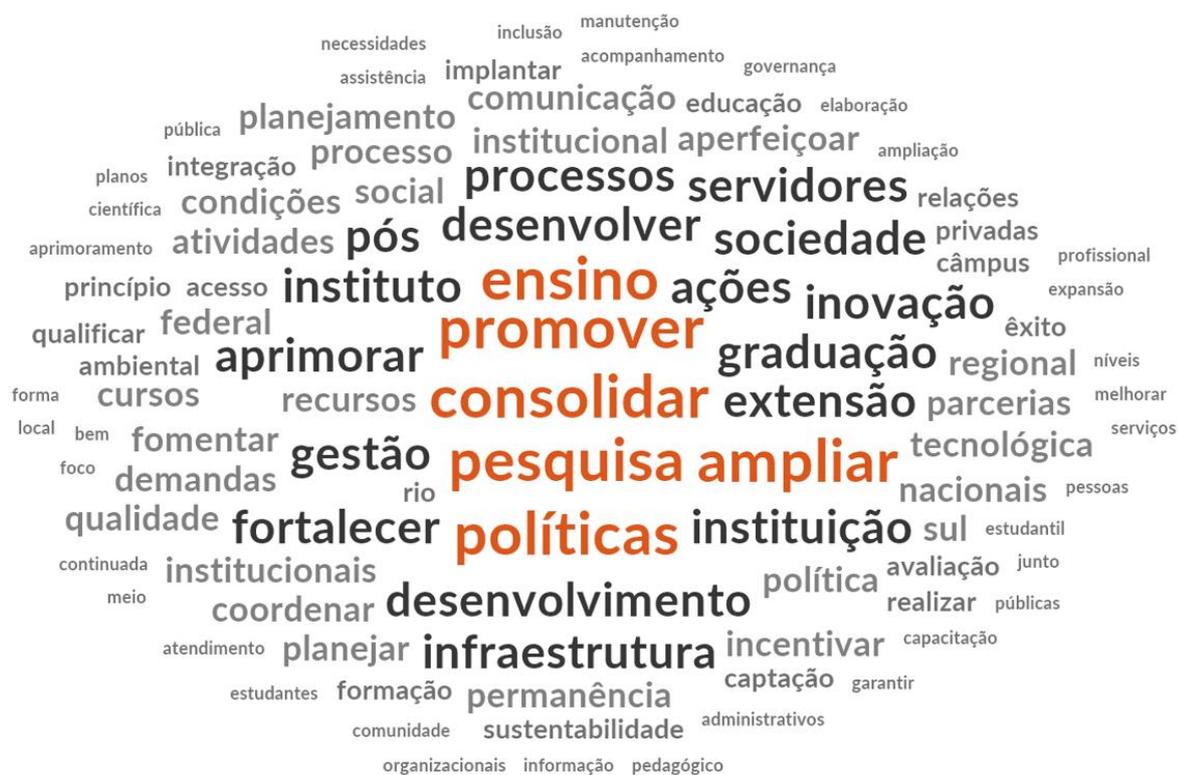
Figura 26 - Mapa inicial da Codificação das prioridades constantes nos PDI's



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

No que concerne às prioridades estabelecidas nos PDI's, apresenta-se inicialmente a nuvem de palavras de todas as prioridades codificadas e referenciadas, as quais constam na Figura 27. A nuvem de palavras permite visualizar uma perspectiva global das prioridades estabelecidas, possibilitando a realização de inferências.

Figura 27 - Nuvem de Palavras das prioridades constantes nos PDI's



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Em síntese, o software realiza uma análise de frequência das palavras, destacando aquelas que mais vezes aparecem. Nesse sentido, as palavras em vermelho são as mais frequentes nas prioridades dos Institutos. Visando esclarecer o sentido da aplicação dessas palavras, realizou-se a análise dessas no seu contexto.

A palavra consolidar apareceu em 29 prioridades dos PDI's (nove no IFFAR, oito no IFRS e 12 no IFSUL) sempre com a perspectiva de consolidar um processo, serviço ou política, com fins de se manter ou de se promover melhorias. Em seguida, com 26 referências aparece a palavra promover (12 no IFFAR, nove no IFRS e cinco no IFSUL). Nesses casos, a utilização ocorreu principalmente no sentido de promover: políticas internas (de inclusão, extensão,

pesquisa, assistência estudantil, entre outros); ações de qualificação dos servidores; desenvolvimento tecnológico; e aperfeiçoamento da gestão de uma maneira geral.

A terceira palavra mais frequente com 26 inserções nas prioridades foi a pesquisa (quatro no IFFAR, 11 no IFRS e seis no IFSUL). As utilizações combinam com as palavras já destacadas acima como, por exemplo, “promover as Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação” do IFFAR (PDI IFFAR 2014-2018).

Os termos ensino e políticas figuram logo na sequência com 20 referências cada. No que diz respeito ao ensino, sete estavam inseridas nos PDI’s do IFFAR, oito nos PDI’s do IFRS e cinco nos PDI’s do IFSUL. As questões mais importantes relacionavam o tripé ensino, pesquisa e extensão (10 prioridades), dessa forma, essa combinação levou a uma frequência grande desses termos. Do termo políticas, destaca-se que 12 dos 20 apareceram nos PDI’s do IFFAR, sete nos PDI’s do IFRS e uma no PDI do IFSUL. A ampla utilização desse termo se deu com relação às políticas internas desses órgãos.

Por fim, o termo ampliar figura com 17 utilizações (nove no IFFAR, três no IFRS e cinco no IFSUL). Destaca-se que das nove utilizações no PDI’s do IFFAR, oito foram relativas ao segundo PDI e estavam conectadas com a ampliação de alguma determinada política do órgão como, por exemplo: consolidar, ampliar e promover as Políticas de Expansão do IF Farroupilha.

Na sequência, das prioridades codificadas, emergiram 8 novos códigos que, em síntese, buscam elucidar o foco das prioridades da agenda dos Institutos. Desse modo, os códigos são apresentados no Quadro 19.

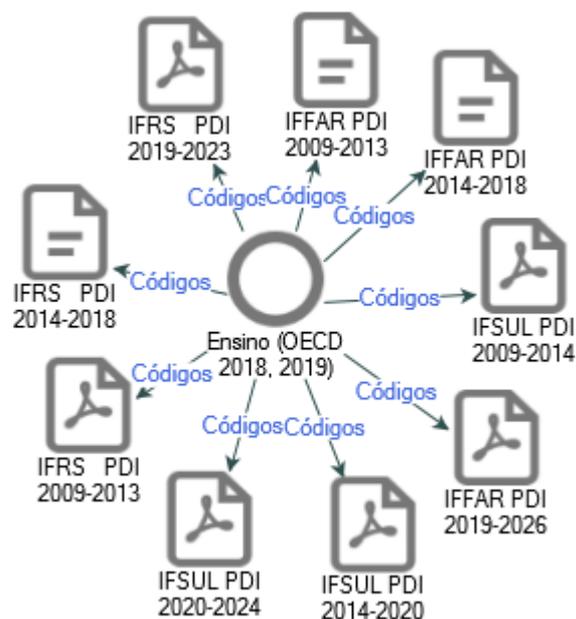
Quadro 19 - Codificação das prioridades constantes nos PDI’s

Nome	Arquivos	Referências
Ensino (OECD 2018, 2019)	9	43
Inclusão Social e Assistência Estudantil	6	7
Infraestrutura	8	12
Orçamento	6	8
Pesquisa Básica e Aplicada (BUSH, 1945; STOKES, 2005; RIAZZUDIN, 2007)	8	17
Qualificar e Aprimorar Gestão	9	48
Qualificar Servidores	8	14
Promover capacidade de inovação (LUNDVALL 2001, 2010; BALBACHEVSKY, 2007)	7	18

Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

No que concerne às prioridades estabelecidas, inicia-se a discussão com o código Ensino (OECD 2018, 2019). Nesse código foram referenciadas todas as prioridades que possuem relação com o tripé ensino, pesquisa e extensão e que contribuem para a implementação dos conceitos destacados pela OECD (2018, 2019) para que seja possível o alcance do desenvolvimento social e econômico inteligente (MAZUCATTO, 2018). A Figura 28 ilustra a relação do código com os arquivos.

Figura 28 - Código Ensino (OECD 2018, 2019)

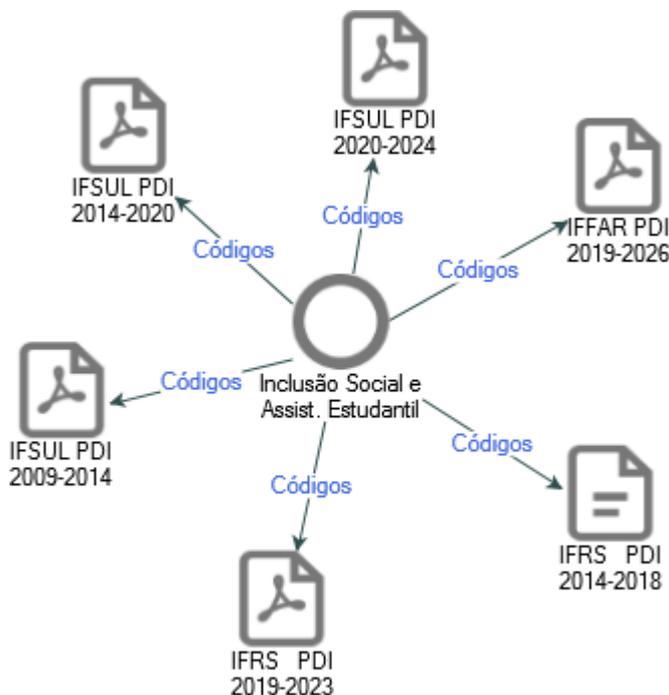


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Portanto, observa-se que esse código totalizou 41 referências das 145 possíveis e esteve presente em todos os arquivos, ou seja, a perspectiva desse código foi constante e estável nas agendas dos três Institutos em todos os períodos, demonstrando ser uma temática na qual a comunidade acadêmica está constantemente prestando atenção (KINGDON, 2014).

Por conseguinte, o código Inclusão Social e Assistência Estudantil emergiu das prioridades observadas nessas temáticas nos PDI's. Portanto, o código referenciou sete prioridades que abordaram esses temas distribuídos em 6 arquivos (Figura 29). Esse foi um tema mais recorrente a partir do segundo PDI de cada Instituto, sendo que no primeiro PDI, o IFSUL foi o único a trazer essa temática para a agenda efetivamente.

Figura 29 - Código Inclusão Social e Assistência Estudantil

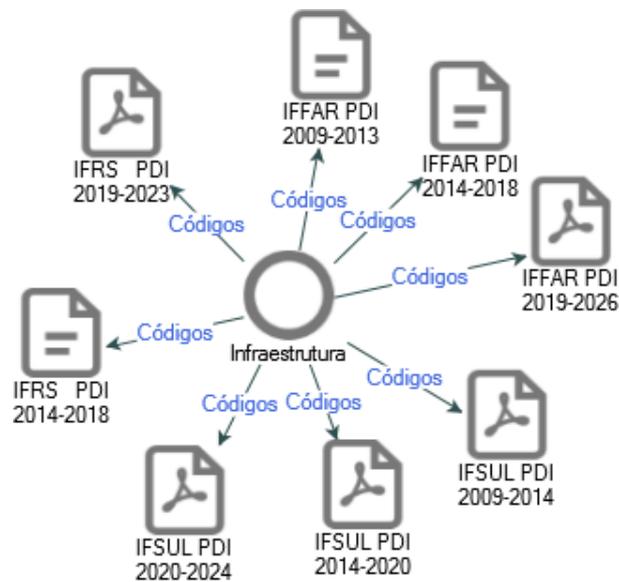


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Duas prioridades dizem respeito ao fortalecimento das políticas de assistência estudantil: uma, constou no IFFAR PDI 2019-2026 e a outra constou no IFRS PDI 2014-2018. Das outras cinco prioridades, três abordaram questões sobre ações inclusivas: uma, no IFSUL PDI 2009-2014 (consolidar e ampliar ações inclusivas); uma, no IFSUL PDI 2020-2024 (adequar a instituição para demandas inclusivas); e, uma no IFRS PDI 2014-2018 (promover e subsidiar ações inclusiva).

Já no código Infraestrutura (Figura 30), referenciam-se as prioridades que trataram sobre questões de infraestrutura física e de tecnologia da informação (TI). Desse modo, 12 referências distribuídas em oito arquivos foram inseridas nesse código. Portanto, dessas 12 referências, seis abordaram questões relacionadas ao aprimoramento e qualificação da infraestrutura de TI e constam nos seguintes documentos: IFFAR PDI 2014-2018 e 2019-2026; IFRS PDI 2014-2018 e 2019-2023; IFSUL PDI 2020-2024). As outras seis prioridades dessa temática são relacionadas ao aprimoramento e desenvolvimento da estrutura geral dos institutos e constam nos seguintes arquivos: IFFAR PDI 2009-2013 e 2019-2026; IFRS PDI 2019-2023; IFSUL PDI 2009-2013, 2014-2020 e 2020-2024.

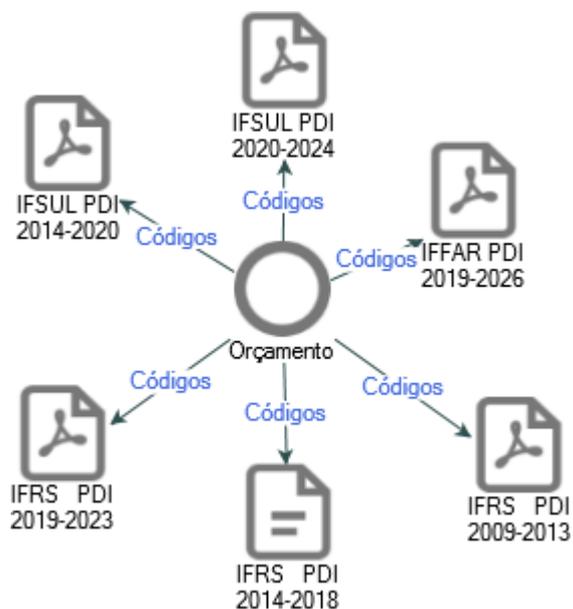
Figura 30 - Código Infraestrutura



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

O orçamento também emergiu como uma das questões que a comunidade acadêmica dos Institutos está prestando atenção (KINGDON, 2014; BIRKLAND 2016), tendo oito prioridades inseridas nesse código as quais estão presentes em seis arquivos, conforme pode ser observado na Figura 31.

Figura 31 - Código Orçamento

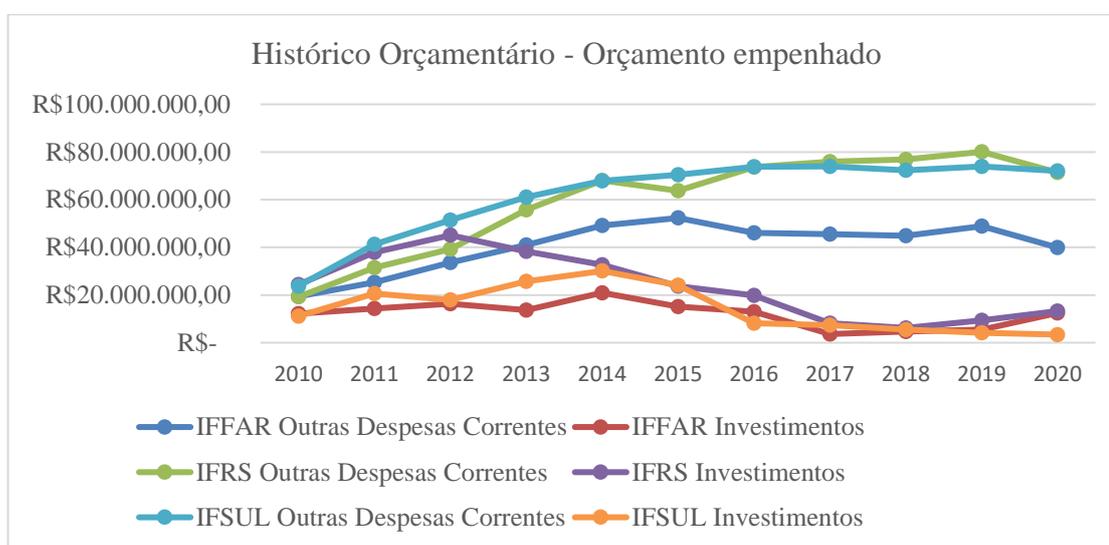


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Nesse caso, destaca-se o seguinte: quatro dessas prioridades estão relacionadas à captação extra de recursos, sendo todas essas prioridades do IFRS (IFRS PDI 2009-2013, 2014-2018 e 2019-2023); e, as outras quatro prioridades dizem respeito ao aprimoramento e qualificação da gestão orçamentária, sendo que essa prioridade surge em todos os Institutos analisados nos últimos PDI's (IFFAR PDI 2019-2026; IFRS PDI 2019-2023; e IFSUL PDI 2014-2020 e 2020-2024). Cumpre ressaltar que o orçamento dos Institutos analisados passou por um período de expansão entre 2010 a 2015, e entre 2015 a 2020 houve uma estabilidade.

Entretanto, essa estabilidade não acompanhou a inflação do período e também não considerou os acréscimos nos números de matrículas nos Institutos. Para que seja possível observar o comportamento do orçamento dos três Institutos, elaborou-se o Gráfico 2. Nesse gráfico estão demonstradas as dotações orçamentárias empenhadas dos últimos 10 anos referentes ao orçamento de custeio e de investimento, conforme os Relatórios de Gestão dos Institutos analisados, sendo que há variações com relação ao valor efetivamente pago.

Gráfico 2 - Histórico do orçamento dos Institutos analisados



Fonte: Elaborado pelo Autor com base na dotação empenhada demonstrada nos Relatórios de Gestão dos Institutos analisados.

Conforme destaca o Entrevistado 2, o impacto da redução orçamentária é expressivo “[...]a gente tem cada vez mais estudantes, cada vez menos orçamento[...]”. Nessa perspectiva, os Entrevistados 3 e 4 relatam que os impactos vão desde a diminuição no número de bolsas, a diminuição no número de editais, até outras ações que visam incentivar a CT&I nas

comunidades de atuação do Instituto. Corrobora essa perspectiva o Entrevistado 1 referenciando que “[...]principalmente, ensino, pesquisa e extensão serão os mais impactados.”.

Com o intuito de verificar e demonstrar a defasagem orçamentária, elaborou-se a Tabela 8, a qual corrige⁴ os valores orçamentários empenhados para as despesas correntes do IFFAR referente ao período de 2015 a 2019. O valor do orçamento empenhado em 2015 corrigido para 2020 é de R\$68.728.082,57, sendo que o orçamento empenhado em janeiro de 2020 foi de R\$39.990.000,00. Nesse sentido, observa-se uma defasagem orçamentária, pois nesses últimos 5 anos não houve as adequadas correções inflacionárias para os orçamentos, fato esse que prejudica a prestação de serviços bem como o alcance do desenvolvimento da CT&I no âmbito dos Institutos.

Tabela 8 - Correção orçamento empenhado IFFAR

	Outras Despesas Correntes original	Valores corrigidos para 2020
2015	R\$ 52.336.085,61	R\$ 68.728.082,57
2016	R\$ 46.110.000,00	R\$ 54.712.235,49
2017	R\$ 45.520.000,00	R\$ 50.816.780,03
2018	R\$ 44.860.000,00	R\$ 48.646.206,43
2019	R\$ 48.860.000,00	R\$ 51.070.954,09
Orçamento Empenhado em janeiro de 2020 – Outras Despesas Correntes		R\$ 39.990.000,00

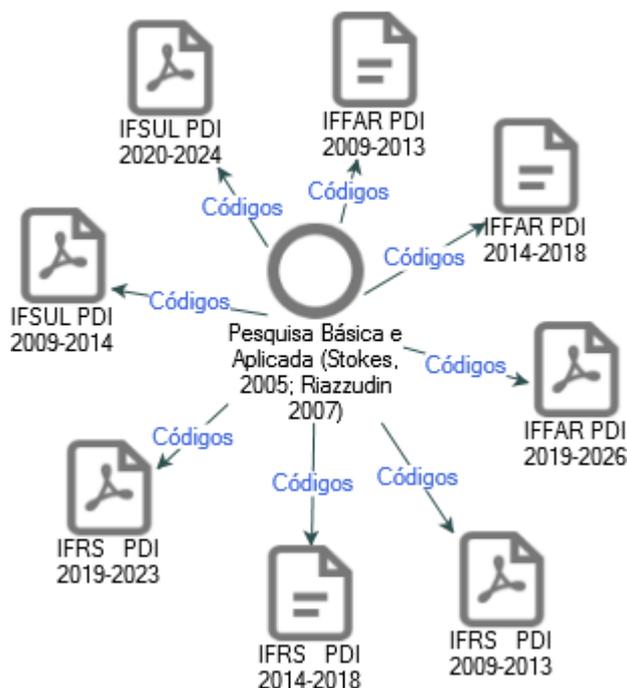
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em seguida, observa-se as prioridades que são relacionadas e promovem diretamente tanto a Pesquisa Básica como a Pesquisa Aplicada (BUSH, 1945; STOKES, 2005; RIAZZUDIN 2007) nos Institutos analisados. Nesse caso, houve 17 referências nesse código, as quais estão distribuídas em oito arquivos (Figura 32). Destaca-se que as prioridades constantes nesse código (18 prioridades) estão presentes nos nove arquivos, ou seja, demonstra ser uma questão latente e contínua nas agendas dos três Institutos. Desse modo, observa-se que 14 delas buscam aprimorar e desenvolver ações que contribuam com o desenvolvimento das

⁴ Os valores foram corrigidos utilizando-se a calculadora de correção de valor do Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>). A data inicial considerada para cada foi janeiro de cada ano e a data final foi janeiro de 2020. O índice de correção utilizado foi o IPCA (IBGE).

pesquisas básica e aplicada e estão presentes nos três PDI's do IFRS e do IFSUL e, ainda, no último PDI do IFFAR (IFFAR PDI 2019-2026).

Figura 32 - Código Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada



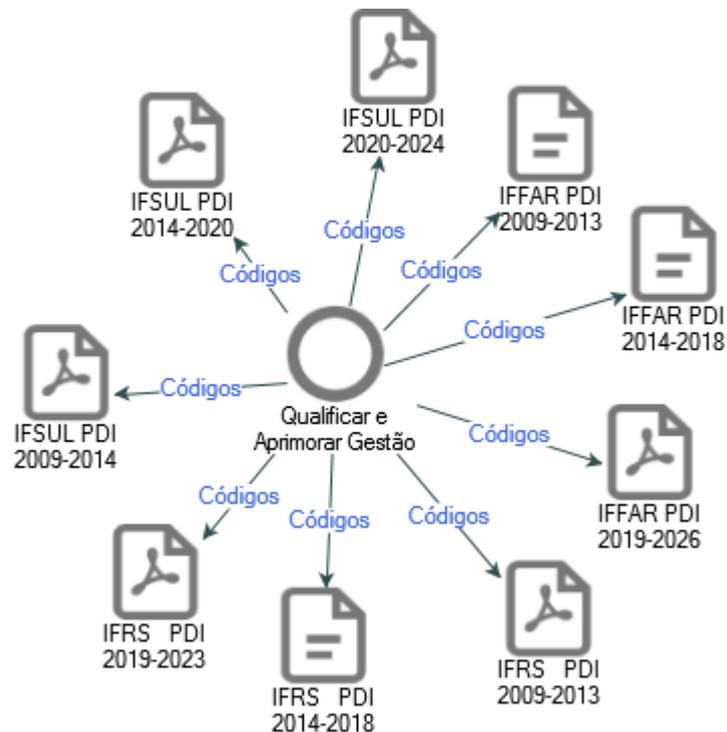
Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Além de contribuir para ampliar a compreensão de qualquer área do conhecimento (STOKES, 2005), a pesquisa básica tende a ser um formador de pesquisadores para outros campos da ciência mais aplicados ou para a tecnologia, sendo essencial, ainda, para a existência de uma sociedade intelectualmente vibrante e mais especialmente para manter vivo o espírito de investigação (RIAZZUDIN, 2007). Por outro lado, a pesquisa aplicada se torna o desdobramento dos conhecimentos adquiridos por meio da pesquisa básica, sendo um tipo de pesquisa mais voltada para a resolução de um problema específico ou objetivo pré-definido (BUSH, 1945; STOKES, 2005). Os investimentos nesses dois tipos de pesquisas são essenciais para que possa ocorrer o desenvolvimento econômico e social sustentável (BUSH, 1945; STOKES, 2005; MAZUCATTO, 2018).

O próximo código traz à tona o maior número de referências e diz respeito às questões relacionadas a melhorias em processos administrativos e na gestão de uma maneira geral. Portanto, 48 referências foram inseridas no código Qualificar e Aprimorar Gestão e estão

presentes nos nove arquivos (Figura 33) demonstrando ser uma questão latente e contínua nas agendas dos três Institutos.

Figura 33 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão

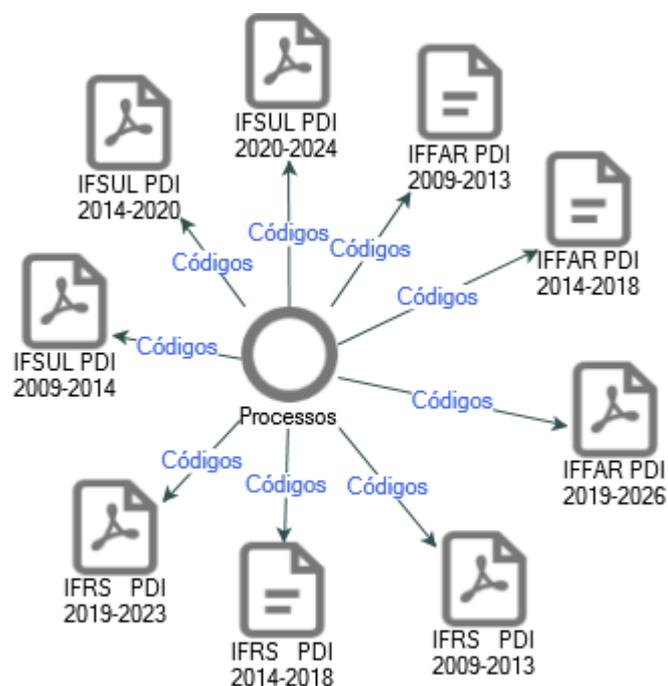


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Observou-se, em linhas gerais, que as prioridades estabelecidas nesse código visam contribuir para que se tenha um ambiente administrativo capaz de responder adequadamente as demandas regionais e locais. Diz respeito a processos de comunicação com a comunidade, que visam garantir um ambiente democrático que permita receber informações e responder às demandas sociais com transparência e publicidade dos atos.

As 48 referências foram subdivididas em outros três códigos: Processos; Políticas; e Expansão. No que diz respeito ao código Processos, 37 referências foram agregadas a esse código e esteve presente nos nove documentos analisados. Nesse sentido, o código referenciou as prioridades relacionadas à melhoria e ao aprimoramento de processos organizacionais os quais visam qualificar as ações de planejamento, organização, direção e controle dos Institutos. A Figura 34 demonstra a relação desse código com os arquivos analisados.

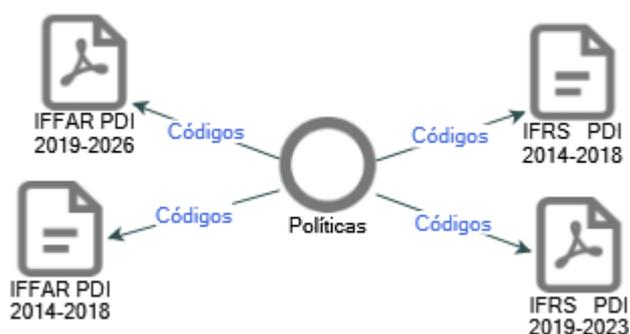
Figura 34 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão>Processos



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Quanto ao código Políticas, esse agregou as prioridades que dizem respeito ao desenvolvimento e implementação de alguma política interna nos institutos. Esse código foi referenciado seis vezes em quatro arquivos de dois dos três Institutos, conforme observa-se na Figura 35.

Figura 35 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão>Políticas

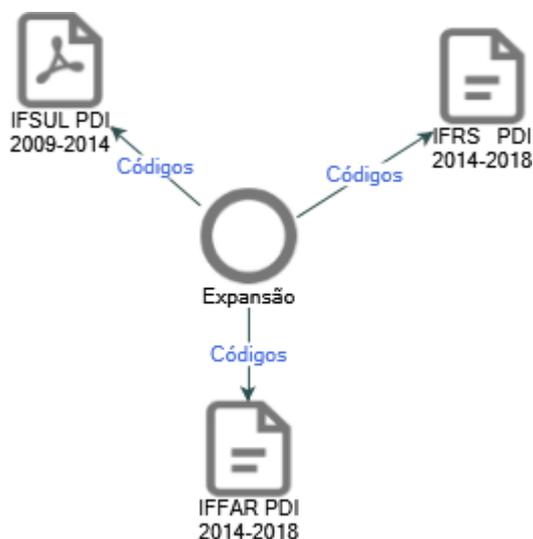


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Portanto, no IFFAR foram três referências, uma no IFFAR PDI 2014-2018 (sobre política de expansão do IFFAR) e duas no IFFAR PDI 2019-2026 (uma sobre fortalecer políticas de comunicação interna e externa e a outra sobre a implementação da política ambiental). Já no IFRS houve três referências, uma no IFRS PDI 2014-2018 (desenvolvimento de política de comunicação) e as outras duas no IFRS PDI 2019-2023 (uma sobre aprimorar a política de sustentabilidade ambiental e a outra sobre fomentar a política de segurança alimentar).

E, por fim, no código expansão estão as prioridades que abordaram a expansão dos Institutos. Observa-se que esse código foi referenciado cinco vezes em três arquivos (Figura 36). Ressalta-se que não constou nos últimos PDI's dos Institutos, isso pode ter relação com as restrições orçamentárias bem como a falta de priorização das questões da Rede Federal tanto no Congresso Nacional quanto no Poder Executivo, conforme relatos dos gestores que serão abordados em seguida.

Figura 36 - Código Qualificar e Aprimorar Gestão>Expansão

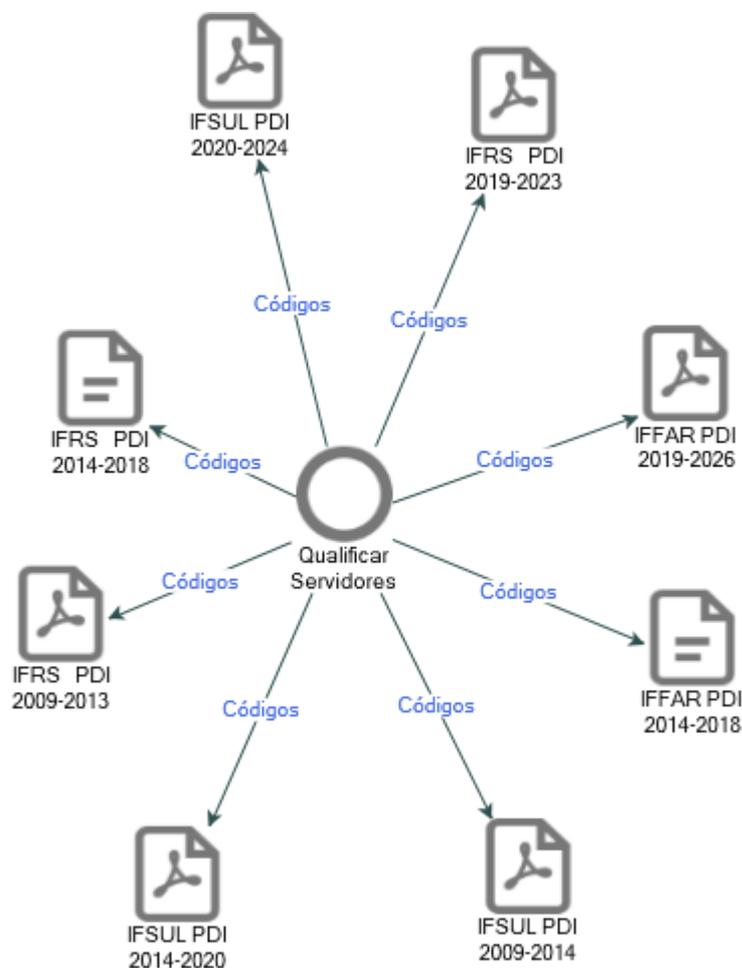


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Por conseguinte, apresenta-se o código Qualificar Servidores, o qual contempla a emergência de prioridades que visam o aprimoramento e qualificação dos servidores no âmbito dos Institutos. Desse modo, nesse código houve um total de 14 referências constantes em oito

arquivos (Figura 37) sendo, portanto, uma preocupação constante nos três Institutos e que permanece sendo priorizada.

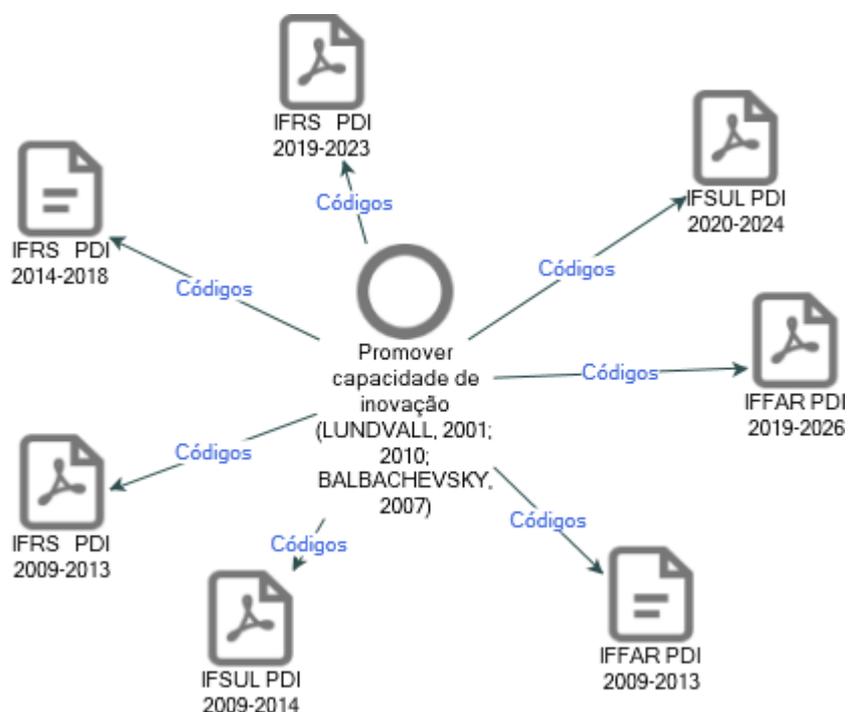
Figura 37 - Código Qualificar Servidores



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Por fim, apresenta-se o código Promover capacidade de inovação (LUNDVALL, 2001; 2010; BALBACHEVSKY 2007). Nesse código, foram referenciadas as prioridades emergentes nos Institutos que buscam fortalecer os relacionamentos com as comunidades nas quais os institutos estão inseridos, potencializando as forças de cada uma delas, possibilitando e contribuindo para o desenvolvimento de ambientes de inovação (LUNDVALL 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2007). Portanto, nesse código houve 19 referências distribuídas em sete arquivos (Figura 38).

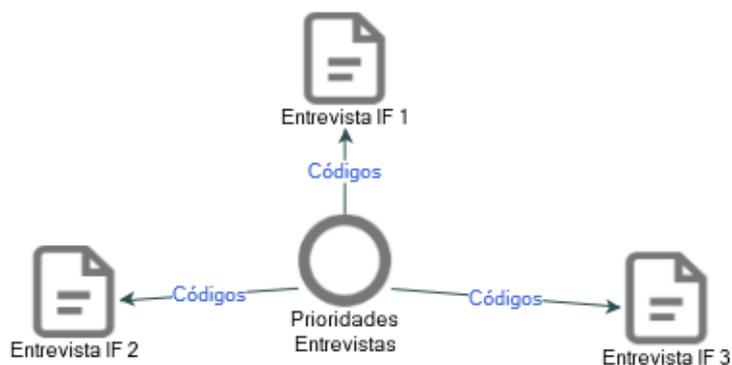
Figura 38 - Código Promover capacidade de inovação



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Com relação às prioridades identificadas nas entrevistas, essas foram referenciadas no código Prioridades Entrevistas (Figura 39). Na perspectiva desse código, foram destacadas as prioridades não só no âmbito interno, da agenda interna do Institutos, mas também das prioridades no nível Federal (Congresso Nacional e Poder Executivo) que os gestores consideram essenciais para o funcionamento e cumprimento da missão dos Institutos.

Figura 39 - Código Prioridades Entrevistas



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Um total de 13 referências foram inseridas nesse código. Na Entrevista IF 1, houve a emergência de quatro prioridades. Duas delas dizem respeito à questão orçamentária no âmbito do Instituto. O Reitor comenta que apesar de ter sido aprovada recentemente uma Política específica para a inovação, não há nenhuma perspectiva orçamentária para alavancá-la. Nesse sentido, o gestor comenta que no âmbito Federal:

[...] ações governamentais importantes seriam editais mesmo, perspectivas de ter editais públicos que fomentassem projetos de desenvolvimento, projetos tecnológicos, projetos de inovação tecnológica, específicos, ou aportes de recursos externos, a gente não tem conseguido isso no âmbito federal (Entrevista IF 1).

Ainda nessa perspectiva orçamentária e por conta das restrições orçamentárias impostas, o Reitor destaca que o Instituto tem priorizado aquelas “ações impactantes e importantes que tem a ver com o nossa fazer cotidiano, maior oportunidade para o estudante, maior formação, mais envolvimento para reduzir, para alcançar as metas de permanência e êxito” (ENTREVISTADO 1).

As outras duas prioridades emergentes na Entrevista IF 1 possuem relação com a inclusão social. Nesse caso, o Entrevistado 1 destaca que a Inclusão foi e continua sendo uma das prioridades no âmbito do Instituto. Além disso, o Entrevistado 1 destaca que “a nossa organização de todas as políticas de atenção ao estudante elas se voltam para alcançar a parcela da população menos desfavorecida para chegar, para a educação pública alcançar esses estudantes” (ENTREVISTADO 1).

Já na Entrevista IF 2 houve duas referências para o código Prioridades Entrevistas. Na primeira, o Entrevistado 2 comenta sobre o Marco legal de Ciência e Tecnologia (Lei 13.243/2016) como sendo uma questão que foi priorizada no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e que conseguiu trazer avanços para a CT&I “[...]foi uma lei que trouxe muitos avanços para quem vivia a pesquisa, a inovação e desenvolvimento nas instituições públicas de uma forma geral, não é nem só nos Institutos, ela avançou bastante.” (ENTREVISTADO 2).

O Entrevistado 2 considera que essa foi uma prioridade que trouxe, ainda que modestamente, avanços para a Ciência e Tecnologia e que deveria continuar sendo trabalhada na agenda do Legislativo e Executivo. Essa Lei é um exemplo de que é possível elaborar políticas públicas voltadas à CT&I no âmbito nacional, as quais possibilitem e promovam a criação de um ambiente voltado ao desenvolvimento científico, tecnológico e que gerem inovação (BUSH, 1945; STOKES, 2005; OECD; 2018, 2019).

O Entrevistado 02 cita, também, (segunda referência) que uma das questões prioritárias e que o Instituto vem conseguindo entregar é “conseguir captar as vocações regionais, locais,

enfim, os arranjos produtivos...e traduzi-los nos nossos campi, em cursos, em projetos, envolvimento com a cidade” (ENTREVISTA IF 2). Esse fator é de extrema relevância e contribui para impulsionar e promover ambientes de inovação os quais tem como impacto o desenvolvimento econômico e social (LUNDVALL, 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2007).

Por fim, na Entrevista IF 3 foram referenciadas sete prioridades no código Prioridades Entrevista. As sete prioridades são relacionadas aos esforços e articulações realizados pelo Instituto no que diz respeito à bolsas e editais de fomento para o ensino, pesquisa e extensão, conforme o gestor, o Instituto tem buscado “[...] mostrar a nossa importância e tentar explorar as possibilidades” (ENTREVISTADO IF 3). Então, buscamos editais diferenciados como FDD e outros mais”.

Destacadas as prioridades estabelecidas nos órgãos, buscou-se identificar se a agenda dos Institutos está passando por momentos de estabilidade ou se encontra em um momento de mudança. Os resultados são demonstrados na próxima seção.

5.2.2 Mudança ou estabilidade na agenda dos Institutos

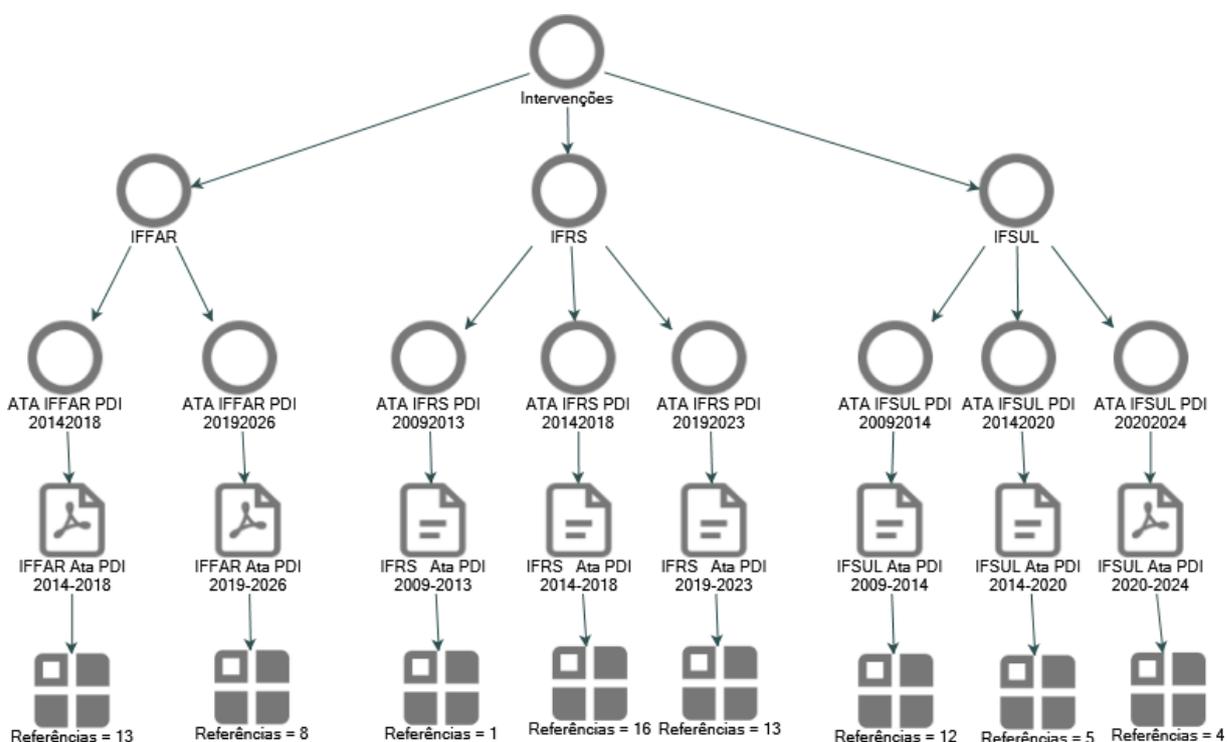
Para que fosse possível analisar se há mudança ou estabilidade na agenda dos Institutos, foi realizada uma análise triangulada dos seguintes documentos: Atas, PDI's e as entrevistas transcritas. Desse modo, utilizou-se a codificação Prioridades Estabelecidas (apresentada na seção anterior) e, ainda, desenvolveram-se mais dois códigos: o código Empreendedor de Políticas; e o código Mudança ou estabilidade.

No código Empreendedor de Políticas, foram referenciadas as informações relativas às votações no CONSUP dos PDI's dos Institutos. Já no código Mudança ou Estabilidade, foram referenciadas as informações coletadas nas entrevistas que indicavam mudança ou estabilidade tanto nas agendas dos Institutos quanto na agenda do Governo – Agenda Governamental e Decisão (KINGDON, 2014).

Com relação ao código Empreendedor de Políticas, realizou o desdobramento em outros dois códigos: Intervenções; e Resultado das Votações. No código Intervenções foram inseridas as referências que tratavam das falas dos membros do CONSUP e da comunidade acadêmica que participavam da reunião quanto ao PDI que estava sendo votado para aprovação. Já no código Resultado das votações foram referenciadas as informações relativas ao processo de votação, verificando se houve abstenções, votos contrários ou se foi aprovado de forma unânime.

Portanto, no código Intervenções, inicialmente realizou-se a divisão por Institutos, seguido pelos seus respectivos planos. Conforme mencionado, não foi possível o acesso à Ata de aprovação no CONSUP do PDI IFFAR 2009-2013, pelo fato do documento estar no arquivo na Reitoria e, por conta das atividades estarem ocorrendo remotamente em virtude da pandemia da COVID-19, o acesso não foi possível. Apresenta-se a estrutura inicial de codificação do código Intervenções (Figura 40). Um total de 72 referências foram articuladas no código Intervenções.

Figura 40 - Estrutura inicial código Intervenções



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

No que diz respeito às atas de aprovação dos PDI's do IFFAR, observou-se um total de 22 referências, sendo 13 no segundo PDI (2014-2018) e oito no terceiro PDI (2019-2026). No segundo PDI (2014-2018), das 13 intervenções ocorridas na reunião de aprovação, destaca-se o seguinte: houve quatro intervenções da Reitora, sendo que uma foi para apresentar um panorama geral do PDI e as outras três foi para contextualizar algumas dúvidas que surgiram sobre alguma parte do Plano; houve três intervenções da Pró-Reitora responsável pela elaboração do PDI, sendo que essas intervenções foram de apresentação do Plano; houve 6

intervenções de conselheiros (as), sendo que três foram questionamentos e pontuações sobre partes específicas do PDI e as outras três foram elogios pelo trabalho desenvolvido.

No terceiro PDI (2019-2026) do IFFAR houve as seguintes intervenções: duas da Reitora, sendo que uma foi destacando a aprovação do documento nas Câmaras Especializadas e a outra foi o destaque para a ampla participação da comunidade acadêmica na construção do PDI; foram 5 intervenções da equipe de elaboração, sendo que essas foram apresentar o PDI; por fim, houve uma intervenção de uma Conselheira, sendo que essa foi para destacar o importante papel das Comissões Específicas e, ainda, a articulação com a comunidade acadêmica para o desenvolvimento do PDI.

Por conseguinte, destaca-se o resultado da votação desses PDI's, o qual foi referenciado por meio do código Resultado Votações. No IFFAR, tanto para o segundo PDI (2014-2018) quanto para o terceiro (2019-2026), os resultados das votações foram unânimes, ou seja, os (as) conselheiros (as) votantes decidiram por aprovar o PDI nos moldes que se apresentaram. Desse modo, observa-se uma coalizão (DEUBEL, 2008; MACEDO et al., 2016) ou unidade que indica estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993) na formação da agenda do IFFAR.

Antes de iniciar a análise das atas do IFRS e do IFSUL, ressalta-se uma questão: no primeiro ano de atividade dos Institutos, que foi o ano de 2009, todos os atos realizados precisaram ser na modalidade *Ad-Referendum*, por conta da estrutura administrativa dos Institutos, tais como formação do Conselho Superior, dirigentes dos *campi*, alocação de servidores, entre outros, ainda não estavam formalizados. Desse modo, os atos realizados no primeiro ano precisaram ser referendados pelo CONSUP, fato esse que ocorreu no ano de 2010, na primeira reunião do CONSUP nos Institutos. Então nota-se que, tanto no IFRS quanto no IFSUL a aprovação do primeiro PDI se deu na modalidade *Ad-Referendum*.

No âmbito do IFRS observou-se um total de 30 referências para o código Intervenções. Inicia-se a análise pela ata de aprovação do primeiro PDI (2009-2013). Nessa ata houve uma referência para o Código Intervenções a qual foi a fala do Reitor quanto aos principais aspectos das portarias e resoluções *Ad-Referendum* que estavam para ser votadas. Surgiram dúvidas dos conselheiros presentes, mas nada relacionado ao PDI especificamente.

Já no segundo PDI do IFRS houve um total de 16 referências. Dessas, cinco foram do Reitor e 11 de conselheiros (as). Das intervenções do Reitor, uma foi sobre uma visão geral da construção do PDI e as outras quatro foram respostas referentes a questões pontuais levantadas pelos (as) conselheiros (as). Com relação às 11 intervenções dos (as) conselheiros (as) destaca-se: duas foram referentes a leitura de parecer das Câmaras Especializadas do CONSUP; uma foi sobre a importância de seguir o planejamento que está se constituindo por meio do PDI; quatro

foram sobre correções pontuais no texto de algumas tabelas do PDI; e, por fim, quatro foram sobre um debate que surgiu de um campus para alterar a missão que estava definida no PDI, entretanto, os conselheiros entenderam que não era o momento adequado para se debater isso.

No tocante ao terceiro PDI (2019-2023) houve um total de 13 referências. Dessas, duas foram do Reitor: na primeira o Reitor faz uma contextualização geral da construção do PDI e na segunda destaca e agradece a atuação das Comissões Específicas do PDI e também das Câmaras Especializadas do CONSUP. Por conseguinte, houve uma intervenção do Pró-Reitor responsável pela elaboração do PDI, na qual ele também destacou o importante papel das Comissões Específicas bem como agradeceu pelos trabalhos desenvolvidos.

Por fim, houve 10 intervenções de conselheiros (as). Destaca-se que nove dessas 10 intervenções foram colocações pontuais quanto à algum ponto do PDI: uma sobre o item da expansão do IFRS; duas relacionadas à Assistência Estudantil; uma destacando a importância do planejamento que se materializa no PDI; uma manifestação demonstrando preocupação quanto ao cumprimento dos percentuais de número de vagas conforme a legislação vigente; e, por fim, outras cinco relacionadas à carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação.

Dessas cinco questões dos técnicos, uma foi referente a uma proposição para supressão de item. Nesse caso, essa pauta foi levada ao plenário pelo Presidente do CONSUP (Reitor) e a maioria optou pela supressão do item que tratava de metas das políticas de técnicos substitutos e Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para Técnicos-Administrativos em Educação.

Com relação ao código Resultado Votações para o IFRS, houve três referências. Dessas três, destaca-se que tanto o primeiro PDI (2009-2013) quanto o terceiro (2019-2023) foram aprovados por unanimidade. Com relação ao segundo PDI (2014-2018), esse houve três abstenções e nenhum voto contrário. Portanto, demonstrando, assim como ocorreu no IFFAR, que existe uma coalizão (DEUBEL, 2008; MACEDO et al., 2016) ou unidade e isso indica estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993) na formação da agenda do IFRS.

E no âmbito do IFSUL observou-se um total de 31 referências para o código Intervenções. Assim como no IFRS, a aprovação do primeiro PDI (2009-2014) ocorreu por meio de uma resolução *Ad-Referendum* a qual foi então apreciada na primeira reunião do CONSUP em 2010. Nesse primeiro PDI, portanto, houve 12 referências no total sendo quatro delas realizadas pelo Reitor e oito pelos (as) conselheiros (as).

As quatro manifestações do Reitor foram para esclarecer os motivos para aprovar as resoluções *Ad-Referendum*. Quanto às intervenções dos (as) conselheiros (as), as oito foram

também relacionadas a esclarecimentos relativos às resoluções *Ad-Referendum*, não havendo nenhum questionamento referente ao PDI.

Já no segundo PDI (2014-2018) foram observadas cinco referências. Dessas, duas foram realizadas por convidados do CONSUP: uma intervenção foi para salientar os procedimentos realizados e, ainda, a significativa participação dos discentes na elaboração do plano; a outra manifestação foi uma preocupação com relação ao planejamento da oferta de cursos e vagas.

As outras três referências foram de conselheiros (as), sendo duas intervenções para sugerir desmembramento de metas e a outra referente a um dado da tabela de oferta de cursos e vagas. Observa-se que essas sugestões não foram colocadas para votação no plenário, restando a proposta original do PDI para ser votada.

E no terceiro e último PDI (2020-2024) houve quatro intervenções. Uma delas foi do Reitor, na qual parabenizou o trabalho efetuado pelas comissões específicas e os demais envolvidos na elaboração do Plano. Duas intervenções foram realizadas pela Diretora responsável pela elaboração do PDI e foram referentes à apresentação do Plano. E, por fim, uma conselheira realizou o pedido para inserir uma informação em um determinado campus.

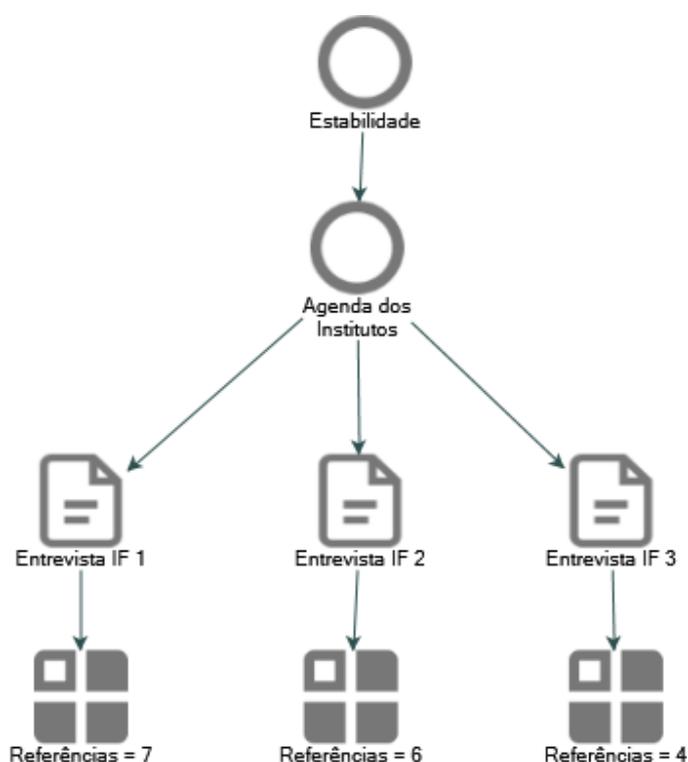
No que diz respeito ao código Resultado Votações, houve três referências para o IFSUL. O primeiro PDI (2009-2014) foi aprovado pela maioria dos conselheiros, sendo que houve três abstenções e nenhum voto contrário. Já a votação do segundo PDI (2014-2018) também foi aprovado pela maioria sendo que houve uma abstenção e nenhum voto contrário. E, por fim, a votação do terceiro e último PDI (2020-2024) foi aprovado por unanimidade. Destaca-se aqui, assim como no IFFAR e no IFRS, a indicação da existência de uma coalizão (DEUBEL, 2008; MACEDO et al., 2016) ou unidade e isso indica também uma estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993) na formação da agenda do IFSUL.

Os indicativos de estabilidade na agenda dos Institutos foram encontrados também nas entrevistas realizadas com os gestores, na qual houve a emergência de informações relacionadas à tanto à Mudança quanto à Estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993; KINGDON, 2014) nos Institutos. Desse modo, foi elaborado o código Mudança ou estabilidade que visou referenciar as informações dessa natureza nas entrevistas. Nesse sentido, e por conta da emergência de informações nas entrevistas com relação à agenda governamental (Poder Legislativo e Executivo), desdobrou-se ainda em dois códigos: Agenda dos Institutos; e Agenda Governamental e de Decisão (KINGDON, 2014).

Essa divisão foi necessária, pois houve a emergência de informações relacionadas à agenda decisória e governamental (KINGDON, 2014). Desse modo, no código Agenda dos Institutos foram referenciadas as informações concernentes à mudança ou estabilidade nas

agendas dos três institutos. Por outro lado, no código Agenda Governamental e de Decisão as informações referenciadas dizem respeito à agenda do governo (Poder Legislativo e Poder Executivo) a qual acaba impactando diretamente nas atividades dos Institutos. Inicia-se a análise apresentando os dados que indicam estabilidade nas agendas dos Institutos. Nesse código houve um total de 17 referências, sendo sete na Entrevista IF 1, seis na Entrevista IF 2 e quatro na Entrevista IF 3, conforme demonstra a Figura 41.

Figura 41 - Estrutura inicial código Estabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

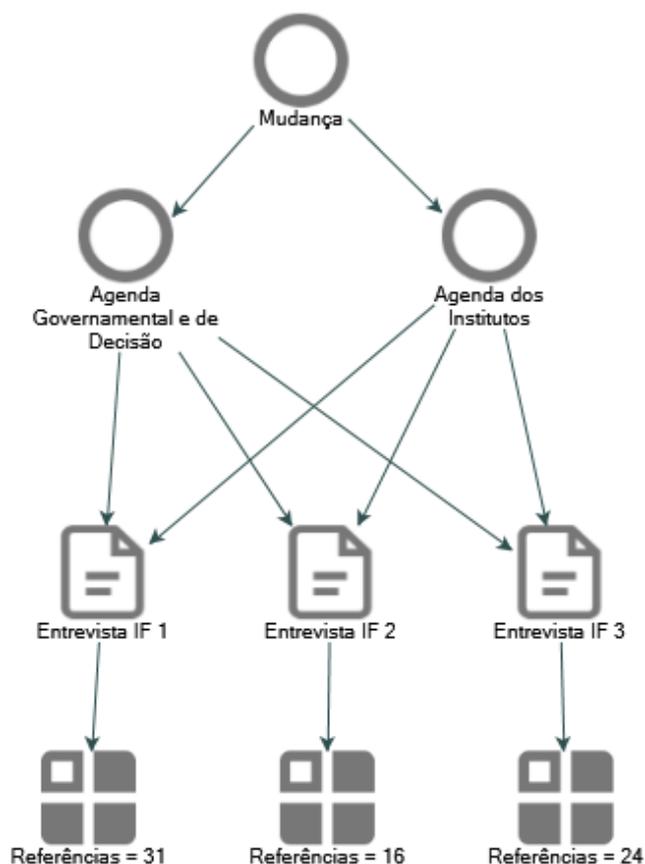
Por meio dessas referências, observou-se que nos três Institutos há esforços para executar plenamente aquilo que foi determinado no PDI mesmo com as restrições orçamentárias impostas. Além disso, constatou-se que os três Institutos estão, conforme relato dos gestores, conseguindo alcançar os objetivos estabelecidos pelos documentos legais os quais norteiam as ações dos Institutos (ENTREVISTADO 1; ENTREVISTADO 2; ENTREVISTADO 3; ENTREVISTADO 4).

Dessas referências pode-se destacar, portanto, que a agenda projetada pela comunidade acadêmica no âmbito do PDI está sendo executada tal qual foi desenvolvida. Nesse sentido, argumenta-se que parece, de fato, estar ocorrendo um período de estabilidade nas agendas dos

Institutos, pois, os desdobramentos das prioridades estabelecidas, os debates ocorridos no âmbito do CONSUP nos três Institutos e as emergências ocorridas nas entrevistas apresentam informações que consolidam essa perspectiva.

Entretanto, apesar de haver essa constatação de estabilidade nas agendas dos Institutos, isso contrasta com os achados que indicam mudanças na agenda governamental e de decisão (KINGDON, 2014) e que acabam impactando no fazer cotidiano desses Institutos, ou seja, impactam a agenda desses órgãos. Portanto, houve um total de 71 referências no código Mudança e nos seus desdobramentos (Figura 42).

Figura 42 - Estrutura inicial código Mudança



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Com relação ao código Agenda Governamental e de Decisão foi possível coletar evidências que indicam, no mínimo, tentativas de mudanças na agenda Governamental e de Decisão as quais culminariam com alterações na Lei 11.892/200, desse modo, ocorrendo pontuações na agenda (BAUMGARTNER; JONES, 1993).

O Entrevistado IF 1 coloca que “[...]se eu olhar Congresso Nacional, a gente teve agora 19 de abril a apresentação de um projeto de Lei 1453 que pede a alteração da lei 11.892 em uma questão bem estruturante, sugerindo 75% das matrículas em cursos técnicos.”. Nesse sentido, conforme relatos dos gestores (ENTREVISTADO IF 1; ENTREVISTADO IF 2; ENTREVISTADO IF 3), essas tentativas recentes para mudar a Lei 11.892/2008 culminariam em uma reorganização dos Institutos de maneira geral, provocando nesse caso uma mudança na agenda governamental e, por consequência disso, mudanças nas agendas dos Institutos.

Destaca-se, nesse sentido, o fato do Congresso Nacional não ter pautado algumas questões vindas do Poder Executivo. Na visão dos gestores, nesses casos, foi considerada uma ação positiva do Congresso Nacional não ter priorizado essas propostas de mudanças em grandes proporções (ENTREVISTADO IF 1; ENTREVISTADO IF 2; ENTREVISTADO IF 3). É o que argumenta o reitor da Entrevista IF 1 “Nesse momento não existe nem a priorização e nem a defesa”.

Mas de uma maneira geral, há uma preocupação muito grande dos gestores com relação às propostas que circundam a agenda governamental, principalmente pelo fato dessas proposições de mudanças de legislação estarem ocorrendo “[...]de cima para baixo e sem participação da Rede Federal” (ENTREVISTADO IF 1). Nesse aspecto, cita o Entrevistado IF 2 que tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo:

[...] a priorização vem diminuindo ano a ano, isso eu afirmo sem nenhuma dúvida, isso se revela pelo orçamento, isso se revela por algumas tentativas de modificar a nossa lei de criação, e sempre modificações negativas, modificações que prejudicariam nossos fazeres históricos, então, eu sinto uma despriorização na verdade, a gente tem sido renegado como educação pública de uma forma geral a um segundo ou terceiro plano.

Corroborar essa perspectiva também o Entrevistado IF 3 “[...]o contexto político nesse momento de termos um governo que não acredita efetivamente na educação profissional e por isso não tem investido nela mais suficientemente para que ela possa continuar a sua expansão[...]”. E no que diz respeito a investimento, o orçamento foi um dos pontos mais referenciados (25) nas entrevistas.

A lógica orçamentária que está se estabelecendo, principalmente nos últimos cinco anos, ela “não é progressiva, ela é disruptiva” argumenta o Entrevistado IF 1. Isso, pelos sucessivos cortes orçamentários desses últimos anos. O fato é que ocorre diversos impactos negativos nas atividades dos Institutos, principalmente aquelas relacionadas à CT&I, não há como negar os

“impactos, e eles são gerais e irrestritos” (ENTREVISTADO IF 2) e ainda não há “[...]previsão nenhuma de incremento orçamentário para alavancar as questões de inovação”.

Nesse sentido cumpre destacar que essas restrições orçamentárias já estão demandando um movimento de revisão dos atuais PDI’s no âmbito dos três Institutos. Argumenta Entrevistado 3 que já existe uma “[...]diminuição no número de bolsas, diminuição no número de editais, no sentido de incentivar a ciência, tecnologia e inovação” e isso com certeza faz muita falta para fomentar as pesquisas básica e aplicada (BUSH, 1945) no âmbito dos Institutos. Relatou ainda o Entrevistado IF 1 que:

[...] não retirou nenhuma das prioridades, mas a gente visualiza, por exemplo, oferta de cursos EAD, deveríamos ter 4 esse ano, não teremos. No próximo processo seletivo agora seria o momento desses estarem sendo inseridos, não teremos. Agente não tem condição de servidor nem de estrutura tecnológica, laboratório, organização para a oferta do EAD.

Destacados esses aspectos, desenvolveu-se a Figura 43. A emergência das informações apresentadas no âmbito do código Agenda Governamental e de Decisão demonstram e indicam tentativas de mudança com relação às políticas públicas relacionadas aos Institutos Federais. Nesse contexto, argumenta o Entrevistado 1 que hoje não há “[...] a priorização da educação, da pesquisa, da ciência, e nem a defesa em nenhum dos dois movimentos (Congresso e Poder Executivo) aparece a educação pública como ponto de defesa ou ponto de prioridade”.

Figura 43 - Visão Geral da Mudança e Estabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Isso ocorre ainda pelo fato das discussões para alterações nas leis que impactam os Institutos ocorrerem “[...] de cima para baixo sem participação da Rede Federal” (Entrevistado 1). Reforça esse ponto o Entrevistado 2:

[...] a priorização vem diminuindo ano a ano, isso eu afirmo sem nenhuma dúvida, isso se revela pelo orçamento, isso se revela por algumas tentativas de modificar a nossa lei de criação, e sempre modificações negativas, modificações que prejudicariam nossos fazeres históricos, então, eu sinto uma despriorização na verdade, a gente tem sido renegado como educação pública de uma forma geral a um segundo ou terceiro plano, sentimos isso.

Contudo, em virtude dos fluxos (KINGDON, 2014) ainda não estarem acoplados (*coupling*), as temáticas acabaram, pelo menos até o presente momento, sendo rejeitadas para o debate. Já, no âmbito do código Agenda dos Institutos, que trata, portanto, da agenda do órgão especificamente, observou-se estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993).

Nesse sentido, as prioridades estabelecidas nos Institutos analisados foram fruto de diversas discussões no âmbito das comunidades de atuação desses órgãos. Essas discussões foram conduzidas por diversos atores, mas quais deles podem ter uma maior influência dentro do processo de formação da agenda no âmbito desses órgãos? Esse é o assunto da próxima seção.

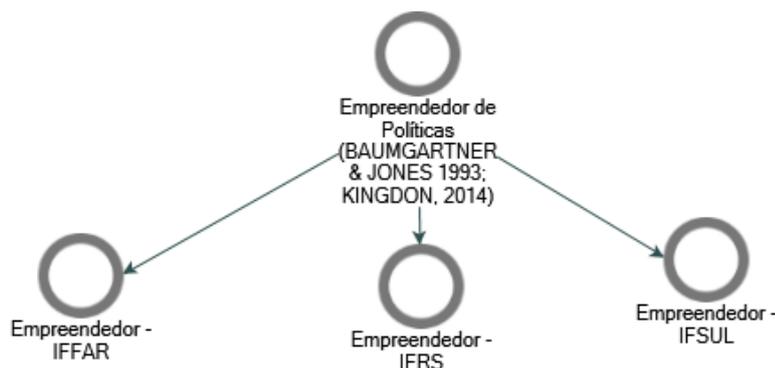
5.2.3 Principais atores nos Institutos

Também se utilizando de uma análise triangulada das Atas, PDI's e das entrevistas transcritas, buscou-se identificar elementos que permitam demonstrar quem são os principais atores (KINGDON, 2014) no âmbito da formação da agenda dos Institutos analisados. Buscou-se, ainda, observar se havia características dos empreendedores de políticas presentes nos atores identificados como, por exemplo, a disposição em dedicar seu tempo na promoção de propostas ou problemas (BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014). Os Empreendedores de políticas, para que de fato consigam promover as suas ideias, aguardam a janela de oportunidades (KINGDON, 2014) adequada para isso.

Como explicado na seção 5.2, as janelas de oportunidades nos Institutos ocorrem com a autorização institucional para iniciar os procedimentos de elaboração do PDI. Nesse momento, emergem os principais atores nesses órgãos, bem como os empreendedores de políticas os quais vão buscar articular as suas proposições e inseri-las na agenda do órgão. Para identificar esses atores no âmbito dos Institutos analisados, desenvolveu-se o código Empreendedor de Políticas

(BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014), o qual contemplou um total de 128 referências distribuídas entre os 11 arquivos analisados. A Figura 44 demonstra a estrutura inicial do referido código.

Figura 44 - Estrutura inicial código Empreendedor de Políticas (BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014)



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

As referências no âmbito dos três Institutos demonstram existir um ambiente democrático no qual vários atores de diferentes segmentos atuam na formação da agenda desses órgãos. Nesse sentido, com base na análise triangulada dos documentos, observou-se a emergência dos seguintes atores (Figura 53): os discentes; os membros das comissões que desenvolveram os PDI's; os Diretores-Gerais de campus; as prefeituras; e os membros do Conselho Superior.

Os discentes se destacam como um dos principais atores nesse processo, conforme relatam os entrevistados. O Entrevistado 1 destaca que a participação dos estudantes se dá muito por conta da atuação da Diretoria de assuntos estudantis, a qual é “[...] muito presente, muito articulada com os estudantes de um modo geral”, fato esse que proporciona aos discentes a oportunidade de ter voz no processo de estabelecimento das prioridades. Reforça essa perspectiva o Entrevistado 2, os “[...] estudantes como um movimento organizado, a união dos estudantes que congrega todos os nossos diretórios” são importantes atores nesse processo.

Além de serem importantes atores na definição da agenda do órgão, os discentes se configuram como importantes atores também na formação da agenda governamental (KINGDON, 2014). Nesse sentido, ressalta o Entrevistado 1 que os principais atores são os egressos, ponto também reforçado pelo Entrevistado 3, quando cita que o “[...] egresso engajado

ele tem um valor inestimável” na defesa e construção das pautas dos Institutos na agenda governamental.

Os membros das comissões que elaboram o PDI, naturalmente são importantes atores no processo de formação da agenda dos Institutos, isso por conta dos três Institutos conduzirem as discussões principalmente por meio de comissões. Na opinião do Entrevistado 2, essas comissões se envolveram e participaram ativamente do processo de construção do PDI.

Reforça esse ponto o Entrevistado 1, que cita especialmente a comissão que atuou no desenvolvimento do “[...] capítulo específico da oferta de cursos e vagas, que demandou um esforço de organização, atenção à legislação, adaptar desejos institucionais com legislação” por isso “daria um destaque na comissão de oferta de cursos e vagas”.

Com relação aos Diretores-Gerais, esses se constituem em um dos principais interlocutores para levar as demandas da comunidade acadêmica para o CONSUP. Isso por conta da representatividade que esses possuem: são cargos eleitos democraticamente pela comunidade acadêmica em votação paritária dos três segmentos que constituem os Institutos (discentes, os Técnicos Administrativos e os Docentes).

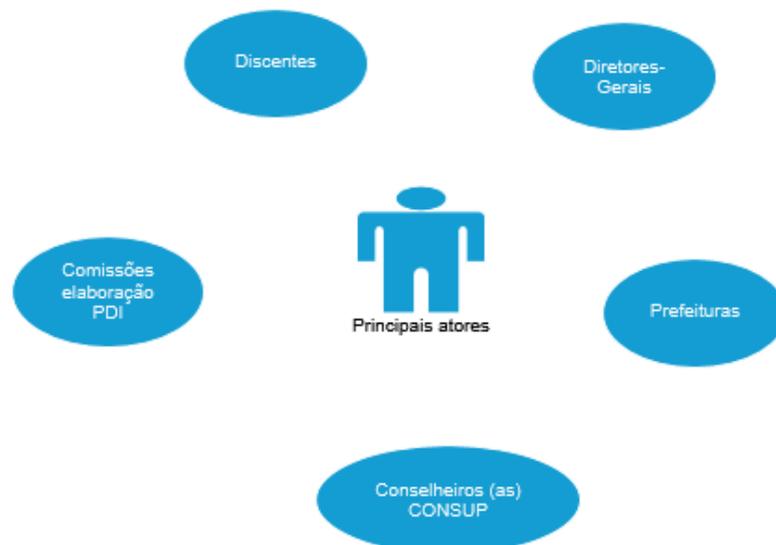
Portanto, se configuram como um dos alicerces nesse processo de construção da agenda, por realizarem essa articulação das demandas dos seus *campi*. É o que relata o Entrevistado 3 quando cita que “[...] são os diretores que acabam ficando à frente mais nesse processo[...]” de articulação das demandas junto à comunidade local.

As prefeituras também se constituem em importantes atores na construção da agenda dos Institutos. Isso é compreensível que ocorra, na medida que os Institutos, no cumprimento de sua missão e objetivos legais, visam atender às demandas locais e regionais que objetivam o desenvolvimento econômico e social. Destaca o Entrevistado 2 que, no período que está à frente como Reitor percebe “[...] o quanto o engajamento dos prefeitos é importante” não só para articular as demandas locais, mas também para auxiliar nas demandas do Instituto quando, por exemplo, existe a necessidade de que “[...] uma estrada seja feita, que um poste de iluminação seja trocado, que um acesso asfáltico seja melhorado” (ENTREVISTADO 2).

Entretanto, ainda que esse relacionamento se constitua de extrema relevância, relatam os entrevistados que nem todas as prefeituras priorizam o relacionamento com os *campi* dos Institutos. Argumenta o Entrevistado 3 que “Nós temos algumas prefeituras que nos apoiam efetivamente, e outras que são indiferentes e outras que são contra ainda”. Corrobora essa perspectiva o Entrevistado 1 quando cita a existência de proximidade e articulação com a maioria das prefeituras, entretanto, existem aquelas que também não participam ou apoiam.

E, por fim, destaca-se o papel do Conselheiro membro do CONSUP. Os membros do CONSUP são eleitos para um mandato pré-determinado e são escolhidos pelos seus pares nas unidades dos Institutos, com exceção dos Diretores-Gerais que são membros natos do Conselho. Ressalta-se que o CONSUP é o órgão máximo dentro dos Institutos. Desse modo, é um espaço que contempla todos os segmentos da comunidade acadêmica, no qual são debatidas e aprovadas todas as demandas dos Institutos. Portanto, trata-se de um ator que possui um poder relevante para a aprovação de todas as demandas no âmbito dos Institutos, inclusive o PDI. A Figura 45 demonstra os principais atores na formação da agenda dos Institutos analisados.

Figura 45 - Principais atores nos Institutos analisados



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

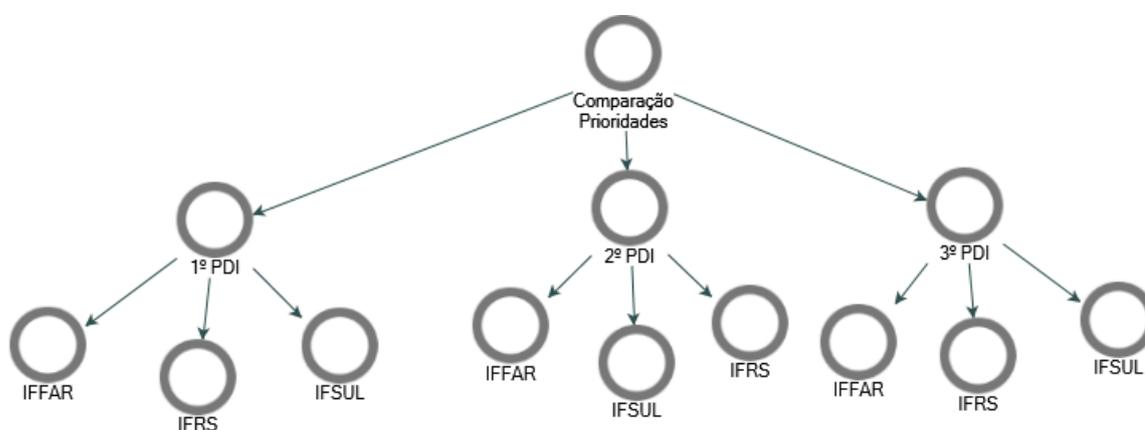
Além dessas características que colocam os membros do CONSUP como atores principais nesse processo de formação da agenda, destaca-se dois momentos que os conselheiros são especialmente identificados: quando os entrevistados citam os Diretores-Gerais como um dos principais atores no processo de formação da agenda e esses, como referenciado, são membros natos do Conselho; e, por meio da análise das atas de aprovação dos PDI's no âmbito do CONSUP, aonde foi possível identificar as intervenções dos Conselheiros.

5.2.4 Comparação da Formação da Agenda entre os Institutos

No que concerne a uma perspectiva comparada da formação da agenda dos Institutos analisados, duas questões são relevantes: a primeira diz respeito ao processo de formação da agenda; e a segunda no que diz respeito a agenda constituída efetivamente, a qual o PDI é o resultado final. Nesse sentido, observou-se que os três Institutos seguem uma metodologia similar com relação ao processo de formação da agenda, conforme demonstrado na seção 5.2, não sendo emergente uma comparação nesses termos.

Nesse contexto realizou o desenvolvimento de uma comparação global com base nos dados extraídos na seção 5.2.1. Portanto, aqueles dados foram novamente trabalhados e organizados, possibilitando a visualização e análise em uma perspectiva temporal das prioridades estabelecidas nos Institutos. Para tanto, foi criado o código Comparação prioridades, conforme demonstra-se na Figura 46.

Figura 46 - Estrutura inicial código Comparação Prioridades

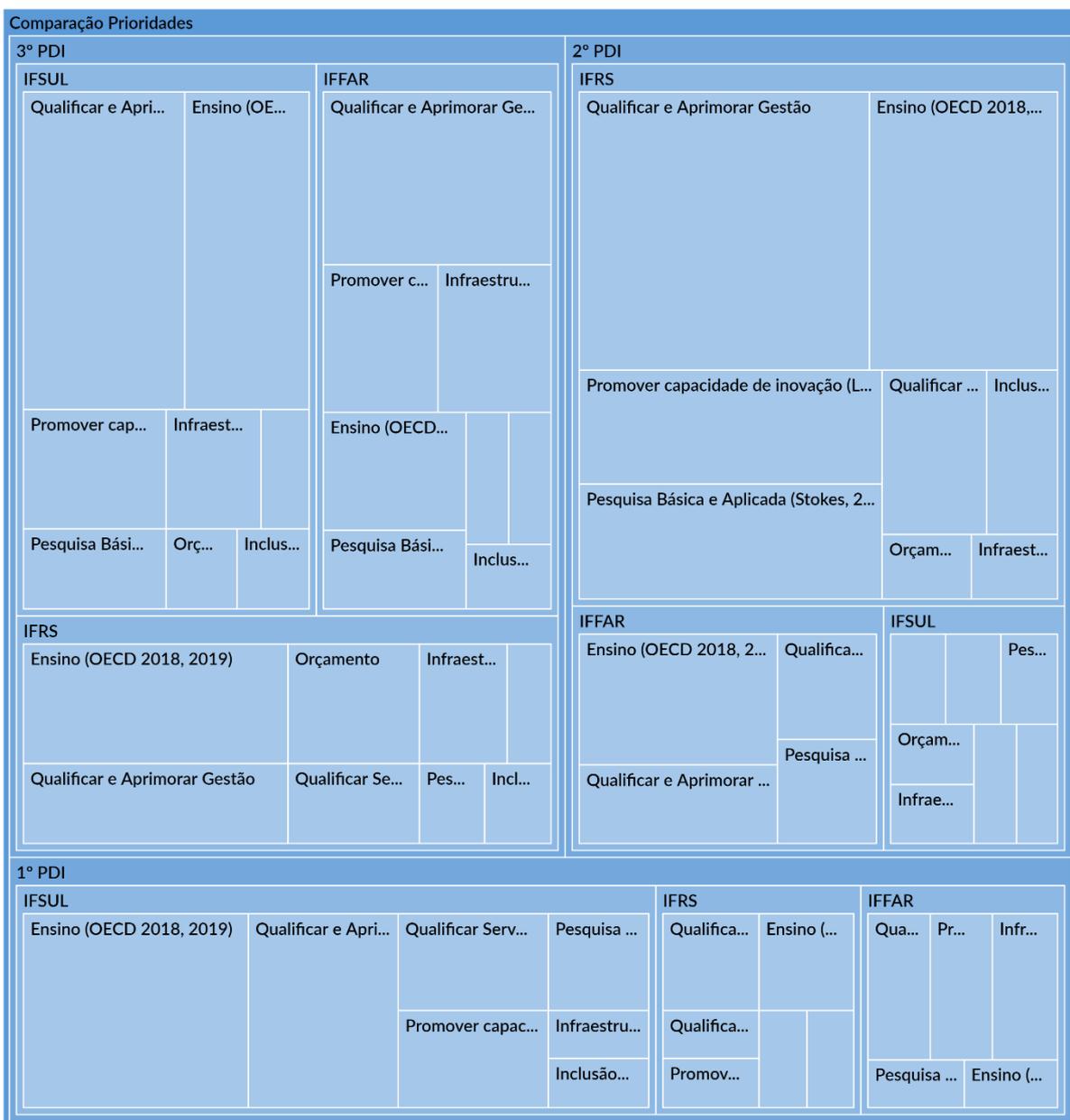


Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

Para essa análise comparativa, desenvolveu-se o Mapa da Árvore da codificação das prioridades (Figura 47). Nela, pode-se observar para cada PDI e para cada Instituto, em quais códigos as prioridades foram categorizadas. Cada quadrante representa um código e quanto maior é o quadrante do código, maior é o número de referências nele. Nesse caso o importante não é a quantidade e sim o impacto que o objetivo (ou prioridade) estabelecido pelo órgão é capaz de promover.

As evidências indicam que os três Institutos analisados priorizam nas suas agendas atividades que objetivam promover o desenvolvimento social e econômico sustentável (MAZUCATTO; 2018; OECD; 2018, 2019), nesse caso, essa foi uma prioridade constante nos três PDI's de cada Instituto, ou seja, esteve presente nos nove PDI's. Além dessa, outras duas prioridades foram constantes nos três PDI's de cada Instituto: a preocupação com a qualificação e aprimoramento da gestão; e a priorização de atividades que promovam tanto a Pesquisa Básica como a Pesquisa Aplicada (BUSH, 1945; STOKES, 2005; RIAZZUDIN 2007).

Figura 47 - Mapa da Árvore do código Comparação Prioridades



A priorização para uma infraestrutura adequada e a qualificação dos servidores destacam-se a seguir, sendo que essas foram prioridades constantes em oito dos nove PDI's. No caso da Infraestrutura não constou no PDI do IFRS 2009-2013 e no caso da Qualificação dos servidores não houve essa referência no PDI do IFFAR 2009-2013.

Por conseguinte, presente em sete dos nove PDI's, foram priorizadas questões que visam promover a capacidade de inovação local e regional (LUNDVALL, 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2007). Nesse caso, destaca-se que essa questão não foi referenciada no PDI do IFFAR 2014-2018 e também no PDI IFSUL 2014-2018.

As questões relacionadas à Inclusão Social e Assistência Estudantil estiveram presentes em seis PDI's, assim como as questões sobre Orçamento. No caso da Inclusão Social e Assistência Estudantil, essa questão não foi referenciada nos PDI's do IFFAR 2009-2014 e 2014-2018 e também no PDI do IFRS 2009-2013. Quanto ao Orçamento, essa questão não foi referenciada nos PDI's do IFFAR 2009-2014 e 2014-2018 e ainda não foi referenciada no PDI do IFSUL 2009-2014.

Observa-se que essas oito categorias estiveram presentes no último PDI de cada Instituto, ou seja, essas questões que permitem consolidar e promover a CT&I no âmbito dessas comunidades transitaram nas agendas dos três Institutos analisados. Para que se possa observar adequadamente essa distribuição, elaborou-se a Tabela 08, a demonstra a distribuição das referências nos respectivos códigos.

Tabela 9 - Distribuição das referências nos códigos das prioridades

	1º PDI			2º PDI			3º PDI		
	IFFAR	IFRS	IFSUL	IFFAR	IFRS	IFSUL	IFFAR	IFRS	IFSUL
	Referências			Referências			Referências		
Ensino (OECD 2018, 2019)	1	2	9	5	9	1	3	6	7
Inclusão Social e Assist. Estudantil			1		2	1	1	1	1
Infraestrutura	2		1		1	1	3	2	2
Orçamento		1			1	1	1	3	1
Pesquisa Básica e Aplicada (STOKES, 2005; RIAZZUDIN 2007)	1	1	2	2	6	1	2	1	2
Promover capacidade de inovação (LUNDVALL, 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2007)	2	1	3		6		3	1	3
Qualificar e Aprimorar Gestão	2	2	6	3	14	1	7	4	9
Qualificar Servidores		1	3	2	3	1	1	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

5.3 PRINCIPAIS EMERGÊNCIAS DO ESTUDO

Visando tornar o acesso aos principais resultados mais fácil e objetivo, desenvolveu-se esta seção. Nela, estão reunidas as principais emergências deste estudo. Esta pesquisa pode ser dividida em duas grandes etapas no que diz respeito aos resultados: a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), a qual contemplou um estudo bibliométrico e uma análise detalhada das publicações da amostra; e a formação da agenda nos Institutos analisados.

Com relação à RSL, pode-se observar o quantitativo de publicações nas bases selecionadas (Gráfico 1). Identificou-se, por meio da Lei de Bradford, os *journals* mais relevantes: *Journal of European Public Policy*, *Policy Studies Journal*, *European Journal of political Research* e *Political Research Quarterly*. Os países que mais publicaram sobre a temática foram os Estados Unidos (EUA), totalizando 32,76% do total e em seguida a Alemanha, com 10,34% do total das publicações.

Com base nas referências citadas nas publicações, gerou-se a rede de co-citação (*Cocitation Network*) na qual foi possível observar dois grandes núcleos de citação: um deles tendo como referência principal o trabalho de Baumgartner e Jones (1993); e o outro o trabalho de Kingdon (1984). Com base no *h-index*, observou-se que Frank R. Baumgartner, Michael Howllet e Bryan D. Jones são os autores de maior impacto das publicações estudadas com um valor *h-index* de 5. Na sequência figuram Cristophen Green-pedersen e Sebastian Princen com um *h-index* de 4.

Por meio da evolução temática foi possível observar quais temas transitaram nos períodos selecionados (Figura 29) e, por meio dos mapas temáticos, quais temas estavam sendo abordados nas publicações estudadas.

Além do estudo bibliométrico, foi realizada uma análise detalhada das publicações, na qual foi possível identificar quais abordagens teóricas foram realizadas. Desse modo, observou-se que 59 das 116 publicações selecionadas (50,86% do total) utilizaram a teoria de uma maneira geral (Quadro 12), abordando alguns dos principais modelos e autores, mas não se utilizaram de um modelo específico como framework.

As publicações que combinaram os conceitos os conceitos da Teoria *Agenda-setting* com algum outro conceito específico (Quadro 13) totalizaram de 6 publicações (5,17% do total). O modelo de Múltiplos Fluxos de John W. Kingdon (Quadro 14), em alguma de suas versões (1984; 1995; 2003; 2011) foi utilizado em 19 publicações (16,38% do total). O MSF ainda foi combinado com outros conceitos (Quadro 15), desse modo, um total de 8 publicações, se utilizou dessa abordagem (6,90% do total).

Por conseguinte, cinco publicações se utilizaram do modelo proposto por Baumgartner e Jones (1993) o que representa 4,31% do total das publicações analisadas (Quadro 16). Já no âmbito do *Policy Agendas Project* (PAP), foram 10 publicações, representando 8,62% do total de artigos analisados (Quadro 17). Por fim, no âmbito do *Comparative Agendas Project* (CAP), 9 publicações se utilizaram dessa abordagem (Quadro 18), o que representa 7,76% do total de estudos analisados.

Foi possível extrair ainda que 36 publicações abordaram políticas no nível Transnacional (31,03% do total); 43 artigos analisaram políticas no nível Nacional (37,07% do total); cinco estudos objetivaram analisar as políticas no nível Estadual (4,31% do total); 4 publicações avaliaram políticas no nível Municipal; e 28 artigos buscaram realizar um debate teórico ou incremental, os quais foram classificados como **Desenvolvimento da Teoria** (24,14% do total). Destaca-se, ainda, a transição da teoria do Equilíbrio Pontuado entre o PAP e o CAP. Nota-se que as publicações referentes ao PAP se concentraram entre 2004 a 2010. Já as do CAP entre 2006 a 2020 demonstrando uma tendência de exploração dessa abordagem.

Os resultados do estudo demonstram, portanto, que o *mainstream* teórico orbita em torno das abordagens da Teoria da Agenda-Setting, Modelo dos Múltiplos Fluxos e da Teoria do Equilíbrio Pontuado. Mais ainda, evidenciam que John W. Kingdon, Frank R. Baumgartner e Bryan D. Jones são as referências mais citadas nas publicações analisadas, demonstrando a expressividade que seus trabalhos possuem nesse campo de estudo.

Por conseguinte, no que diz respeito à Formação da Agenda nos Institutos analisados, observou-se as prioridades que transitaram nas suas agendas. Desse modo, 43 prioridades desses órgãos possuem relação com o tripé ensino, pesquisa e extensão e contribuem para a implementação dos conceitos destacados pela OECD (2018, 2019) para que seja possível o alcance do desenvolvimento social e econômico inteligente (MAZUCATTO, 2018).

A Inclusão Social e Assistência Estudantil apareceu em sete prioridades. Já a preocupação com a infraestrutura de um modo geral (física e de TI) apareceu em 12 prioridades. O orçamento também foi uma constante nas agendas dos Institutos, sendo referenciada em 12 prioridades.

Em seguida, 17 prioridades promovem diretamente tanto a Pesquisa Básica como a Pesquisa Aplicada (BUSH, 1945; STOKES, 2005; RIAZZUDIN 2007) nos Institutos analisados. O maior número de referências (48) foi para as prioridades que dizem respeito às questões relacionadas as melhorias em processos administrativos e na gestão de uma maneira geral.

Também foi prioridade as questões relacionadas à qualificação dos servidores com 14 prioridades que abordaram essa temática. E, ainda, houve prioridades que contribuem para o desenvolvimento de ambientes de inovação (LUNDVALL, 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2007), nesse caso, houve 19 referências.

As evidências indicam estabilidade nas agendas dos Institutos analisados, isso pelo fato de se observar uma coalizão (DEUBEL, 2008; MACEDO et al., 2016) que indica também uma estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993) nas agendas dos Institutos. Entretanto, essa estabilidade interna contrasta com as tentativas de mudanças na agenda governamental e de decisão (Congresso Nacional e Poder Executivo).

Além disso, foi possível mapear os principais atores na formação da agenda dos Institutos analisados. Desse modo, os atores emergentes foram: os discentes; os diretores-gerais de campus; os membros das comissões que elaboram o PDI; os membros do Conselho Superior; e as Prefeituras.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de formação da agenda referentes à CT&I nos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul. Desse modo, para respondê-la, articularam-se cinco objetivos específicos.

O primeiro deles foi analisar as tendências teóricas referentes à Formação da Agenda na formulação de políticas públicas por meio de uma Revisão Sistemática Literatura (RSL). Nesse caso, foi possível explorar o campo teórico sobre Formação da Agenda. Observou-se que os modelos de Kingdon (2014) e de Baumgartner e Jones (1993) e seus desdobramentos são amplamente utilizados para explicar a formação da agenda de políticas públicas transnacionais, nacionais, estaduais e municipais. Observou-se, ainda, que a teoria sobre a formação da agenda continua aplicando-se em diferentes perspectivas, demonstrando que continua em franco desenvolvimento.

O segundo objetivo específico buscou investigar quais questões emergiram na agenda de CT&I dos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul. Por meio de uma análise de conteúdo, as prioridades foram extraídas dos documentos analisados, o que possibilitou, portanto, uma análise detalhada das prioridades emergentes desses Institutos.

Restou evidente que as prioridades estabelecidas no âmbito das comunidades de atuação desses institutos contribuem para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse fato impacta a capacidade de resiliência dessas comunidades para fazer frente às adversidades ambientais bem como promove o fortalecimento dos seus potenciais, possibilitando o desenvolvendo econômico e social de maneira sustentável.

O terceiro objetivo específico foi identificar mudanças ou estabilidade na formação da agenda de CT&I dos Institutos. Nesse caso, as evidências demonstraram haver estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993) nas agendas dos Institutos. Entretanto, essa estabilidade contrasta com as tentativas de mudança que ocorrem no âmbito da agenda governamental e de decisão.

As restrições orçamentárias impostas são um exemplo disso que acabam por dificultar a prestação dos serviços desses Institutos. Soma-se a isso as diversas proposições para alterar a lei de criação da Rede Federal como um todo, as quais, se aprovadas, mudam a lógica da sua atuação, desencadeando uma mudança compulsória na agenda dos Institutos.

O quarto objetivo específico foi identificar os principais atores na Formação da Agenda (BAUMGARTNER; JONES, 1993; KINGDON, 2014) nos Institutos analisados. Os achados demonstraram a emergência de cinco atores principais no âmbito da formação da agenda nos

Institutos analisados: os discentes; os diretores-gerais de campus; os membros das comissões que elaboram o PDI; os membros do Conselho Superior; e as Prefeituras.

Os atores destacados possuem relevante atuação na formação da agenda desses Institutos. Desse modo, destacam-se como potenciais empreendedores de políticas (BAUMGARTNER; JONES, 1993; KINGDON, 2014), pois guardam algumas características desse papel como disposição para investir seu tempo na promoção de suas propostas ou problemas e também por articular internamente a união dos problemas às soluções.

Por fim, o quinto objetivo específico foi comparar a formação da agenda de CT&I dos Institutos estudados. Nesse caso, foi possível visualizar em uma perspectiva temporal as prioridades estabelecidas em cada Instituto. Os achados se constituem em importantes indicadores, permitindo visualizar as prioridades mais latentes de cada Instituto, podendo servir como base para a elaboração dos próximos PDI's. A partir dessas informações, a comunidade acadêmica desses órgãos pode direcionar esforços para prioridades que foram pouco trabalhadas ou, ainda, aquelas que precisam ser melhoradas ou ampliadas para cada órgão.

Como principais contribuições desse estudo, destaca-se a RSL a qual permitiu, com os resultados alcançados, um mapeamento das publicações que abordam a teoria sobre Formação da Agenda. Além disso, analisar a agenda desses órgãos, a maneira como ela é elaborada, quais prioridades são estabelecidas e o possível impacto no que diz respeito à CT&I, torna-se de relevante contribuição principalmente para nortear o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas à CT&I.

Como limitações dessa pesquisa, com relação à RSL, entende-se que a escolha de bases pode enviesar, uma vez que essas possuem certa especialização, apesar da amplitude das bases Scopus e Web Of Science. Talvez, a seleção de periódicos cujo escopo seja a área de Administração Pública permita mitigar potenciais vieses, o que também se constitui na sugestão de futuros estudos.

Com relação à análise da Formação da Agenda nos Institutos analisados, destaca-se o baixo número de entrevistados no que diz respeito à participação dos Pró-Reitores. Com certeza uma participação maior desses enriqueceria ainda mais os resultados dessa pesquisa. Ressalta-se, ainda, que a pandemia da COVID-19 impossibilitou o acesso a uma ata do CONSUP do IFFAR.

Para estudos futuros nessa mesma perspectiva de análise, sugere-se ampliar o número de Institutos, um estudo em nível Nacional que demonstre as diversidades nas agendas desses órgãos. O estudo pode ser replicado, ainda, para qualquer órgão público que possua característica de definição de agenda, como Universidades, Agências Reguladoras ou, ainda,

replicar o método aqui disposto no nível da agenda governamental e de decisão (KINGDON, 2014) como, por exemplo, no Congresso Nacional e Poder Executivo.

Sugere-se, ainda, para verificar a atuação dos principais atores destacados nessa pesquisa, realizar uma análise dos processos administrativos que guardam os arquivos da elaboração dos PDI's nos Institutos. Desse modo, pode ser possível avaliar como ocorreu efetivamente a participação desses atores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lia de Azevedo; GOMES, Ricardo Corrêa. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. *Cadernos EBAPE.BR* [online]. 2018, v. 16, n. 3. [Accessed 27 December 2021], pp. 444-455. Available from: <<https://doi.org/10.1590/1679-395164108>>. Epub Jul-Sep 2018. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395164108>.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04/04/2021. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000300007>.

ARAÚJO, B. C. Políticas de Inovação e suas Instituições no Brasil e na China. *Ipea Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura*, Brasília, 2011, n. 16, p. 65-75. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/111108_radar16_3.pdf>. Acesso em: 19/08/2021.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D.; BONAFONT, Laura Chaqués. **Dinâmicas da agenda de políticas públicas na América Latina: oportunidades teóricas e empíricas**. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1513-1525, Dec. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000601513&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22/03/2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190455>.

BELAND, Daniel. **Kingdon Reconsidered: Ideas, Interests and Institutions in Comparative Policy Analysis**. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, p. 1-15, 2015. DOI: 10.1080/13876988.2015.1029770

BIRKLAND, Tomas A. **An introduction to the policy process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making**. 4. ed. Reino Unido, Routledge, 2016.

BLOCK, Madeleine; KHVATOVA, Tatiana. **University transformation Explaining policy-making and trends in higher education in Russia**. *Journal of Management Development*, v. 36(6), 761-779, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMD-01-2016-0020>

BRASIL. *Decreto-Lei* nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal. Brasília, DF, 1967.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a rede federal de educação profissional e tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Congresso Nacional. Brasília, DF, 2008.

_____. Decreto nº 9.235, de 14 de março de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2017.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. **O Processo de Agenda-Setting para os Estudos das Políticas Públicas**. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, [S. l.], v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view>. Acesso em: 01/03/2021. DOI: 10.18829/rp3.v1i1.15903.

_____; CAPELLA, A. C. N. **Agenda Governamental Brasileira: Uma Análise da Capacidade e Diversidade nas Prioridades em Políticas Públicas no Período de 2003 a 2014**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/53668/agenda-governamental-brasileira--uma-analise-da--->>. Acesso em: 01/03/2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v24n78.76950>

BRASIL, F. G.; JONES, Bryan D. **Agenda setting: mudanças e a dinâmica das políticas públicas Uma breve introdução**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1486-1497, Dec. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000601486&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/04/2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200780>.

BUFREM, L. S.; SILVEIRA, M.; FREITAS, J. L. Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: panorama Histórico e contemporâneo. P2P E INOVAÇÃO, v. 5, n. 1, p. 6-25, 7 set. 2018.

BUSH, V. (1945). Science, the Endless Frontier. Recuperado de <https://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>

CAIRNEY, Paul. **Understanding public policy: theories and issues**. Palgrave-Macmillan, 2012.

_____. **Three habits of successful policy entrepreneurs**. Policy & Politics, v. 46, n. 2, p. 199-215, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1332/030557318X15230056771696>

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. spe, p. 486-505, July 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512016000700486&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/03/2021 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395117178>.

_____. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018. 151 p.

_____. **Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1498-1512, Dec. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000601498&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/03/2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200689>.

CARTER, Neil; JACOBS, Michael. **Explaining radical policy change: the case of climate change and energy policy under the British Labour Government 2006–2010.** Public Administration, v. 92, 125–141, 2014.

CARVALHO, D. M.; PRÉVOT, F.; MACHADO, J. A. D. **O uso da teoria da visão baseada em recursos em propriedades rurais: uma revisão sistemática da literatura.** Revista de Administração, v. 49, n. 3, p. 506 –518, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303612>>. Acesso em: 05/01/2021. DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1164>

CASTRO, Ana Célia Editora; FILGUEIRAS, Fernando. **O Estado no Século XXI.** Brasília: ENAP. 2018. 398 p.

CERVO, A.L. et al. **Metodologia Científica.** 6. ed. Pearson Prentice Hall: São Paulo, 2007. 165 p.

CHIARINI, Tulio; RAPINI, Marcia Siqueira; VIEIRA, Karina Pereira. **Produção de novos conhecimentos nas universidades federais e as políticas públicas brasileiras recentes de CT&I.** Revista Economia & Tecnologia, [S.l.], v. 10, n. 3, sep. 2014. ISSN 2238-1988. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/37174/25051>>. Acesso em: 26 mar. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ret.v10i3.37174>.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. **The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory.** Journal of Politics. Vol. 33, Nº 4. Nov 1971 (pp. 892-915).

COBO, M. J.; LÓPEZ-HERRERA, A. G.; HERRERA-VIEDMA, E.; HERRERA, F. **An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field: A practical application to the Fuzzy Sets Theory field.** Journal of Informetrics. Vol. 5, Issue 1, 2011, p. 146-166. DOI: 10.1016/j.joi.2010.10.002

CRUZ, Carlos H Brito. **Ciência e tecnologia no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n. 73, p. 58-90, mar./maio 2007.

DEUBEL, A. N. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: ¿de la razón científica al arte retórico? Estudios Políticos, n. 33, p. 67-91, jul./dez. 2008.

DOSI, G. **Technical Change and Industrial Transformation.** London: MacMillan. 1984.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy: Pearson New International Edition.** 15. Ed. Estados Unidos: Pearson. 2017, 356 p.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis.** Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

_____. **Plataforma Nilo Peçanha.** <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>

FARAH, M. F. S. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”.** Revista de Administração Pública, v. 50, n. 6, p.

959-979, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/43687>>. Acesso em: 19/05/2019.

FARAH, M. F. S.; DINIZ, A. P. R.; MARCONDES, M. M.; LAÍS MENEGON YOUSSEF; SILVA, M. C. F. **Gênero e Política Pública: Panorama da Produção Acadêmica no Brasil (1983-2015)**. Cadernos EBAPE.BR, v. 16, n. 3, p. 428-443, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/50906>>. Acesso em: 19/05/2019.

FIALA, Diane Andreia de Souza. **Descompasso na formação da agenda da política nacional de educação profissional (2003-2009)**. 2020. 257 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

FINK, A. **Conducting research literature reviews: From the Internet to paper** (4nd ed.). Thousand Oaks: Sage, 2014.

FRANCISCO, N. A. Políticas Públicas para CT&I no Brasil: desafios para consolidar-se (na prática) como política de Estado. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view>. Acesso em: 12/04/2021. DOI: 10.18829//rp3.v1.41728.

GALVÃO M. C. B.; RICARTE I. L. M.; **REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO**. Logeion: Filosofia da Informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 15 set. 2019. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>>. Acesso em: 25/12/2020. DOI: ><https://doi.org/10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73>>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C.; Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUARNER, J. (2020). **Three Emerging Coronaviruses in Two Decades The Story of SARS, MERS, and Now COVID-19**. American Journal of Clinical Pathology, 153(4), 420-421 DOI: 10.1093/ajcp/aqaa029

HEEREN, Marcelo Velloso; DA SILVA, Marta Leandro. n. 10 - O PRINCÍPIO DE AUTONOMIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS E SUA POLÍTICA EDUCACIONAL EM OPOSIÇÃO À REFORMA DO ENSINO MÉDIO. Jornal de Políticas Educacionais, [S.l.], v. 13, mar. 2019. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/61995>>. Acesso em: 03/04/2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v13i0.61995>.

HJØRLAND, Birger, NICOLAISEN, Jeppe (2005). **Bradford's Law of Scattering: Ambiguities in the Concept of "Subject"**. In: Crestani F., Ruthven I. (eds) Context: Nature,

Impact, and Role. CoLIS 2005. Lecture Notes in Computer Science, vol 3507. Springer, Berlin, Heidelberg. DOI: https://doi.org/10.1007/11495222_9

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. **Studying public policy: cycles and policy subsystems**. 2nd ed. Toronto: Oxford University Press, 2003.

_____; RAMESH, M.; PERL, Anthony; **Studying public policy: principle and processes**. 14^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

JENNINGS, Will; FARRALL, Stephen; GRAY, Emily; HAY, Colin. **Moral panics and punctuated equilibrium in public policy: An analysis of the criminal justice policy agenda in Britain**. *Policy Studies Journal*, v. 00 (00), 2017. DOI: 10.1111/psj.12239

JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. **The Politics of Attention: How Government Prioritizes Problems**. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2005.

JONES, Michael D. et al. **A River Runs Through It: A Multiple Streams Meta-Review.** *Policy Studies Journal* 44(1): 13–36. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12115>

KINGDON, J.; **Agendas, Alternatives and Public Policies**. New York: HarperCollins, 1984.

_____; **Agendas, alternatives, and public policies**. Second Edition. New York: Harper Collins, [1984], 2014.

KITCHENHAM, B. et al.; **Systematic literature reviews in software engineering: a tertiary study**. *Information & Software Technology*, v. 52, n. 8, p. 792-805, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0950584910000467?via%3Dihub>>. Acesso em: 05/01/2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.infsof.2010.03.006>

KOELLER, Priscila; SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt. **Como atuam as estatais federais na política de ciência, tecnologia e inovação brasileira**. *Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)*, n. 15, p. 99-113, dez. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8652>. Acesso em: 11/04/2021.

KUHLMANN, J.; VAN DER HEIJDEN, J. (2018). **What Is Known about Punctuated Equilibrium Theory? And What Does That Tell Us about the Construction, Validation, and Replication of Knowledge in the Policy Sciences?** *Review of Policy Research*. 35(2), 326-347. DOI: <https://doi.org/10.1111/ropr.12283>

LIMA, Thales Batista de; COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013**. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 310-324, June 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-

39512016000200310&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/01/2020. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395135137>

LINDBLOM, Charles E. “**The Science of Muddling Through**”, Public Administration Review 19: 78-88. 1959. Disponível em: <<https://faculty.washington.edu/mccurdy/SciencePolicy/Lindblom%20Muddling%20Through.pdf>> Acesso em: 19/05/2019.

_____. “**Still Muddling, Not Yet Through**”, Public Administration Review 39: 517-526. 1979. Disponível em: <<http://www.sietmanagement.fr/wp-content/uploads/2016/04/Lindblom1979.pdf>>. Acesso em: 20/05/2019.

LUNDEVALL, B. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. Parcerias Estratégicas, n. 10, p.200-218, 2001. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/1490>. Acesso em: 20/05/2019.

_____. National Systems of Innovation: Toward a theory of innovation and interactive learning. [S. l.]: Anthem, 2010.

MAZZUCATO, M. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. o setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MACEDO, A. D. S.; ALCÂNTARA, V. C.; ANDRADE, L. F. S.; FERREIRA, P. A. **O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos**. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. Edição Especial, p. 593-618, 2016.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MEC. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. 2ª ed. San Francisco: Allyn and Bacon, 2007.

NASIM, A.; ABBASI, I. B. (2007) **Balancing Basic and Applied Research: Role in Economic Prosperity**. In.: Khan, H. A., Qurashi, M. M., & Hayee, Y. Basic or Applied Research: Dilemma of Developing Countries, Paquistão. COMSATS, 73-82.

PELAEZ, Victor et al. **A volatilidade da agenda de políticas de C&T no Brasil**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro v. 51, n. 5, p. 788-809, Oct 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000500788&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20/03/2021. <https://doi.org/10.1590/0034-7612162639>.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. *Systematic reviews in the social sciences: A practical guide*. Oxford: Blackwell, 2006.

PRINCEN, Sebastiaan. **Agenda-setting in the European Union**: a theoretical exploration and agenda for research.” *Journal of European Public Policy*, Vol. 14, n.º 1, pp. 21-38. 2007.

PROVENZANO, T. D.; SCHWARTZ, G. M.; RODRIGUES, N. H.; TAVARES, G. H. **Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte**: incidência temática em pesquisas acadêmicas. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, v. 3, n. 3, p. 66-76, 2014.

OECD. **OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2018**: Adapting to Technological and Societal Disruption. Paris: OECD Publishing, 2018, 320 p. DOI: https://doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2018-en

_____. **OECD Skills Outlook 2019**: Thriving in a Digital World; Paris: OECD Publishing, 2019, 285 p. DOI: <https://doi.org/10.1787/df80bc12-en>

_____. **OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2021**: Times of Crisis and Opportunity, OECD Publishing, Paris, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1787/75f79015-en>

OKOLI, Chitu. **A guide to conducting a standalone systematic literature review**. *Communications of the Association for Information Systems*, v. 37, n. 43, p. 879–910, nov. 2015. Disponível em: < <http://aisel.aisnet.org/cais/vol37/iss1/43/>>. Acesso em: 20/02/2021. DOI: <https://doi.org/10.17705/1CAIS.03743>

_____. Duarte, T. por: David W. A., & Mattar, R. técnica e introdução: João. (2019). **Guia Para Realizar uma Revisão Sistemática de Literatura**. *EaD Em Foco*, 9(1). <https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.748>

RIDDE, Valéry. **Policy implementation in an african state**: an extension of Kingdon’s multiple-streams approach. *Public Administration*, v. 87, n. 4, p. 938-954, 2009. DOI: 10.1111/j.1467-9299.2009.01792x

SAMPAIO, RF; MANCINI, MC. **Estudos de revisão sistemática**: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev. bras. fisioter.*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, Feb. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29/12/2020. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>>.

SILVA, C J R: *Institutos Federais: lei 11.892, de 29/12/2018, comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STOKES, D. E. *O Quadrante de Pasteur - A Ciência Básica e a Inovação Tecnológica*. (Tradução: José Emilio Maiorino). Campinas: Editora Unicamp, 2005.

SILVA, Cylon Gonçalves da; MELO, Lúcia Carvalho Pinto de (Coord.). **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde**. Brasília: MCT/Academia Brasileira de Ciências, 2001. 306 p.

TRUE, James L.; JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. **Punctuated Equilibrium Theory: explaining stability and change in public policymaking**. In: SABATIER, Paul A. (ed.). *Theories of the policy process*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 155 – 187.

UNIVERSIDADE FEEVALE. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em 02/02/2018.

VANHOONACKER, Sophie; POMORSKA, Karolina. **The European External Action Service and Agenda-setting in European Foreign Policy**. *Journal of European Public Policy*, v. 20, n 9, p. 1316-1331. 2013.

WINKEL, Georg; LEIPOLD, Sina. **Demolishing Dikes: Multiple Streams and Policy Discourse Analysis**. *Policy Studies Journal*, 44 (1), 108-129, 2016. <http://dx.doi.org/10.1111/psj.12136>

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

_____. **Case study research and applications: design and methods**. 6. ed. Thousand Oaks, CA: Sage. 2018.

ZUCATTO, Luis Carlos; FRANCISCO, Nara Antonio; SEVERO, Andrea Machado; LAMBERTY, Claudia. **Políticas públicas para CT&I e os desafios dos gestores numa universidade: uma análise a partir dos múltiplos fluxos de Kingdon**. *RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*. v. 12, n. 1, p. 21-38, 2021. Disponível em: <<https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/664>>. Acesso em: 12/04/2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v12i1.664>

APÊNDICE A – SELEÇÃO PRÁTICA NAS BASES DE DADOS

Apresenta-se os critérios utilizados na pesquisa da base Scielo Brasil:

- **Descritores utilizados:** *agenda-setting* “or” formação da agenda;
- **Campo pesquisado:** *All indexes*;
- **Data da pesquisa:** 01/02/2021;
- **Delimitação temporal:** não há essa possibilidade na plataforma, desse modo, a seleção será manual;
- **Resultados:** 16 publicações;

Figura 48 - Resultados da pesquisa na base Scielo Brasil

Database : article
Search on : agenda-setting [All indexes] or formação da agenda [All indexes]
Total of references : 16

Fonte: Scielo Brasil (2021).

Apresenta-se os critérios utilizados na pesquisa da plataforma Spell:

- **Descritores utilizados:** *agenda-setting* “or” formação da agenda;
- **Campo pesquisado:** Palavras-chave;
- **Delimitação temporal:** Publicações até dez/2020.
- **Data da pesquisa:** 01/02/2021;
- **Resultados:** 9 publicações;

Figura 49 - Resultados da pesquisa da base Spell

PALAVRA-CHAVE agenda- setting OU PALAVRA- CHAVE formação da agenda
9 resultados...

Fonte: Spell (2021).

Apresentam-se os critérios utilizados na pesquisa da base Scopus:

- **Descritores utilizados:** *agenda-setting* “or” *agenda formation*;
- **Campo pesquisado:** *Article title, Abstract, Keywords*;

- **Data da pesquisa:** 06/02/2021;
- **Delimitação temporal:** Publicações até 2020;
- **Resultados:** 4.219 publicações;

Figura 50 - Resultados da pesquisa da base Scopus

4,219 document results

(TITLE-ABS-KEY ("agenda-setting") OR TITLE-ABS-KEY ("agenda formation")) AND (EXCLUDE (PUBYEAR, 2021))

Fonte: Scopus (2021).

Após rodar a pesquisa com os critérios estabelecidos acima, selecionou-se mais dois filtros, conforme segue abaixo:

- **Área de Estudo (Subject Area):** excluiu-se as seguintes áreas: *AND (EXCLUDE (SUBJAREA, "MEDI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ARTS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENVI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ECON") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "COMP") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PSYC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENGI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "AGRI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "NURS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "EART") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENER") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DECI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "HEAL") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "BIOC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATH") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHYS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MULT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "NEUR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "IMMU") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHAR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CENG") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CHEM") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DENT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "VETE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "Undefined"));*

- **Tipo de Documento (Document Type):** selecionou-se dois tipos de documentos: artigo e revisão (*article and review*); *(LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE, "re"));*

Apresenta-se o comando completo dessa seleção:

- *(TITLE-ABS-KEY ("agenda-setting") OR TITLE-ABS-KEY ("agenda formation")) AND (EXCLUDE (SUBJAREA, "MEDI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ARTS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENVI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ECON") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "COMP") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PSYC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENGI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "AGRI") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "NURS") OR*

EXCLUDE (SUBJAREA, "EART") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENER") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DECI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "HEAL") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "BIOC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATH") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHYS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MULT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "NEUR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "IMMU") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHAR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CENG") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CHEM") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DENT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "VETE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "Undefined")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE, "re"));

Desse modo, com esses dois novos parâmetros inseridos, a pesquisa retornou 1.895 publicações (Figura 51).

Figura 51 - Resultados da pesquisa da base Scopus

1,895 document results

(TITLE-ABS-KEY ("agenda-setting") OR TITLE-ABS-KEY ("agenda formation")) AND PUBYEAR < 2021 AND (EXCLUDE (SUBJAREA , "MEDI") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "ARTS") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "ENVI") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "ECON") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "COMP") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "PSYC") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "ENGI") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "AGRI") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "NURS") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "EART") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "ENER") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "DECI") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "HEAL") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "BIOC") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "MATH") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "PHYS") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "MULT") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "NEUR") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "IMMU") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "PHAR") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "CENG") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "CHEM") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "DENT") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "MATE") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "VETE") OR EXCLUDE (SUBJAREA , "Undefined")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE , "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE , "re"))

[View less ^](#)

Fonte: Scopus (2021).

Ainda, após essa busca, visando uma seleção com mais profundidade, selecionou-se as publicações que continham as seguintes palavras-chave:

- **Palavras-chave (Keywords):** utilizou-se o parâmetro “*Limit to*” (limitar para), selecionando-se as seguintes *Keywords*: *AND (LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda Setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Opinion") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Policy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Making") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Parties") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Reform") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda Building") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Analysis") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Process") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-setting Theory") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy-making") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Agenda-*

setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Agenda Setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Approach") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political System") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Administration") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-building");

Apresenta-se o comando completo dessa seleção:

- (TITLE-ABS-KEY ("agenda-setting") OR TITLE-ABS-KEY ("agenda formation")) AND (EXCLUDE (PUBYEAR, 2021)) AND (EXCLUDE (SUBJAREA, "MEDI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ARTS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENVI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ECON") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "COMP") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PSYC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENGI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "AGRI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "NURS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "EART") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENER") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DECI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "HEAL") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "BIOC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATH") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHYS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MULT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "NEUR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "IMMU") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHAR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CENG") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CHEM") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DENT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "VETE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "Undefined")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE, "re")) AND (LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda Setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Opinion") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Policy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Making") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Parties") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Reform") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda Building") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Analysis") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Process") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-setting Theory") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy-making") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Agenda-setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Agenda Setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Approach") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political System") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public

Administration") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-building");

Após a busca com o comando acima, a pesquisa retornou 760 publicações, conforme resultado demonstrado na Figura 52.

Figura 52 - Resultados da pesquisa da base Scopus

760 document results

```
(TITLE-ABS-KEY ("agenda-setting") OR TITLE-ABS-KEY ("agenda formation")) AND (EXCLUDE (PUBYEAR, 2021)) AND (EXCLUDE (SUBJAREA, "MEDI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ARTS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENVI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ECON") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "COMP") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PSYC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENGI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "AGRI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "NURS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "EART") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENER") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DECI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "HEAL") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "BIOC") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATH") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHYS") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MULT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "NEUR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "IMMU") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PHAR") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CENG") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "CHEM") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DENT") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "VETE") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "Undefined")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE, "re")) AND (LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda Setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Opinion") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Policy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Making") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Parties") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Reform") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda Building") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Analysis") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Process") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-setting Theory") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy-making") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Agenda-setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political Agenda Setting") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Policy Approach") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Political System") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Public Administration") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Agenda-building"))
```

[View less ^](#)

Fonte: Scopus (2021).

Apresenta-se os critérios utilizados na pesquisa da base Web of Science:

- **Descritores utilizados:** “agenda-setting” “or” “agenda formation”. Os dois descritores utilizados foram inseridos entre aspas para pesquisar a expressão exata;
- **Campo pesquisado:** Tópicos (Pesquisa o título, resumo, as palavras-chave do autor e as *Keywords Plus*);
- **Data da pesquisa:** 06/02/2021;
- **Delimitação temporal:** publicações até 2020;
- **Resultados:** 3.351 publicações;

Figura 53 - Resultados da pesquisa da base Web of Science

Resultados: 3.351
(de Principal Coleção do Web of Science)

Você pesquisou por: TÓPICO:
("agenda-setting") OR TÓPICO:
("Agenda Formation")

Tempo estipulado: 1945-2020.

Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.

[...Menos](#)

Fonte: Web of Science (2021).

Após rodar a pesquisa com os critérios estabelecidos acima, realizou-se um novo filtro refinando mais dois campos: Categorias do Web of Science e Tipos de Documento. Destacam-se esses parâmetros:

- **Categorias do Web of Science:** selecionou-se as seguintes categorias: (*POLITICAL SCIENCE OR MULTIDISCIPLINARY SCIENCES OR PUBLIC ADMINISTRATION OR SOCIAL SCIENCES INTERDISCIPLINARY OR ECONOMICS OR SOCIOLOGY OR BUSINESS OR MANAGEMENT OR SOCIAL ISSUES OR DEVELOPMENT STUDIES*);

- **Tipos de documentos:** selecionou-se os seguintes tipos de documentos: Artigo e Revisão (*ARTICLE OR REVIEW*);

Após os critérios estabelecidos acima, a pesquisa retornou 1.495 publicações, conforme demonstrado na Figura 54.

Figura 54 - Resultados da pesquisa da base Web of Science

Resultados: 1.495
(de Principal Coleção do Web of Science)

Você pesquisou por: TÓPICO:
("agenda-setting") OR TÓPICO:
("Agenda Formation")

Refinado por: CATEGORIAS DO WEB OF SCIENCE: (POLITICAL SCIENCE OR MULTIDISCIPLINARY SCIENCES OR PUBLIC ADMINISTRATION OR SOCIAL SCIENCES INTERDISCIPLINARY OR ECONOMICS OR SOCIOLOGY OR BUSINESS OR MANAGEMENT OR SOCIAL ISSUES OR DEVELOPMENT STUDIES) AND TIPOS DE DOCUMENTO: (ARTICLE OR REVIEW)

Tempo estipulado: 1945-2020.

Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.

[...Menos](#)

Fonte: Web of Science (2021).

Em seguida, excluíram-se as seguintes categorias: *AND [excluindo] CATEGORIAS DO WEB OF SCIENCE: (ENVIRONMENTAL SCIENCES OR RELIGION OR HOSPITALITY LEISURE SPORT TOURISM OR AGRICULTURAL ECONOMICS POLICY OR COMMUNICATION OR WOMEN S STUDIES OR ANTHROPOLOGY OR ETHNIC STUDIES OR ECOLOGY OR HEALTH CARE SCIENCES SERVICES OR EDUCATION EDUCATIONAL RESEARCH OR HISTORY PHILOSOPHY OF SCIENCE OR TELECOMMUNICATIONS OR INTERNATIONAL RELATIONS OR MEDICINE LEGAL OR*

TRANSPORTATION OR STATISTICS PROBABILITY OR ENGINEERING CIVIL OR ENVIRONMENTAL STUDIES OR ENERGY FUELS OR ENGINEERING INDUSTRIAL OR HISTORY OR ENGINEERING MULTIDISCIPLINARY OR INFORMATION SCIENCE LIBRARY SCIENCE OR FAMILY STUDIES OR PHILOSOPHY OR FOOD SCIENCE TECHNOLOGY OR REGIONAL URBAN PLANNING OR PSYCHOLOGY SOCIAL OR HISTORY OF SOCIAL SCIENCES OR LAW OR FORESTRY OR HUMANITIES MULTIDISCIPLINARY OR AREA STUDIES OR MATHEMATICS INTERDISCIPLINARY APPLICATIONS OR MEDICAL ETHICS OR PSYCHOLOGY MULTIDISCIPLINARY OR NURSING OR PSYCHOLOGY CLINICAL OR AGRICULTURE MULTIDISCIPLINARY OR NUTRITION DIETETICS OR ETHICS OR SOCIAL WORK OR PSYCHOLOGY APPLIED OR PUBLIC ENVIRONMENTAL OCCUPATIONAL HEALTH OR URBAN STUDIES OR REHABILITATION OR SOCIAL SCIENCES BIOMEDICAL OR COMPUTER SCIENCE INFORMATION SYSTEMS OR SPORT SCIENCES OR SOCIAL SCIENCES MATHEMATICAL METHODS OR COMPUTER SCIENCE INTERDISCIPLINARY APPLICATIONS OR TRANSPORTATION SCIENCE TECHNOLOGY OR GEOGRAPHY OR INDUSTRIAL RELATIONS LABOR OR VETERINARY SCIENCES OR HEALTH POLICY SERVICES OR OPERATIONS RESEARCH MANAGEMENT SCIENCE);

Após essas exclusões, a pesquisa retornou 979 publicações, conforme demonstrado na Figura 55:

Figura 55 - Resultados da pesquisa da base Web of Science

Resultados: 979
(de Principal Coleção do Web of Science)

Você pesquisou por: TÓPICO:
 ("agenda-setting") OR TÓPICO:
 ("Agenda Formation")

Refinado por: CATEGORIAS DO WEB OF SCIENCE: (POLITICAL SCIENCE OR MULTIDISCIPLINARY SCIENCES OR PUBLIC ADMINISTRATION OR SOCIAL SCIENCES INTERDISCIPLINARY OR ECONOMICS OR SOCIOLOGY OR BUSINESS OR MANAGEMENT OR SOCIAL ISSUES OR DEVELOPMENT STUDIES) AND TIPOS DE DOCUMENTO: (ARTICLE OR REVIEW) AND [excluindo] CATEGORIAS DO WEB OF SCIENCE: (ENVIRONMENTAL

Fonte: Web of Science (2021).

ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Nº da questão	Questão
01	Quais são os principais problemas que emergem das comunidades de atuação do Instituto Federal?
02	No que diz respeito ao apoio político externo, quais são os principais atores que buscam defender e promover a atuação do Instituto Federal? Por exemplo, pode ser o CONIF, prefeitos, de empresas privadas, de organizações sociais, entre outros...
03	No desenvolvimento do PDI, é possível destacar algum ator que tenha se destacado na proposição de alternativas? Por exemplo, algum Diretor-Geral de campus, grupos de discentes, Diretórios Acadêmicos, Associações, entre outros...)
04	Qual a sua percepção acerca da atuação/priorização do Congresso Nacional e do Poder Executivo Federal em relação às atividades e necessidades dos Institutos Federais?
05	Quais ações governamentais seriam importantes para impulsionar atividades de CT&I no âmbito do Instituto Federal?
06	Com relação à CT&I, está sendo possível dar continuidade nas propostas que emergiram do PDI?
07	Nos últimos 5 anos, quais ações do Congresso Nacional e Executivo Federal identifica como delineadas em vista da consolidação e desenvolvimento dos Institutos Federais?
08	A Lei 11.892/2008 estabelece finalidades e objetivos para os Institutos Federais. Nesse sentido, está sendo possível exercer essas finalidades e alcançar os objetivos propostos? Quais atividades do Instituto se destacam para esse alcance?
09	É notório que houve redução no orçamento dos Institutos Federais nos últimos anos. Em que medida isso impacta no alcance das finalidades e dos objetivos do Instituto Federal?
10	Com essas reduções orçamentárias, foi necessário interromper as prioridades constantes no PDI? Quais medidas e atividades foram conduzidas pelo Instituto nesse sentido?

ANEXO B – MODELO TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do estudo: FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL.

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Luís Carlos Zucatto.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-0000. UFSM Campus Palmeira das Missões, Avenida Independência, nº 3751, sala 203, do Prédio FINEP, bairro Vista Alegre, CEP: 98300-000.

Local da coleta de dados: Entrevista por videoconferência.

Eu, Luis Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar o processo de formação da agenda referentes à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) nos Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul. Desse modo, acreditamos que ela seja importante porque poderemos analisar e compreender esse processo de formação da agenda nesses órgãos. Para sua realização será feito o seguinte: analisaremos o Plano de Desenvolvimento Institucional de cada IF (todos os disponíveis), a ata de aprovação de cada documento no CONSUP e, ainda, uma entrevista com o(a) Reitor(a) e os Pró-Reitores de cada Instituto. Sua participação constará da **participação como entrevistado e, sendo autorizado pelo senhor(a), realizaremos a gravação da entrevista para que seja possível transcrevê-la objetivando uma análise qualitativa das informações extraídas.**

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos [**descrever os desconfortos e riscos previsíveis**]. Os **benefícios que esperamos como estudo são [descrever os benefícios esperados]**.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada [**descreva as formas de acompanhamento e assistência**].

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. **Não serão utilizadas imagens.**

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, **[nome completo do voluntário]**, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local e Data

ANEXO C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: **FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL**

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Luís Carlos Zucatto

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato: **55-98454-7788**

Local da coleta de dados: Entrevista por videoconferência.

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevista realizada por videoconferência.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM Campus Palmeira das Missões, Avenida Independência, nº 3751, sala 203, do Prédio FINEP, bairro Vista Alegre, CEP: 98300-000, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Luís Carlos Zucatto. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em **09/06/2021**, com o número de registro Caae **47559021.0.0000.5346** e parecer substanciado CEP/UFSM 4763712.

Santa Maria, 30 de junho de 2021.



Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFFAR

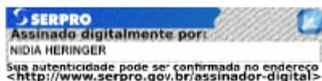
MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **Nídia Heringer**, abaixo assinado, Reitora responsável pelo **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha**, autorizo a realização do estudo **FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL**, a ser conduzido pelos pesquisadores **Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas** e **Luiz Carlos Zucatto** no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data: 31/05/2021



Assinatura e carimbo do responsável institucional

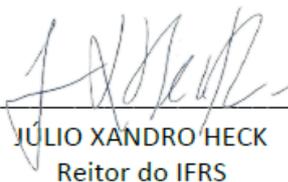
ANEXO E – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFRS**AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, JÚLIO XANDRO HECK, abaixo assinado, Reitor responsável pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul, autorizo a realização do estudo **FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL**, a ser conduzido pelos pesquisadores Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas e Luiz Carlos Zucatto no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Bento Gonçalves, 25 de maio de 2021.



JÚLIO XANDRO HECK
Reitor do IFRS

JÚLIO XANDRO HECK
Reitor do IFRS
Decreto de 11/02/2020
Publicado no DOU 12/02/2020

ANEXO F – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFSUL

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **Flávio Luis Barbosa Nunes**, abaixo assinado, Reitor responsável pelo **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**, autorizo a realização do estudo **FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL**, a ser conduzido pelos pesquisadores **Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas** e **Luiz Carlos Zucatto** no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Pelotas, 24 de maio de 2021.

FLAVIO LUIS
BARBOSA
NUNES:51781468087

Assinado de forma digital por
FLAVIO LUIS BARBOSA
NUNES:51781468087
Dados: 2021.05.24 19:56:45
-03'00'

Assinatura e carimbo do responsável institucional